



**UNIVERSIDADE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E O SEBRAE POR MEIO DO PROGRAMA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: 2017 A 2022**

HELOÍSA ALVES DE SOUSA

**BRASÍLIA
2024**



**UNIVERSIDADE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HELOÍSA ALVES DE SOUSA

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E O SEBRAE POR MEIO DO PROGRAMA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: 2017 A 2022**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em
Educação pelo Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade de Brasília.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão
da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Abádia da Silva

BRASÍLIA
2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS725r Sousa, Heloísa Alves de
A relação Público-Privada entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora: 2017 a 2022 / Heloísa Alves de Sousa; orientador Maria Abádia da Silva. -- Brasília, 2024.
145 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Relação público-privada. 2. Educação empreendedora. 3. Educação básica do Distrito Federal. 4. Gestão da Educação Básica. 5. Privatização na Educação Pública. I. Silva, Maria Abádia da, orient. II. Título.



**UNIVERSIDADE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HELOÍSA ALVES DE SOUSA

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E O SEBRAE POR MEIO DO PROGRAMA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: 2017 A 2022

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Maria Abádia da Silva
Universidade de Brasília**

**Prof. Dr. André Silva Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Prof. Dr. Marcelo Fabiano Pereira
Universidade de Brasília**

**Prof.^a. Dr.^a Ana Sheila Fernandes Costa
Universidade de Brasília**

*À minha filha, Maria Luísa, minha pequena cientista.
Que este trabalho inspire o seu percurso e mostre
que, com dedicação e amor ao conhecimento,
não há limites para o que podemos alcançar.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor, meu amigo, Rafael, pela paciência infinita e pelo suporte incondicional ao longo deste caminho. Realizar essa pesquisa só foi possível com você ao meu lado. Obrigada por ser a calmaria quando o mar estava tempestuoso.

À minha pequena Malu, foi um privilégio acompanhar seu crescimento, ver sua curiosidade florescer, e ouvir você perguntar tantas vezes quando poderia estudar na UnB. Seu entusiasmo é minha maior inspiração. Obrigada, infinitamente, por ser essa filha amorosa e essa menina decidida.

Ao meu pai, Ernesto, e à minha mãe, Cida, pelo cuidado incansável e pelo amparo em toda a minha trajetória. Obrigada por acreditarem em mim, até quando eu mesma duvidava. Por amarem Malu com tanto carinho e por cuidarem dela quando eu não podia.

À minha irmã Camila, que entende como poucos os desafios deste processo de pesquisa, e por ser a madrinha mais divertida e dedicada que Malu poderia ter.

À minha orientadora, Maria Abádia, por todos os “você dá conta” que me incentivaram a mergulhar mais fundo nas análises e por ser um exemplo de professora e pesquisadora.

Aos meus amigos, Alexandre, Lucilia e Saulo (*in memoriam*), que dividiram comigo os desafios e as conquistas da pós-graduação. A caminhada foi muito mais leve juntos. Levarei vocês para a vida. Saulo, você faz falta todos os dias. Cheguei aqui por ti, meu amigo.

Aos meus colegas do grupo Águia, com quem pude conviver e aprender. Ouvir suas contribuições em cada apresentação enriqueceu profundamente a minha pesquisa.

Aos professores André Martins e Marcelo Pereira, por todas as valiosas orientações e sugestões durante a banca de qualificação.

Aos gestores da SEEDF, que generosamente cederam parte do seu tempo para as entrevistas, ajudando a concretizar esta pesquisa.

Ao GDF e ao SINPRO, por proporcionarem o afastamento para estudos, uma conquista histórica da nossa categoria.

À minha avó Derlita e à minha tia Ana, que este ano partiram, mas deixaram um legado de amor e saudade. Só posso ser a mulher que sou hoje porque mulheres fortes, como vocês, vieram antes de mim.

SOUSA, H. A. de. **A relação público-privada entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE por meio do Programa Nacional Educação Empreendedora: 2017 a 2022.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

RESUMO

Esta dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, integra os estudos do grupo de pesquisa ÁGUIA sobre Organismos Internacionais, Política e Gestão da Educação Básica. O objeto deste estudo é a relação público-privada entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), mediada pelo Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), entre 2017 e 2022. O estudo teve como objetivo investigar as implicações dessa parceria para a gestão da educação básica pública no Distrito Federal, com destaque para as tensões que emergem entre os interesses públicos e privados. A pesquisa adota a perspectiva do materialismo histórico-dialético, permitindo uma análise crítica das contradições que permeiam a implementação de parcerias público-privadas (PPP) no sistema educacional público. De caráter qualitativo, a pesquisa foi desenvolvida por meio da análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores em diferentes níveis de administração da SEEDF. As categorias de análise focam na gestão democrática, participação e na relação entre o público e o privado, examinando como essas categorias são operacionalizadas dentro do processo de implementação do PNEE. A pesquisa conclui que a parceria SEBRAE-SEEDF, embora promova inovações pedagógicas, compromete a autonomia escolar e a gestão democrática, resultando em uma mercantilização da educação pública. Como alternativa, o estudo sugere a adoção de uma educação crítica e emancipadora, que se distancie das lógicas mercadológicas e promova a formação integral e autônoma dos sujeitos.

Palavras-chave: Relação público-privada, Educação empreendedora, Educação básica do Distrito Federal, Gestão da Educação Básica, Privatização na Educação Pública.

SOUSA, H. A. de. **A relação público-privada entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE por meio do Programa Nacional Educação Empreendedora: 2017 a 2022.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

ABSTRACT

This research, developed within the Graduate Program in Education at the Faculty of Education – University of Brasília (UnB), in the research line of Public Policies and Education Management, is part of the research group ÁGUIA's studies on International Organizations, Policy, and Management of Basic Education. The object of this study is the public-private partnership between the Secretariat of Education of the Distrito Federal (SEEDF) and the Brazilian Service of Support for Micro and Small Enterprises (SEBRAE), mediated by the National Program of Entrepreneurial Education (PNEE) between 2017 and 2022. The study investigated the implications of this partnership for the management of public basic education in the Federal District, with a focus on the tensions that appear between public and private interests. The research adopts the perspective of historical-dialectical materialism, enabling a critical analysis of the contradictions that permeate the implementation of public-private partnerships (PPP) in the public educational system. Qualitative in nature, the research was developed through the documentary analysis of cooperation agreements, federal, state, and business documents, and semi-structured interviews with managers at distinct levels of SEEDF administration. The categories of analysis focus on democratic management, participation, and the partnership between public and private spheres, examining how these categories are operationalized within the implementation of the PNEE. The research concludes that the SEBRAE-SEEDF partnership, although promoting pedagogical innovations, compromises school autonomy and democratic management, resulting in the commodification of public education. As an alternative, the study suggests the adoption of a critical and emancipatory education, distancing itself from market logics and promoting the integral and autonomous formation of individuals.

Keywords: Public-private partnership, Entrepreneurial education, Basic Education in the Distrito Federal, Basic Education Management, Privatization in Public Education.

“Não existe estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chances de atingir seus culmes luminosos”.

(Karl Marx)

“Se as crises são fases transitórias e disruptivas nas quais o capital se reconstitui em uma nova forma, então também são fases em que questões profundas podem ser colocadas e solucionadas pelos movimentos sociais que tentam recriar o mundo com uma imagem diferente”.

(David Harvey)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcos na linha histórica do SEBRAE.....	52
Figura 2 – Organograma da SEEDF.....	72
Figura 3 e Figura 4 – Trecho da carta de apresentação	85
Figura 5 – Objeto do Termo de Cooperação Técnica.....	88
Figura 6 – Imagem digitalizada do processo físico do TCT 08/2017	92
Figura 7 - Imagem digitalizada do TCT nº 08/2017: alinhamento às políticas educacionais da SEEDF	95
Figura 8 - Imagem digitalizada do TCT nº 08/2017: alinhamento a LDB	96
Figura 9 - Postagens em redes sociais das subsecretarias da SEEDF sobre formações para professores:.....	98
Figura 12 – Imagem digitalizada do TCT nº 06/2021	105
Figura 13 – Imagem digitalizada do TCT nº 06/2021: sobre objeto da relação SEEDF-SEBRAE	106
Figura 15 - Imagem digitalizada do TCT nº 08/2017: Termo de adesão assinado pelos gestores escolares.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Corpus documental sobre parcerias público-privadas - Federal	26
Quadro 2 - Corpus Documental sobre parcerias público-privadas - Distrital	26
Quadro 3 - Corpus Documental sobre parcerias público-privadas - SEBRAE	27
Quadro 4 - Interlocutores da pesquisa	57
Quadro 5 – Roteiro da entrevista semiestruturada	60
Quadro 6 - Relação de número de unidades escolares por etapa e modalidade	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABASE	Associação Brasileira dos SEBRAE Estaduais
ABDE	Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento
ÁGUIA	Grupo de Estudos sobre Organismos Internacionais e Gestão e Política para Educação Pública Básica
Ais	Ato Institucionais
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANPEI	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCC-EM	Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRB	Banco de Brasília
CACB	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPO	Cia. Brasileira de Pavimentos e Obras
Cebrae	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequenas e Médias Empresas
Cebraspe	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
CED	Centro Educacional
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEF	Caixa Econômica Federal
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COMICRO	Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
CONAMPE	Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DF	Distrito Federal
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
EAD	Ensino a Distância
EAPE	Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPUP	Entidades privadas de utilidade pública
FAP	Fundo de Amparo à Pesquisa
FIMEPE	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
GDF	Governo do Distrito Federal
IBAGESC	Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
IDERGS	Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul
IPAG	Instituto Paranaense de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa
JEPP	Jovens Empreendedores Primeiros Passos
JK	Juscelino Kubitschek
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEI	Microempreendedor Individual
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NAE	Núcleo de Assistência Empresarial
NAI	Núcleo de Assistência Industrial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PDRAE	Plano Diretor das Reformas do Aparelho do Estado
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.
PFI	Private Finance Initiative
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNEE	Programa Nacional de Educação Empreendedora
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
POGE	Políticas Pública e Gestão da Educação
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPP	Parceria Público-Privada
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
Simples	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SINPRO/DF	Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SMPE	União/ Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
SSA	Serviços Sociais Autônomos
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCT	Termo de Cooperação Técnica
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Procedimentos metodológicos, documentos, interlocutores, aproximação das categorias empíricas e conceitos	22
Corpus documental nos âmbitos federal, distrital e empresarial.....	25
CAPÍTULO 1	30
OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: A COEXISTÊNCIA ENTRE O SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO.....	30
Preâmbulo	30
1.1 Os fundamentos históricos, políticos e sociais sobre a origem da parceria público-privada e sua utilização no setor público educacional	31
1.2 O Estado brasileiro na adoção das parcerias público-privadas na educação básica	37
1.4 A coexistência entre o público e o privado: estruturação do CEBRAE ao SEBRAE (1972-2014).....	45
Considerações parciais	53
CAPÍTULO 2	55
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA DO SEBRAE POR MEIO DA RELAÇÃO SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2017 E 2022.....	55
Preâmbulo	55
2.1 Percurso metodológico	56
2.2 Os interesses privados imbricados na gestão da política de educação básica pública do Distrito Federal	62
2.3 Tensões entre interesses públicos e privados na educação básica pública no Distrito Federal.....	66
2.4 Ofensiva sobre a educação pública: educação empreendedora e o Programa Nacional De Educação Empreendedora (PNEE) do SEBRAE.....	74
2.5 A relação público-privada entre o governo distrital e o SEBRAE na educação básica pública do Distrito Federal entre 2017 e 2022	83
2.5.1 O Termo de Cooperação Técnica 08/2017 E 06/2021 entre SEBRAE e governo distrital: objetivos e finalidades	84
2.5.2 Como o plano de trabalho da relação seedf-sebrae incide na gestão e planejamento da educação básica pública?	88
Considerações parciais	98
CAPÍTULO 3	100
O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL: VOZES DOS GESTORES	100

PREÂMBULO.....	100
3.1 “Eles colocaram a gente na escola” - a materialização da relação entre a SEEDF e o SEBRAE na educação básica: participação e atuação dos gestores	101
3.2 O plano de trabalho viabiliza alterações na gestão escolar, no sistema e no trabalho pedagógico	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE	143

INTRODUÇÃO

“Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidisse imediatamente”.
(Karl Marx)

Essa dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), vinculada à linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE), e está situada no Grupo de Estudos sobre Organismos Internacionais, Gestão e Política para Educação Básica Pública (ÁGUIA) e tem por objeto de pesquisa a relação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), instituída pelo Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) via Termos de Cooperação Técnica 08/2017 e 06/2021 para a oferta serviços e produtos pedagógicos da rede pública de ensino do Distrito Federal, entre o período de 2017 e 2022.

A educação básica pública no Distrito Federal faz parte da minha constituição como sujeito histórico. Sou brasiliense, morei durante toda minha infância em Samambaia, em área de vulnerabilidade social, e estudei em três escolas públicas próximas à minha residência. Cresci vendo minhas professoras e professores lutarem por condições dignas de trabalho e por condições e recursos para que pudessem garantir uma educação de qualidade social. Após terminar o ensino médio, fui aprovada no vestibular de 2004 na Universidade de Brasília (UnB) para o curso de licenciatura em Letras-português. Durante minha formação acadêmica, pude participar de grupos de pesquisa em literatura e pós-modernidade e fui bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante dois semestres. Graduada, em 2011, fui aprovada no concurso para professora da rede pública do Distrito Federal, primeira como contratação temporária e, em 2013, como professora em caráter estatutário.

Em 2011, exerci a docência na mesma região onde cresci e estudei, e me deparei lutando por condições melhores de trabalho e de recursos para que pudesse ofertar aos estudantes uma educação de qualidade em Língua Portuguesa, tal qual meus professores. Nesse movimento de ocupar outra posição na mesma comunidade que cresci, me permiti olhar a partir de um novo lugar: o de professora. Percebi que ainda existiam muitas dificuldades, que o modelo de escola não tinha mudado tanto, mas comecei a observar uma crescente de projetos vindos de outros

órgãos estatais ou de empresas em parceria com a Secretaria de Estado de Educação para espaço pedagógico escolar.

No ano de 2019, exerci a função de Coordenadora Pedagógica de um Centro de Ensino Fundamental (Anos Finais), acompanhei o debate e implementação da transferência da gestão da Educação Infantil do estado para as Organizações da Sociedade Civil e acompanhei a grande demanda de novos projetos federais e de entidades privadas que eram apresentados as escolas para fazerem adesão. Entre 2020 e 2022, atuei como Coordenadora Intermediária de Apoio¹ da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia, e algumas de minhas funções eram promover estes projetos advindos de parcerias público-privadas para incentivar a participação das escolas públicas da regional de Samambaia e auxiliá-las na execução desses projetos.

Durante a construção da minha carreira, ocupando essas posições na educação básica pública do Distrito Federal, acompanhei a aplicação ou fui sujeito participe de vários projetos comprados de empresas privadas com o objetivo de melhorar a educação pública no Distrito Federal. Lecionando Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano, pude perceber como essa disciplina tornou-se atrativa para o mercado a partir dos índices do IDEB, ao longo dos anos, e por ter uma das maiores cargas horárias nos anos finais². As abordagens vinham tanto dos meios institucionais, como documentos normativos/orientadores (circulares, portarias, notas informativas), como também por acesso dos representantes de empresas ao espaço escolar, seja na coordenação pedagógica, seja diretamente em sala de aula. Retomando ao meu pensamento de dez anos atrás (sem tanta percepção e leitura crítica), esse acesso e entrega de produtos pareciam uma tábua de salvação para uma professora iniciante, atuando em escolas de extrema vulnerabilidade, ansiando por algo que trouxesse e fizesse o estudante permanecer na escola com interesse pela aprendizagem.

Por fim, dentro dessa trajetória ainda não finalizada na educação, como coordenadora intermediária de apoio, acompanhei de perto a oferta de projetos pedagógicos e compreendi a insistência que sofrem as escolas públicas, pois, geralmente, as Coordenações Regionais de Ensino têm metas de escolas para aderirem aos projetos apresentados pelos parceiros. Nestes projetos, a escola pública tinha acesso à formação continuada e/ou treinamento para professores, oficinas para estudantes dos anos finais/ensino médio, havia material didático e brindes para os professores. Ao fazer parte do processo de induzir as unidades escolares a aceitarem projetos parceiros, surgiu em mim a necessidade de entender melhor as ideologias

¹ Função dentro da Coordenação Regional de Ensino no Distrito Federal (instância intermediária entre a gestão central e as escolas) que atua na gestão, implementação e aplicação das políticas públicas distritais e nacionais.

² Em 2023, a carga horária de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano é de 200 horas/aulas.

por traz de cada documento, somada às leituras e formações que participei e que aceleraram a necessidade de compreender os processos de gestão das políticas para educação básica. No primeiro momento, decidi realizar uma disciplina sobre gestão de políticas educacionais como aluna especial na UnB. Ao finalizar a matéria, as dúvidas aumentaram, então, percebi que era preciso buscar outras fontes, mergulhar na teoria para compreender qual prática eu estava realizando no meu trabalho, assim, cheguei no mestrado acadêmico em educação.

Ao exercer a função de Coordenadora Intermediária de Apoio dos Anos Finais na Coordenação Regional de Ensino de Samambaia entre 2020 e 2022, constatei como problema de pesquisa o fato de a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), entre de 2017 e 2022, tinha celebrado e renovado Termos de Cooperação Técnica com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para oferta de serviços pedagógicos e produtos pedagógicos (cursos de formação continuada, projetos de atividades para estudantes e comunidade, consultoria, material didático além no PNLD, oferta de itinerário formativo técnico-profissional para o Novo Ensino Médio regular e, em tempo integral), tornando-se, nos últimos anos, um dos principais parceiros da SEEDF. Contudo, pela natureza da relação, o Termo de Cooperação Técnica não prevê transferência financeira entre as partes, o que me levou a refletir sobre as intenções e finalidades destas relações e sobre quais são as vantagens para o SEBRAE em ofertar serviços e projetos pedagógicos para a educação básica pública do Distrito Federal.

Ao atuar com professora e coordenadora intermediária da rede pública do Distrito Federal, pude observar que, na celebração, planejamento da relação instituída pelos Termos de Cooperação Técnica, os atores intermediários (Coordenações Regionais de Ensino) e locais (professores, gestores, coordenadores locais e estudantes) ficam à mercê de um contrato entre duas personalidades jurídicas que gerenciam um produto ou serviços, despersonalizando o processo de implementação de programa e projetos dentro do âmbito histórico-pedagógico da unidade escolar. A preocupação com o significado político-pedagógico das ações vinculadas aos Termos de Cooperação Técnica me conduziu à presente pesquisa.

Para orientar o estudo, proponho como objetivo geral analisar a relação entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) por meio do Programa Nacional Educação Empreendedora (PNEE), na prestação de serviços pedagógicos para o Ensino Fundamental- Anos Finais, entre período de 2017 a 2022.

Apresento, então, os seguintes objetivos específicos:

- Compreender e analisar por que os governos nacionais adotam modelos de parceria público-privada na educação básica;
- Evidenciar e analisar a constituição das parcerias público-privadas na educação básica, no governo do Distrito Federal, e como a concepção, objetivos e finalidades do Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE modificam e, se alteram, a concepção de ensino público, instituída no Currículo em Movimento – 2018, no Distrito Federal.
- Apreender e analisar as formas de participação/atuação dos gestores educacionais (Central, Intermediária e Escolar) na gestão e implementação do Programa Nacional de Educação Empreendedora na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Para nortear o objetivo do estudo, elegi como questão central: como as prescrições do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do SEBRAE, mediadas pelos Termos de Cooperação Técnica celebrado com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, influenciaram a gestão da educação básica pública no contexto do Distrito Federal, entre 2017 e 2022?

Proponho as seguintes questões específicas:

- Como emergiram as relações público-privadas na educação básica a partir das relações entre o governo com empresas e institutos privados de 1990 em diante?
- Como a relação entre o SEBRAE e o governo distrital implementa uma concepção de educação básica pública no Distrito Federal?
- De que maneira a relação com o SEBRAE ocorreu no contexto do Distrito Federal entre 2017 e 2022?
- Quais implicações e características dessa relação para a gestão escolar e a gestão do sistema da educação básica pública distrital?
- Como os gestores centrais, intermediários e escolares compreendem o Programa Nacional de Educação Empreendedora? E como estes atores participam/atuem na elaboração e execução do PNEE no Distrito Federal?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, DOCUMENTOS, INTERLOCUTORES, APROXIMAÇÃO DAS CATEGORIAS EMPÍRICAS E CONCEITOS

Por compreender que a política pública educacional é um processo de decisões com interesses, ações e definições, e que visa atender objetivos de grupos hegemônicos para a reprodução de um projeto de educação, de sociedade e de economia que estes acreditam, realizo uma aproximação com os pressupostos filosóficos e teórico-metodológicos que advém do materialismo histórico-dialético para análise da concretude do Termo de Cooperação Técnica (TCT) nº 08/2017, nº 06/2021 entre SEEDF e o SEBRAE, e dos sujeitos que executam a gestão desses termos em nível central, intermediário e local no espaço hierárquico da SEEDF.

A relação dinâmica entre o homem e a natureza é um processo próprio da existência humana, pois o homem modifica a natureza por mediação intencional do trabalho para garantir a sua sobrevivência. Essa relação entre o homem e o trabalho também passa por mediações visando a sobrevivência e a produção necessária para alcançá-la. Essa mediação do trabalho passa pela educação no reconhecimento do saber necessário do “mundo real (ciência), da valorização social (ética) e pela simbolização (arte)” (Saviani, p. 12, 2021).

A construção científica não inicia na espontaneidade, mas sim da relação do homem com a natureza, consigo mesmo e com o outro pelas mediações dos saberes acumulados ao longo da história. Diante do que já se construiu como metodologia em pesquisas anteriores, analiso dados provenientes de documentos, da produção científica relacionada ao tema e de entrevistas semiestruturadas com gestores, com o objetivo identificar e explorar as contradições, mediações e mudanças – se ocorreram e como ocorrem - oriundas da relação SEEDF-SEBRAE. Aproximo-me, neste estudo, da abordagem histórico-analítica à luz do materialismo histórico-dialético para alcançar a compreensão das relações público-privadas no âmbito da educação básica pública.

Do ponto de vista da análise metodológica, as parcerias público-privadas não devem ser analisadas somente sobre o prisma técnico de contratos de prestação de serviço ou entrega de material, mas considerando as relações humanas, as estruturas, as formas, características, mediações e a totalidade histórico-social no processo educacional. Também a interferência dos sujeitos, as formas de atuação, finalidades e os resultados, como preconiza o materialismo histórico-dialético. O método de pesquisa científica é um caminho para interpretação da realidade (Pádua, 2016), da visão de mundo dos atores, ou seja, captar como o sujeito leitor-do-mundo (Freire, 1989) se aperfeiçoa, se eleva para compreender a realidade educacional e suas imbricações dentro da sociedade e das políticas públicas.

No materialismo histórico-dialético, as categorias do objeto se formam na mediação entre a pesquisadora e o objeto. Significa dizer que se constituem nas interações sociais, históricas e econômicas (Triviños, 2009), que são ferramentas que auxiliam na interpretação do objeto estudado, auxiliando na análise e interpretação dos fenômenos observados. As categorias, então, permitem uma apreensão dialética sobre o movimento e permite uma criticidade para desvelar a aparente realidade para alcance da essência (Kosik, 2002).

Como forma de observar as singularidades, para se aproximar e apreender a totalidade das parcerias público-privadas na educação básica pública, este estudo se alicerça nas categorias teóricas: *contradição*, *mediação*, *essência* e *aparência*. A categoria *mediação* torna-se necessária para compreender os interesses privados e sua relação de parceria com o Estado como parte de uma construção histórica (Cury, 1989), demonstrando que a parceria público-privada entre o SEBRAE e a SEEDF materializa um movimento do Programa Nacional de Educação Empreendedora. A *mediação* permite avançar em como os interesses das partes influenciam a gestão escolar, suscitando as contradições nas relações. Já a *contradição*, permite olhar o objeto a partir das tensões, dissensos e de movimentos existentes, tanto na escola, quanto no objeto e nos processos nele envolvidos. A natureza entre os interesses público e privado, representados pelas partes do termo de cooperação técnica, modelos de gestão e níveis de centralização, pode revelar antagonismos de classes. Esta categoria permite uma apreciação crítica sobre as tensões reais e aparentes (Cury, 1989) e seu impacto na educação básica pública do Distrito Federal. A *contradição* permite a leitura da totalidade e observar os movimentos externos e internos (Cury, 1989) da parceria público-privada entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE.

A *aparência* refere-se ao modo como os fenômenos se manifestam superficialmente, ou seja, como são percebidos de forma imediata no cotidiano, muitas vezes esconde ou distorce a essência, criando ilusões sobre a realidade social. No capitalismo, as relações de exploração do trabalho podem se apresentar, na aparência, como uma simples troca entre trabalhadores e capitalistas, sem revelar as contradições e desigualdades que sustentam essa relação. Embora não seja falsa, a *aparência* é insuficiente para uma compreensão completa da realidade; ela precisa ser questionada e confrontada com a essência para que as contradições reais possam ser reveladas e compreendidas. A *essência* refere-se à estrutura profunda e real de um fenômeno, ou seja, aquilo que o define fundamentalmente. A essência representa a totalidade das relações sociais e materiais que constituem a base de uma realidade específica, mas que nem sempre são visíveis diretamente (Kuenzer, 2016). No caso do capitalismo, por exemplo, a essência do

sistema reside nas relações de produção e exploração da força de trabalho, na acumulação de capital e nas contradições entre o capital e o trabalho. A essência, portanto, é aquilo que precisa ser desvelado por meio de uma análise crítica, pois está oculto pelas aparências superficiais e imediatas.

Pautada na compreensão das categorias teóricas, a partir da leitura dos artigos e dos documentos sobre parcerias público-privadas entre o SEBRAE e a SEEDF, elegi *a priori* as categorias empíricas: *gestão democrática, participação, e relação público-privada*. Estas categorias foram tangíveis na análise dos Termos de Cooperação Técnica nº 08/2017 e nº 06/2021, em seus respectivos planos de trabalhos, na documentação, bem como na atuação, ações e discursos dos servidores gestores (interlocutores da pesquisa) que atuaram no planejamento, mediação e execução da parceria.

A categoria *gestão democrática*, é entendida como um modelo de administração que valoriza a participação ativa e coletiva de todos os membros da comunidade escolar – gestores, professores, estudantes, funcionários, pais e representantes da sociedade – nas decisões que afetam o ambiente educacional. Essa gestão é orientada pelos princípios de transparência, descentralização, autonomia e inclusão, garantindo que as políticas, ações pedagógicas e recursos sejam discutidos e definidos de forma colaborativa. Sob a ótica de autores como Libâneo (2017) e Paro (2015), a gestão democrática não se restringe à consulta formal ou à participação simbólica, mas envolve uma construção dialética e colaborativa, na qual as decisões são fruto do diálogo entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar. Esse modelo de gestão busca não apenas a eficiência administrativa, mas também o desenvolvimento de uma educação crítica e transformadora capaz de enfrentar as contradições sociais e preparar os indivíduos para o exercício da cidadania. Para que a gestão democrática se concretize plenamente, é necessário que haja espaços de deliberação coletiva, como conselhos escolares e assembleias, nos quais a voz de todos os participantes sejam consideradas na formulação e execução das políticas educacionais. Esta categoria possibilita interpretação das relações institucionais e o papel dos sujeitos envolvidos, assim como identificar e compreender as contradições existentes nessas relações de interesse entre as entidades e dos gestores que executam os projetos em todos os níveis.

A categoria *participação* permite interpretar como os processos de participação estão sendo construídos, (des)valorizados e efetivados nessa parceria, se são democráticos ou impostos em todas as instâncias, se os gestores escolares têm possibilidades de adequar ou são sujeitados a aceitar. *Participação* aqui é entendida como meio para alcançar a gestão escolar

democrática, pautada no princípio da autonomia, visando a construção de consenso, promoção da cidadania e fortalecimento da comunidade escolar como um todo (Libâneo, 2017).

O capitalismo como sistema vive de crises cíclicas, o que exige expandir mercados, modificar os espaços, encurtar o tempo e expropriar a força de trabalho, mantendo, assim, acumulação e sua reprodução (Mészáros, 2015). E nessa sociedade, as políticas educacionais são determinadas e são determinantes, fazem parte da engrenagem da economia política (Peroni, 2016), onde emergem as contradições que permitem o capitalismo existir. A escola, instituição social, tornou-se um espaço de formação da força de trabalho, pois nela modelam-se comportamentos, habilidades necessárias ao capital. A escola pública tornou-se um espaço de disputas dos tipos de formação humano-social.

Para desenvolver a pesquisa sobre parcerias público-privadas, entendo como *público*, o setor governamental ou estatal, ou seja, o governo ou as entidades governamentais em todos os níveis, como municipal, estadual ou federal, que expressam as contradições presentes na sociedade, objetivam atender aos interesses de todos (Chauí, 2003). O termo *privado* é entendido como o setor não-governamental, ou seja, as organizações, empresas ou estruturas que não fazem parte do aparato estatal ou governamental. Estas corporações podem ser empresas comerciais, organizações sem fins lucrativos, ou qualquer outra associação que atuem com personalidade de direito privado. Por sua vez, essas organizações objetivam o lucro e manutenção da ordem social capitalista. (Chauí, 2003).

A relação público-privada nesta pesquisa é compreendida como uma forma específica de organização e gestão de serviços públicos e infraestrutura que reflete as contradições e dinâmicas da sociedade capitalista, onde os interesses privados, orientados pelo lucro, entram em conflito com o interesse público. A transferência da responsabilidade pela execução, a utilização de recursos financeiros estatais para financiar os interesses privados nas parcerias público-privadas demonstra um tipo de privatização (Martins; Souza; Pina, 2020; Adrião; Peroni, 2019) via terceirização do serviço público (Freitas, 2018).

CORPUS DOCUMENTAL NOS ÂMBITOS FEDERAL, DISTRITAL E EMPRESARIAL

Utilizei como fonte de pesquisa e análise histórica a legislação federal, distrital, os documentos oficiais elaborados pela SEEDF e os documentos oficiais elaborados pelo SEBRAE, como apresentado nos quadros abaixo:

Quadro 1 - Corpus documental sobre parcerias público-privadas - Federal

Federal	
Dispositivos Legais	Assunto
Constituição Federal de 1988	Regula e fundamenta o Estado Democrático de Direito
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
Lei das Parcerias Público-Privadas - Lei nº 11.079/04	Estabelece normas para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública
Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014	Aprova o Plano Nacional de Educação
Marco Regulatório da Sociedade Civil - Lei 13.019/2014	Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e a Organizações da Sociedade Civil
Base Nacional Comum Curricular - Resolução CNE/CP nº 02/2017	Institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 2 - Corpus Documental sobre parcerias público-privadas - Distrital

Distrital	
Dispositivos legais/oficiais	Assunto
Lei nº 3.792/06	Estabelece normas para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública Distrital
Lei nº 5.499/2015 - Plano Distrital de Educação	Aprova o Plano Distrital de Educação para o período de 2015 a 2024
Decreto nº 3.418 de 04 de agosto 2016	Regulamenta em âmbito distrital a Lei nº 13.019/2014
Termo de Cooperação Técnica nº 8/2017	Celebra o acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE entre o período de 2017 a 2019
Termo de Cooperação Técnica nº 6/2021	Celebra o acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE entre o período de 2021 a 2022

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 3 - Corpus Documental sobre parcerias público-privadas - SEBRAE

Documentos Oficiais do SEBRAE voltados a educação básica pública e parceria público-privada	
Dispositivos	Assunto
Referenciais Educacionais do SEBRAE	orienta os profissionais da educação que atuam na empresa, estabelecendo diretrizes básicas para suas atuações nos processos de desenvolvimento, de atualização, de repasse e de aplicação das soluções de capacitação empresarial e cultura empreendedora, apontando opções teóricas que mais se adequem-se à missão e aos valores da instituição
Manual de Gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora	orienta os profissionais da educação que atuam na empresa sobre os programas e projetos voltados à educação empreendedora
Guia de Secretários de Educação	oferece aos gestores centrais dos governos estaduais e municipais orientações para organizar as agendas da política educacional. Documento elaborado em parceria com Instituto Ayrton Senna
Termo de Cooperação Técnica - documento principal	Termo de Cooperação Técnica nº 08/2017 encontra-se no DODF nº 076 de 20/04/2018 e do Termo de Cooperação Técnica nº 06/2021 encontra-se no DODF nº 36 de 21/02/2022
Jovens Empreendedores Primeiros Passos: uma lição que se aprende desde cedo.	Apresenta o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos aos gestores escolares
Plano de Trabalho SEBRAE- SEEDF do Termo de Cooperação Técnica nº 08/2017	Apresenta as ações que serão desenvolvidas na SEEDF entre o período de 2017- 2019
Plano de Trabalho SEBRAE- SEEDF do Termo de Cooperação Técnica nº 06/2021	Apresenta as ações que serão desenvolvidas na SEEDF entre o período de 2021- 2023

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os documentos são fontes derivadas das relações históricas que o construíram (Evangelista; Shiroma, 2019). A pesquisa documental é uma ação, ato da pesquisadora para identificar e analisar os documentos de fontes primárias como uma rede complexa de representação particular de uma totalidade (Martins; Souza; Pina, 2020). Por isso, utilizo a pesquisa documental como ponto inicial da análise das PPP entre o SEBRAE e a SEEDF, pois “produzir conhecimentos sobre os documentos é produzir consciência – no caso do tipo de fontes que inquirimos – sobre a hegemonia burguesa” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 89). Ao investigar documentos, a pesquisadora busca desvelar a essência das relações sociais expressas,

muitas vezes, encobertas pela aparência ideológica ou institucional que o documento projeta. A análise documental, portanto, não se restringe à leitura literal dos textos, mas envolve um processo crítico de interpretação que busca compreender as relações de poder e as intenções que permeiam a produção desses documentos. De acordo com Mészáros (2015), os documentos expressam mediações sociais, políticas e econômicas que refletem os interesses dominantes de uma época. Na pesquisa educacional, os documentos produzidos por instituições públicas e privadas, como o SEBRAE e a SEEDF, representam não apenas registros de eventos, mas também a materialização de discursos e práticas que buscam legitimar determinadas políticas públicas. Desse modo, a análise documental torna-se fundamental para compreender como essas políticas, particularmente as parcerias público-privadas (PPP), são justificadas e operacionalizadas no campo educacional, revelando as contradições entre o discurso oficial e as práticas efetivas de gestão.

A análise documental também assume uma dimensão histórica ao situar os documentos no contexto de sua produção e circulação, e, assim, considere as condições históricas e sociais que influenciaram a formulação desses textos, assim como suas repercussões ao longo do tempo. Segundo Kosik (1976), a análise dialética permite desvelar a essência das políticas educacionais ao longo das diferentes conjunturas históricas, identificando as continuidades e rupturas que caracterizam a relação entre Estado e mercado na educação.

O uso combinado da análise documental e da entrevista semiestruturada permitiu uma compreensão mais profunda e crítica dos fenômenos estudados. Enquanto a análise documental fornece acesso a registros oficiais, históricos e normativos, revelando as intenções e justificativas institucionais por trás de políticas públicas e práticas educacionais, as entrevistas semiestruturadas trazem à tona as percepções, experiências e interpretações subjetivas dos atores diretamente envolvidos no contexto investigado. Esse cruzamento de dados me permitiu confrontar a essência das políticas expressas nos documentos com a aparência que se manifesta nas práticas e discursos cotidianos dos entrevistados, desvelando contradições e mediações que não seriam evidentes com o uso isolado de uma dessas abordagens.

A dissertação está organizada em três capítulos principais, com o objetivo de oferecer uma análise aprofundada da parceria público-privada entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O primeiro capítulo estabelece os fundamentos históricos, políticos e sociais que embasam as parcerias público-privadas na educação. Ele explora o contexto em que essas parcerias emergiram, conectando o avanço das políticas neoliberais com a inserção do setor

privado na gestão de serviços educacionais públicos. Além disso, investiga a coexistência do setor público e privado e suas implicações para a estrutura educacional, fundamentada em análises dialéticas para revelar as contradições nas relações entre o Estado e as corporações.

O segundo capítulo aborda a implementação do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do SEBRAE, entre 2017 e 2022, no contexto do Distrito Federal. Nesse capítulo, são discutidos os percursos metodológicos adotados para investigar os documentos oficiais e as entrevistas com gestores educacionais. A análise se concentra em como os interesses privados foram imbricados nas políticas para educação básica, criando tensões entre as demandas do setor público e as exigências do mercado. São também detalhadas as estratégias de gestão e planejamento que sustentaram a implementação do programa, com destaque para os Termos de Cooperação Técnica firmados entre o SEBRAE e a SEEDF.

O terceiro capítulo, a partir uma análise empírica, dando voz aos gestores escolares que vivenciaram diretamente a implementação do PNEE em suas escolas, explora as percepções desses gestores sobre a gestão do programa no cotidiano escolar e na gestão pedagógica. O capítulo destaca as tensões entre o avanço do setor privado sobre a educação básica pública e a resistência ou adesão dos gestores educacionais a esse movimento.

CAPÍTULO 1

OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: A COEXISTÊNCIA ENTRE O SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO

*“Privatizaram sua vida, seu trabalho,
sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.
E agora não contentes querem
privatizar o conhecimento,
a sabedoria,
o pensamento,
que só à Humanidade pertence.”
(Brecht, 1938)*

PREÂMBULO

O primeiro capítulo parte dos fundamentos históricos, sociais, políticos e econômicos da parceria público-privada na formação do Estado brasileiro. Apoio-me no materialismo histórico-dialético para apreender as contradições decorrentes das relações advindas da parceria que o Estado engendra com as entidades privadas. Tenho como objetivo compreender por que os governos nacionais adotam modelos de parceria público-privada na educação básica. Para isso, ilustro como o Estado brasileiro se estruturou na coexistência com setor privado, a fim de demonstrar que as PPPs são construções históricas que se modelaram à necessidade do capital.

Prossigo na compreensão do modelo de parceria público-privada que o Estado brasileiro adota para realizar parceria com SEBRAE e outras entidades dentro da educação. Para orientar a análise, elegi a seguinte questão: Como emergiram as relações público-privadas na educação básica a partir das relações entre o governo com empresas e institutos privados de 1990 em diante?

Neste percurso, em termos metodológicos, utilizo a análise histórica, pois, na apreensão do universal, conseguimos alcançar o particular (Húngaro, 2014), nesse caso, a totalidade das parcerias público-privadas, amparada na compreensão das contradições existentes nas estruturas, legislações e na gestão da educação, presentes na adoção do modelo de PPP que considera o contexto político e social (Cury, 1989).

Assumo a pesquisa documental e bibliográfica (Evangelista; Shiroma, 2019). Considero que as construções discursivas presentes nos documentos aproximam o pesquisador da essência das políticas públicas educacionais, mas também podem encobrir as intencionalidades dos governos e setor educacional privado que o elaboram (Evangelista; Shiroma, 2019). Por isso, o papel investigativo do pesquisador é necessário para o movimento de aproximação da essência (Marx, 2017) das políticas públicas educacionais sobre a parceria público-privada.

1.1 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS SOBRE A ORIGEM DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA E SUA UTILIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO EDUCACIONAL

Os direitos sociais, como o direito à educação pública, são conquistas recentes dentro da história do capitalismo e do Estado capitalista para garantir acesso para todos os cidadãos, sobretudo das frações da classe trabalhadora que necessitam de ações para alcançar o mínimo de bem-estar instituído nas constituições. Esses direitos não são, portanto, direitos que se contrapõem ao Estado ou direitos que envolvam participação na formação do poder político (Bedin; Nielsson; 2013), mas, direitos sociais e humanos para a sobrevivência em uma sociedade transformada pelas relações de classes, de gênero e poder econômico.

A construção do Estado capitalista moderno se deu na dialética de ruptura-*continuum* das organizações sociais, políticas e religiosas medievais e da forma mercantil na economia. (Mascaro, 2013). O vínculo intrínseco entre o poder político e o poder religioso existente durante o poder do senhor feudal foi substituído por contrato social entre Estado, organizações, empresas e sociedade civil. As relações sociais que emergiram entre o sujeito e o Estado foram dessacralizadas, e o sujeito se tornou senhor de si mesmo para exercer funções e atividades mercantis na sociedade capitalista.

Os poderes político, econômico, militar e religioso estão na base da formação do Estado moderno. Se antes, na estrutura medieval, o poder político estava descentralizado, passou a ser um poder absoluto, centralizado na pessoa do rei, apoiado no ideal de soberania dos Estados e sua territorialidade. A legitimação do poder se deu nesse período histórico pelo consenso entre os agentes políticos, religiosos e a burguesia, tendo o Estado como árbitro legítimo para garantir ordenamento jurídico, segurança e direitos civis e liberdades coletivas³ (Behring e Boschetti, 2017).

³ Essa legitimação é retratada por Rousseau (2010) em “Do contrato social”.

As relações entre o Estado capitalista e as empresas privadas, nos séculos XVIII e XIX, fomentaram desenvolvimento industrial, firmaram a posição da burguesia como classe dominante, enfatizando a superestrutura capitalista. Contraditoriamente, a exploração da força de trabalho do proletariado e a pauperização das frações marginalizadas avançaram sem nenhuma ação efetiva do Estado para melhorar as condições sociais.

Para garantir o direito à propriedade e gerar lucro, no século XIX, vários países europeus estabeleceram relação com setor privado na realização de ações estatais, como monopólios concedidos ultramarinos⁴, construção de infraestrutura de transporte e comunicação, patentes de tecnologias, governança pública para a realização de serviços sociais em nome do Estado por um ente privado e colonização.

A relação contratual do Estado capitalista com o setor privado consolidou o capitalismo e, conseqüentemente, a aceleração da busca por lucro. Dentro deste contexto, o Estado permitia concessões e exploração de mercado pelas empresas e/ou sujeitos particulares objetivando o lucro e expansão comercial. Coube ao Estado garantir as regras e contratos jurídicos para a expansão do mercado e exploração da força de trabalho. Nessa relação, o Estado atua como ente econômico privado e as relações jurídicas são instituídas por contrato (Bobbio, 1982).

A relação entre organizações da sociedade civil, empresas e Estado também dominava a oferta de serviços sociais (saúde, educação e moradia) às frações mais pauperizadas da classe trabalhadora por meio de organizações religiosas ou entidades privadas, com apoio estatal. Contraditoriamente, os direitos sociais, apesar de serem coletivos, só podem ser usufruídos na individualidade (Lafer, 1991), na sobrepujança do direito à propriedade, ou seja, a garantia e a efetivação do direito social só acontecem se o sujeito puder usufruir dos direitos civis e, neste momento da história, para se ter direitos civis era necessário ter posses.

Na educação, as relações de parceria entre o Estado e as entidades privadas giravam em torno do patrocínio a cátedras e a academias científicas por parte da elite burguesa, escolas de caridade que recebiam apoio econômico dos governos, da elite burguesa e eram geridas por entidades religiosas ou grupos sociais que gozavam de vantagens cedidas pelo Estado.

Se a luta por direitos sociais e sua garantia se destacou nas políticas públicas estatais a partir de 1945, no entanto, a liberalização da economia com o neoliberalismo⁵ começa a se

⁴ A Companhia Britânica das Índias Orientais e a Companhia Holandesa das Índias Orientais são exemplos de monopólios ultramarinos que foram explorados por empresas/indivíduos privados.

⁵ Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo é uma abordagem política e econômica que se baseia na promoção da liberalização dos mercados, na diminuição da intervenção do Estado na economia e na busca pela maximização da liberdade individual e do capitalismo. O autor argumenta que o neoliberalismo enfatiza a redução das barreiras ao comércio internacional, a privatização de setores anteriormente controlados pelo Estado, a desregulamentação de atividades econômicas e a diminuição do papel do Estado na oferta de serviços públicos.

destacar na década de 1970. E uma das primeiras experiências foi desenvolvida pela política econômica de Augusto Pinochet, no Chile, em 1973.

Ainda nesse contexto, segundo Harvey (2008), o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979-1990), e o governo do presidente estadunidense Ronald Reagan (1981-1989) desenvolveram as políticas econômicas e sociais a partir de formulações desenvolvidas pelos economistas, como Milton Friedman, Friedrich Hayek e escola de Chicago em resposta à crise econômica, ao aumento do índice de desemprego e ao aumento da inflação que, na época atingiu os países ocidentais. Esses economistas defenderam ideias que influenciaram o pensamento neoliberal: desregulamentação, desnacionalização, liberalização comercial, política fiscal conservadora, privatização e flexibilização do contrato de trabalho.

O neoliberalismo se desenvolveu em um contexto de crise econômica, da década de 1970 em diante. Crise sociopolítica e bélica, em que as burguesias pressionam o Estado para que as políticas sociais sejam suprimidas e os direitos sociais tornem-se serviços para comercializar as relações sociais, permite que o capital se expanda sobre os direitos sociais. Dardot e Laval (2016), sobre essa tendência econômica-social do neoliberalismo, afirmam que a crítica ao bem-estar social e a mercantilização dos direitos sociais são uma forma de transformação atividade estatal, tornando o Estado uma entidade regida pelas regras da concorrência, da gestão econômica e eficaz, tal qual o mercado privado:

O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao “Estado produtor”, mas também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais (Dardot; Laval, 2016, p. 206).

Assim como na consolidação do Estado moderno, os intelectuais orgânicos da burguesia (Gramsci, 2000) atuaram e conduziram ideias liberais de propriedade, igualdade na lei e racionalidade para expansão do capitalismo financeiro recém estabelecido no neoliberalismo. Os intelectuais orgânicos, como Milton Friedman e demais economistas da escola de Chicago, tiveram um papel central na proposição de ideais, na construção de políticas econômicas internas e externas dos países como EUA e Inglaterra, além de influenciar a formação de intelectuais no Chile, no Brasil e em outros países da América Latina (Harvey, 2008). Assim, o neoliberalismo tornou-se uma doutrina política e econômica predominante no mundo.

Na década de 1990, sob influência desses economistas e das políticas adotadas pelos governos Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, Hemult

Khol, na Alemanha, junto com empresas transnacionais, entidades privadas internacionais, institutos privados e empresas filantrópicas (Prado, 2014; Ball, 2014) puseram em marcha a doutrina neoliberal, ao exigir dos governos nacionais, medidas, legislação e ações para desnacionalização, desregulamentação, a privatização e a abertura econômica para o mercado.

Na Inglaterra, durante a década de 1990⁶, foram desenvolvidas e implantadas as *Private Finance Initiative* (PFI), um modelo de relação contratual entre o Estado e entidades privadas que visava uma redução da participação do Estado na economia, mas que os serviços e obras de infraestrutura de interesse público não fossem interrompidos e os riscos políticos e econômicos fossem divididos de maneira proporcional entre a esfera estatal e a esfera privada. Esse modelo de contratação por parceria tinha como justificativa uma suposta ineficiência do Estado em garantir a prestação de serviços sociais de qualidade, de inoperância da esfera estatal em promover grandes obras públicas.

Com o Ato da Reforma Educacional, em 1988, a Inglaterra adotou o modelo gerencial na gestão escolar. Pautada na adoção de um currículo nacional, avaliações em larga escala, descentralização da gestão escolar, aumento dos mecanismos de controle e responsabilização (*accountability*), competição administrativa, essa reforma trouxe a lógica de mercado à educação inglesa (Prado, 2011).

Durante os anos de 1980 e 1990, em vários países do ocidente, viu-se uma tendência acentuada em privatizar as empresas públicas que ocupavam espaços estratégicos na economia mundial, contudo, houve muitas críticas, tanto das alas políticas conservadoras, que pregavam um protecionismo e nacionalismo das riquezas, quanto das alas progressivas, que viam o desmonte do aparelho estatal como uma ofensiva privada às políticas públicas sociais. Para evitar as movimentações políticas de oposição, manifestações sociais e uma previsibilidade de uma nova crise de acumulação do capital, alguns economistas sugeriram um ponto conciliador entre as empresas estatais e as privatizações: as parcerias público-privadas (PPPs).

A partir de Bobbio (1982), é possível afirmar que as funções econômicas do Estado capitalista são configuradas de duas formas: regulação e avaliação das relações por meio de leis e políticas públicas; intervenção através de empresas públicas e por meio de contratos de gestão. Desta maneira, o Estado capitalista é configurado com funções de mediação das atividades econômicas e de produção, integrando indiretamente o circuito de valorização do capital nessa dialética de funções e atribuições, emergem as parcerias público-privadas.

⁶ Neste período, atuaram como primeiros-ministros Margaret Thatcher (1979-1990), John Major (1990-1997) e Tony Blair (1997-2007).

A parceria público-privada (PPP) é definida como um modelo que responde a necessidade do capital dentro do neoliberalismo, pois permite uma relação de suposta colaboração entre o setor público e o setor privado para a realização de projetos de infraestrutura, transporte, serviços públicos ou outras atividades de interesse público (Di Pietro, 2005). Essa parceria envolve o compartilhamento de responsabilidades, riscos e de recursos entre os dois setores - público e privado -, visando alcançar objetivos econômicos, políticos e sociais, múltiplos interesses, às vezes contraditórios, e por embasarem as relações contratuais entre o interesse público e privado, podem encobrir o sentido do serviço público, como direito público (Di Pietro, 2005).

Para a classe dominante, a parceria público-privada pode ser entendida como uma resposta para combinar os anseios das empresas transnacionais, das organizações privadas, com as necessidades dos governos em construir edificações estatais ou de prestar serviços vinculados ao campo dos direitos sociais. A proposta seria combinar a eficiência do setor privado em articulação com o governo, que é responsável por administrar as funções do Estado (Santos, 2017). As PPPs foram apresentadas como instrumento para viabilizar a relação entre organizações privadas e o Estado, pois neste modelo de gestão pública, o empresariado pressupõe a ineficiência e burocratização do Estado em garantir e efetivar os direitos sociais. Então, extraem do Estado a permissão para ofertar, prover os serviços públicos sob o slogan de boa qualidade (Peroni, 2009). Nesse movimento, os direitos sociais tornam-se serviços sociais, logo, são passíveis de serem ofertados pelo setor privado em concorrência e/ou em parceria com Estado capitalista. Entre as estratégias de implementação da parceria público-privada, e a privatização dos serviços públicos, acontecem a desvalorização do serviço público, a retirada de recursos financeiros, humanos e estruturais para, em seguida, o próprio Estado defender a transferência do serviço público para o setor privado como alternativa de qualidade e bom atendimento ao cidadão (Robertson; Verger, 2012).

Na educação básica, as parcerias público-privadas apresentam dois modelos na maior parte dos países ocidentais que adotaram esse tipo de relação contratual com a esfera privada. O primeiro modelo, próximo do *Private Finance Initiative* (PFI) (Peci; Sobral, 2007), envolve a construção, reformas de prédios escolares e é feito pela iniciativa privada com recursos públicos, isto é, a forma como os espaços escolares são pensados. No segundo modelo, o interesse privado elabora e decide o conteúdo da educação, pois os espaços ideológicos são entregues às PPPs. Esse modelo permite a *gestão escolar por empresas e associações privadas* de escolas públicas com financiamento público: as escolas-*charters*, *vouchers* para matrículas

de estudantes em escolas particulares por meio de bolsas com financiamento público; *descentralização da gestão escolar*: o gestor escolar passa a ter mais autonomia para gerir os recursos, contratar profissionais, *contratação de serviços de assessoramento* para construção de currículos pedagógicos, formação continuada de professores, elaboração e fornecimento de recursos didáticos (Robertson; Verger, 2012; Fernandez *et al.*, 2019).

Neste modelo, além da educação e o direito a ela serem colocados como um ativo no mercado, com grande perspectiva de lucro financeiro, o que está em disputa é algo muito maior: a formação social, científica e ideológica da força de trabalho futura. Para garantir que esse objetivo, de fato, aconteça, o Estado, em sua função avaliadora e fiscalizadora, é configurado para instituir vários instrumentos avaliativos de larga escala para medir/quantificar a aprendizagem dos estudantes dessas escolas ou que recebem de forma direta ou indiretamente serviços dessas PPPs.

As parcerias público-privadas vão muito além da transferência da execução de um serviço público. As PPPs são uma forma de materializar a transferência para o setor privado a responsabilidade de elaborar e implementar uma política pública (Adrião *et al.*, 2009). Neste sentido, as PPPs tornam o direito à educação uma mercadoria.

As relações entre o Estado e as empresas privadas tiveram suas gêneses na construção do capitalismo dentro da tessitura das relações histórico-sociais e econômicas. Os interesses privados adentram os espaços estatais de diversas formas para objetivar a acumulação de capital (Marx, 2013). No final do século XX e início do século XXI, as parcerias público-privadas são afirmadas como modelo contemporâneo de administração pública.

No Estado brasileiro, com a globalização⁷ acelerada no final do século XX e a financeirização da economia, as PPPs foram um instrumento para perpetuar os interesses privados que se desenharam a partir da reforma do Estado, com os arranjos entre a esfera pública e privada incidindo na Educação Básica Pública.

⁷ Segundo Harvey (1998), a globalização é um processo complexo que envolve uma série de transformações sociais, econômicas e políticas impulsionadas pela necessidade do capitalismo em encontrar novas formas de acumulação do capital. Esse processo reorganiza o espaço-tempo, reconfigura o espaço geográfico ao estabelecer conexões e relações mais rápidas e intensas e, da mesma forma, cria desigualdades espaciais e econômicas, onde há regiões que se tornam centrais, as conexões acontecem em maior grau e mais rápidas, e outras regiões que se tornam periféricas.

1.2 O ESTADO BRASILEIRO NA ADOÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Na histórica formação econômico-política do Brasil, a relação entre o Estado e as empresas privadas foi um fator complexo e orgânico. Durante o período imperial, o Brasil passou por intensas transformações socioeconômicas, políticas, jurídicas e na infraestrutura. Na tentativa de modernizar a nação, o Estado teve de buscar parcerias com o setor privado (Campos; Damasceno, 2020) para o financiamento e execução de grandes obras, como construção de ferrovias, saneamento e urbanização na capital, criação, expansão, manutenção e execução das linhas telegráficas e de comunicação.

Durante a velha República (1889-1930), manteve-se o movimento da época do Império em relação às empresas privadas em parceria com o Estado, para promover o desenvolvimento econômico e urbanístico na capital federa. Com o desenvolvimento socioeconômico na República, surgiu também as *entidades privadas de utilidade pública (EPUP)*, que eram associações (sociedades), fundações de direito privado que tinham como objetivo oferta de serviços assistencialista, educacionais, de diagnóstico, saúde, alimentação de forma contínua, sem fins lucrativos e de interesse público, e logo tornaram-se cooperadoras espontâneas do Estado (Marin, 1996). Essa titulação permitia a essas associações e fundações terem acesso a programas e financiamento do Estado brasileiro. Essa forma de titulação e organização foi estruturada juridicamente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) pela Lei nº 91 de 1935⁸, mas no Código de Direito Civil de 1916, já constava sua constituição e parceria com o Estado. Essas *Empresas Privadas de utilidade pública (EPUPs)* proporcionavam serviços públicos financiados pelo governo, mas mantinham-se fora da estrutura direta do governo e do Estado.

O presidente Getúlio Vargas fomentou o nacionalismo e a estatização de setores econômicos promissores (criação da Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, entre outras empresas estatais), estabeleceu parcerias com corporações e empresas privadas nos setores de energia, transporte, saneamento e comunicação para construção e ampliação e manutenção da infraestrutura. Com a crescente industrialização do país e as políticas territoriais de ocupação do oeste brasileiro, as parcerias com empresas privadas se tornaram mais recorrentes. No governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), como parte da aceleração do desenvolvimento nacional, as relações entre o Estado e as empresas privadas ampliaram com a concessão de áreas econômicas e o financiamento público para

⁸ Esta lei só foi revogada em 2015 pela Lei nº 13.204, no governo da presidenta Dilma Rousseff.

crescimento industrial privado. Nesse mesmo movimento de crescente industrialização, o país viveu também crescente desigualdade social e regional

Durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985), obras de infraestrutura e transporte, como a construção de rodovias, hidrelétricas⁹ e a expansão da indústria siderúrgica, contaram com a participação ativa de empresas privadas, tanto nacionais quanto multinacionais. Estas obras eram vistas como fundamentais para a modernização e integração do país. Junto à política de nacionalismo, as empresas multinacionais encontraram um ambiente favorável com políticas de incentivos fiscais, acesso a recursos naturais e um mercado interno em expansão.

Com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, houve uma reafirmação dos direitos sociais e da responsabilidade do Estado¹⁰ em fornecer serviços públicos. No entanto, as pressões do capital financeiro internacional, organizações internacionais¹¹ e a emergente classe empresarial nacional buscavam maior lucratividade e novas oportunidades de investimentos. As parcerias público-privadas se destacam como modelo promissor para conciliar a necessidade de prestação de serviços públicos, com um slogan de melhor qualidade na oferta da educação, com a lógica do lucro capitalista.

O presidente Fernando Henrique Cardoso – na gestão 1995 e 2002-, ampliou o programa de privatizações iniciado nos governos anteriores, de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). O Plano Nacional de Desestatização (PND) tinha como objetivo reduzir a dívida pública e aumentar a eficiência das empresas, passando para as mãos do setor privado, setores inteiros da economia, como telecomunicações, energia elétrica, transportes, aeroportos, mineração, entre outros. O PND acabou sendo incorporado por uma reforma maior, a Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, e esta foi orientada por organismos econômicos internacionais (BM, OCDE, FMI) como meta a ser alcançada para liberação de empréstimos e investimentos aos governos federal e estaduais.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a ideia das parcerias público-privadas aparece no sentido de publicização (Pereira, 1998) no projeto Reforma do Aparelho do Estado criado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), pois Plano Diretor das Reformas do Aparelho do Estado (PDRAE) criou as bases para o aumento da participação do

⁹ A Hidroelétrica de Itaipu foi construída a partir da relação do Estado como empresa estatal com empresas privadas. Essas empresas formaram um consórcio para execução da obra da construção civil. O grupo foi formado por: Cetenco Engenharia Ltda.; CBPO – Cia. Brasileira de Pavimentos e Obras; Camargo Corrêa; Andrade Gutierrez; e Mendes Júnior.

¹⁰ A responsabilidade do Estado aparece no artigo 144, sobre segurança pública; no artigo 196, sobre saúde; no artigo 205 e 208, sobre educação; e no artigo 217, sobre prática desportiva.

¹¹ Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

setor privado nas áreas de educação e saúde pública, antes ofertado pelo Estado brasileiro. A reforma do Estado, segundo o governo, se justificava pela necessidade de configuração das funções do Estado para se adequar às demandas econômicas emergentes daquele contexto de mudanças econômicas. A remodelagem do Estado consistia na:

[...] recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da **contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde e cultura**; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (Pereira, 1997, p. 17, grifo próprio).

A PDRAE permitiu, dentro da reestruturação do Estado, a presença e contratação de entidades privadas, atuando no desenvolvimento econômico e social para oferta de serviços públicos relacionados aos direitos sociais, contrastando com a luta de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos que, depois de anos de repressão militar (Peroni, 2018), conseguiram inscrever os direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Essa conquista recente na construção social do Estado brasileiro não teve tempo e nem espaço ideológico para que esse progresso alcançasse as bases estruturantes da sociedade brasileira (Behring, 2003), pois já iniciou-se uma divulgação e propagação entre os meios de comunicação de massa que o Estado era inoperante, burocrático, lento e com as privatizações, concessões e parcerias com a esfera privada, e o cidadão teria celeridade e qualidade na prestação de serviços sociais e a garantia da efetivação dos seus direitos.

Juridicamente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foram promulgadas leis que levaram as PPPs. A Lei nº 8.987/1995 trata da concessão e permissão da prestação de serviços públicos precedidos ou não de obras públicas. Essa norma permite que o Estado passe do papel de garantidor e prestador de direitos sociais e atue como regulador dos serviços sociais prestados por entidades privadas. O cidadão passa de sujeito de direito, que usufrui de serviços públicos para acessar direitos, para o cidadão-cliente, e nesta função, colabora com o Estado no papel fiscalizador. A Lei nº 9.074/1995 regulamenta a concessão, permissão e autorização entre os entes federativos e a esfera privada, dando uma maior ênfase ao setor elétrico.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), foi promulgada a Lei nº 9.790/99, que dispõe sobre as características das pessoas jurídicas de direito privado que podem ser classificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e o instrumento para celebrar a relação contratual entre o Estado e as OSCIP, o Termo de Parceria.

Essa lei é parte da concretização do projeto de “publicização” dos “serviços não-exclusivos do Estado” presente no PDRAE. Essa descentralização dos serviços não-essenciais tornou-se uma maneira de privatizar as áreas de demandas sociais, como saúde, educação e cultura, pois o bem público, outrora administrado pelo Estado, agora, continua público, mas com gestão por um ente privado (Martins; Souza; Pina, 2020) que mantém, assim, os interesses das classes dominantes.

A redefinição das atribuições e funções do Estado burocrático para Estado gerencialista incidiu diretamente nas áreas da saúde e da educação. Dentro da educação, o PDRAE se apresentou a partir dos instrumentos de avaliação em larga escala, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica¹² (SAEB), em 1995. Um gerenciamento *a posteriori* da qualidade da educação no Brasil, induzia a gestão das escolas públicas semelhante às empresas privadas, que são geridas por produtividade e avaliadas por seu desempenho, desconsiderando o contexto socioeconômico onde a unidade escolar está inserida. Teve por objetivo submeter as escolas a várias avaliações externas para medir, fiscalizar, ranquear com um propósito velado pela ideia de aferir a qualidade da educação, mas os resultados dessas avaliações foram (e ainda são) utilizados para justificar a compra de programas educacionais, contratação de elaboração de currículos estaduais e de formação continuada.

Contudo, as avaliações como SAEB evidenciam as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, o que pode facilitar o enviesamento dos dados por meio de treinos, testes, provas e materiais didáticos comprados de grupos educacionais. Isso torna o resultado da qualidade da educação e da escola uma “fraude institucionalizada” (Demo, 2018).

A partir dos resultados obtidos no SAEB, as redes públicas de ensino começaram a contratar programas, projetos, assessorias de institutos e fundações privadas a fim de aumentar a média da proficiência nos instrumentos avaliativos (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc) e Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb), visto que há pressão dos organismos internacionais e de intelectuais orgânicos da classe empresarial para aumentar o desempenho na educação básica brasileira. Organizações de direito privado, como o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Roberto Marinho, passaram a participar da direção e execução de políticas públicas educacionais, modelando os currículos estaduais e municipais, traçando estratégias que visam resultado das avaliações externas.

¹² SISTEMA Nacional de Avaliação da Educação Básica. **IBGE**. Rio de Janeiro, [202?]. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb.html>. Acesso em: 7 out. 2024.

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi promulgada a Lei nº 11.079/04, a lei das PPPs. Essa normativa institui as regras para as parcerias de concessão administrativa e concessão patrocinada. A concessão administrativa trata de um contrato administrativo em que o parceiro privado é contratado para fornecer serviços ou realizar obras voltadas para a administração pública, e pode ser remunerado pelo próprio governo ou por tarifas cobradas de terceiros usuários. A concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou obras públicas com remuneração mista, ou seja, parte da remuneração vem da cobrança de tarifas do usuário e, outra parte, dos aportes financeiros diretos do poder público. Com a publicação da normativa federal, o Distrito Federal, estados e municípios brasileiros também formalizaram ordenamento jurídico com as parcerias com os setores privados em seus respectivos espaços.

Em 2007, já em seu segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) assinou o Decreto nº 6.094/2007 que apresenta o Plano de Metas de Todos Pela Educação¹³, de adesão voluntária de estados, Distrito Federal e municípios, onde foi instituído como metas firmar parcerias externas à comunidade escolar, com objetivo de melhorias de infraestrutura e projetos socioculturais e organizar um comitê local do Compromisso, com representantes estatais, de associação de empresários, da sociedade civil, da comunidade escolar com objetivo de acompanhar o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁴(Brasil, 2007).

No governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), foi promulgada a Lei nº 13.019/2014, com alterações expedidas pela Lei nº 13.204/2015. Essa lei foi um avanço na parceria do Estado com os entes privados sem fins lucrativos, pois dispõe sobre regime jurídico da administração pública com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), institui também as regras dos Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Acordos de Cooperação¹⁵, Termo de Cooperação Técnica, além do cumprimento das finalidades de interesse público e

¹³ Em 2006, a Organização da Sociedade Civil Todos Pela Educação (TPE) foi fundada e lançou o projeto Compromisso Todos Pela Educação. Este entrou na agenda política do governo e resultou no Plano de Metas Todos Pela Educação. Em 2014, este movimento mudou seu estatuto para ser considerado uma OSC, logo, pode relacionar-se legalmente com os governos no Brasil.

¹⁴ Neste decreto, os estados e municípios que aderiram ao Compromisso concordam que o IDEB será o índice para verificação das metas alcançadas.

¹⁵ No Distrito Federal, Acordo de Cooperação Técnica é relação entre instituições de personalidade pública dentro do mesmo ente federativo.

recíproco¹⁶. Essa lei ficou conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

Para o governo, as Organizações da Sociedade Civil são definidas como entidades privadas sem fins lucrativos que têm como objetivo principal promover ações e iniciativas de interesse público e social (Brasil, 2015). Elas atuam nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, assistência social, entre outras. Na prática, as OSCs, geralmente, se organizam por meio de associações, fundações e institutos privados, organizações religiosas, filantrópicas e outras que possuem uma gestão autônoma e não estão diretamente vinculadas ao governo. Apesar de não terem finalidade lucrativa, isso não significa que as OSCs não possam ter atividades econômicas, desde que os recursos obtidos sejam reinvestidos integralmente na própria organização.

Desse modo, observa-se um movimento dialético, orgânico e sistemático de interesses, atos, ações e procedimentos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Os serviços regulamentados visam interesse público, contudo, a organização que realiza/oferece o serviço à população é de interesse privado. No entanto, o Estado capitalista neoliberal atua no fomento financeiro, na regulamentação, na fiscalização e na avaliação. Ao mesmo tempo, os interesses privados que agora fazem parte das decisões do Estado, sobrepujam os interesses públicos, principalmente na oferta de serviços públicos a toda população.

Administrativamente é necessário que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atendam às regras, normativas e demandas do mercado privado (Martins; Souza; Pina, 2020). No entanto, a coexistência dos interesses públicos e privados, na oferta de um serviço ou produto, gera outros múltiplos interesses. Portanto, pode-se dizer que há, nas relações público-privadas uma forma de privatização do serviço público (Martins; Souza; Pina, 2020; Adrião; Peroni, 2019; Rikowski, 2017).

Depois do golpe jurídico-parlamentar-midiático, em 31 de agosto de 2016, o governo do vice-presidente Michel Temer (2016-2018) continuou com intensas reformas e ajustes estruturais para limitar os direitos sociais e trabalhistas garantidos por lutas sociais, ao longo da história. Essas reformas e a Emenda Constitucional nº 95 (Teto de Gastos) facilitaram e promoveram os interesses privados e as PPPs, pois, ao congelar o investimento estatal em áreas como saúde e educação, o Estado pode buscar alternativas para financiar projetos e

¹⁶ O interesse público é um conceito jurídico-político, que se refere aos interesses coletivos ou gerais de uma sociedade, que são considerados na tomada de decisões governamentais. O interesse recíproco, por sua vez, pode se referir a uma relação mutuamente benéfica entre duas partes, geralmente, em um contexto contratual ou de parceria, onde cada parte tem algo a ganhar com a cooperação da outra.

investimentos em áreas de impacto social, e as PPPs podem ser uma estratégia, pois permitem que o setor privado participe do financiamento, construção e operação desses projetos dentro do setor público, em troca de retornos financeiros ao longo do tempo (Mariano, 2017).

Em 2016, foi promulgada a Lei nº 13.334/2016, que institui o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que tem como objetivo facilitar a relação de parceria entre a administração pública e a iniciativa privada no âmbito da execução de obras públicas de infraestrutura, e retoma os termos do Plano Nacional de Desestatização. Essa lei apresenta como objetivos, ainda, fortalecer o papel regulador e fiscalizador do Estado, garantir segurança jurídica e a mínima intervenção nos negócios e investimentos.

O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) continuou a política econômica e social do governo de Michel Temer, buscou organizar o Aparelho Estatal (política iniciada nos anos 1990), às necessidades da classe empresarial, e facilitou as parcerias entre o setor público e o setor privado com a ampliação dos investimentos em infraestrutura e privatização de empresas estatais (Konchinski, 2022). Também houve a promulgação da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), que introduziu uma série de medidas com o intuito de desburocratizar o ambiente empresarial e garantir maior liberdade econômica no Brasil, estabelecendo normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica. O dispositivo ainda traz, como fundamentos e princípios, a boa-fé do empresário, intervenção excepcional do Estado, presunção da liberdade econômica e inova no conceito de abuso regulatório, visando restringir a ação reguladora do Estado na criação de reservas de mercado ou impor barreiras ao crescimento econômico liberal (Brasil, 2019).

A construção do Estado brasileiro se deu em um emaranhado de relações com os interesses privados para valorização do capital. Uma reprodução das relações de classe e poder, em que revela o Estado autocrático (Fernandes, 2020) que preserva os interesses das classes dominantes, conforme a seguir:

As classes burguesas não querem (e não podem, sem destruir-se) abrir mão: das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente "abrissem" a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (Fernandes, 2020, p. 443- 444).

No Brasil, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, observou-se uma normalização das parcerias Público-Privadas (PPP) na educação básica, seja pela transferência da educação infantil para as Organizações da Sociedade Civil, seja pelos contratos de compra e venda de materiais pedagógicos ou assessorias pedagógica e de gestão educacional para construção de documentos institucionais públicos da educação (como currículo pedagógico, orientações pedagógicas) em âmbito federal, estadual e municipal, pelos cursos de formação continuada de professores.

Os intelectuais orgânicos da classe empresarial querem nos fazer crer que a participação de entidades privadas na educação básica pública é a única alternativa para efetivação do direito à educação pública e de qualidade. Contudo, essa política de privatização, forjada na construção ideológica de serviços públicos não-estatais, serve para perpetuar a força de trabalho barata e distanciar os trabalhadores do acesso aos bens culturais.

As parcerias público-privadas servem para fazer as conexões (mediações) entre a acumulação capitalista e as atribuições do Estado na garantia direitos sociais. O capital enxerga nas PPPs uma oportunidade de ampliar a reprodução do valor em setores antes monopolizados pelo Estado, enquanto busca racionalidade, eficiência, flexibilidade dos serviços sob a lógica do mercado.

No Brasil, o modelo mais usado de PPP na educação básica é a parceria entre setor público e a iniciativa privada, a partir de contratos de gestão que têm por objetivo a prestação de serviços e de compra e venda de materiais necessários para prestação de serviços, assessorias, construção de materiais normativos, como o currículo. Nesse modelo, os entes privados aparecem como Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Serviços Sociais Autônomos¹⁷ (SSA) para prestação de serviços sociais de interesse público, e contribuem para entrelaçar e confundir o sentido do público para o público.

Os Serviços Sociais Autônomos (SSA) são uma modalidade de prestação de serviços de interesse público que se estruturam por meio de uma colaboração estabelecida entre o setor público e entidades privadas. Estes serviços se caracterizam por serem prestados por entidades de direito privado sem fins lucrativos, que recebem uma forma de patrocínio ou fomento do

¹⁷ O SSA está entre as exceções com MROSC pois agregaram particularidades contraditórias: mesmo sendo criadas por força de lei, são consideradas personalidade jurídica de direito privado e não fazem parte da administração direta ou indireta, tem fonte de financiamento própria e compulsória, arrecadado por órgão estatal, contudo, não tem natureza tributária, denominada contribuição paraestatal.

governo para executar atividades que vão ao encontro das políticas públicas ou que complementam as ações do Estado (Cunha Junior *et al.*, 2018).

O SSA foi criado para institucionalizar as ações sociais de associações empresariais das indústrias, e estando dentro do ordenamento jurídico, pode atuar em colaboração com o Estado em áreas como educação profissional, saúde, lazer e cultura. Segundo a Comissão Nacional de Classificação de 2021 (Concla)¹⁸, o SSA é compreendido por entidades pertencentes ao Sistema S, entre outras entidades, e tem como características: serem criados e autorizados por lei; são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; são mantidos por dotação orçamentária e contribuições paraestatais; e são destinadas a ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupo profissionais. O Sistema S é o Serviço Social Autônomo com maior abrangência no território brasileiro e será analisado a seguir.

1.4 COEXISTÊNCIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: ESTRUTURAÇÃO DO CEBRAE AO SEBRAE (1972-2014)

Nesta seção abordo o significado do Sistema S e como esses Serviços Sociais Autônomos, como as organizações que integram o conglomerado S, incidem na educação e formação.

No Brasil, no governo de Getúlio Vargas, se estreitaram as relações com o setor privado, sendo criado o Sistema S, o qual se apresenta como um conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos emparelhado com o Estado e voltado para oferta de educação profissional, saúde, lazer e cultura. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado, no Brasil, em 1942, no governo de Getúlio Vargas¹⁹, com o objetivo de oferecer serviços de capacitação

¹⁸ CONCLA. 307-7 Serviço Social Autônomo. **IBGE**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2021/33879-2021-307-7-servico-social-autonomo>. Acesso em: 5 out. 2024.

¹⁹ Os direitos trabalhistas avançaram muito pouco no período anterior a 1930, foi criado artigos no código sanitário em 1917 para melhorar a situação de trabalho de mulheres e menores; em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho; em 1927, a Lei de assistência e proteção a menores. No governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério do Trabalho (1930) como uma ferramenta de controle estatal dos trabalhadores, promoveu a reforma sindical, tornando a filiação compulsória, sob supervisão estatal, a unicidade sindical por região, uma tentativa do Estado de diminuir os conflitos controlando as lideranças sindicais e trabalhadores. Com uma inspiração a *carta del lavoro* do governo fascista de Benito Mussolini, as leis para o trabalho no governo Vargas buscavam um consenso e legitimação do governo perante a população trabalhadora. Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Lei do Trabalho (1943) que fundiu várias leis relacionadas a trabalho criadas anteriormente em seu governo. Esse documento trouxe importantes direitos como: a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, direito às férias remuneradas, direito à aposentadoria, direito a salário-mínimo, direito a indenização por demissão sem justa causa, normas de segurança e medicina do trabalho, institutos de aposentadoria e pensões por categoria de trabalho, criação da Justiça do Trabalho (França; Cabral, 2016)

profissional. Em 1946, tivemos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com mesmo objetivo, de preparar força de trabalho capacitada para o comércio. No mesmo ano, foram criados o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC)²⁰ que tinham por objetivo oferecer serviços de assistência social, saúde e cultura para trabalhadores a preço módicos ou gratuitos. Nas décadas de 1940/1950, o governo federal tinha por objetivo fortalecer a economia nacional e desenvolver a indústria de base, e para que essas metas fossem alcançadas, os empresários do setor, representados por suas confederações²¹, juntamente com o Estado, negociaram a necessidade de formação profissional modelada e controlada pelo empresariado.

Então, esse conjunto de empresas e organizações privadas sem fins lucrativos focaram sua atuação na formação do trabalhador brasileiro. O objetivo era *(i)* atender às demandas dos trabalhadores por formação profissional e por melhores condições de acesso aos serviços sociais e a cultura, *(ii)* extrair benefícios do Estado nacional desenvolvimentista e *(iii)* promover o crescimento econômico do país (Santos; Pereira, 2016).

A Confederação Nacional da Indústria²², à frente do SESI e SENAI, afirmava publicamente que “era indispensável ganhar a luta ideológica no chão da fábrica, demonstrando a superioridade do capitalismo no dia-a-dia” (Rodrigues, 2007, p. 121). O sistema empresarial, ao trazer para si a formação profissional e continuada por meio do SENAI e SENAC, esvaziou a formação política, formação coletiva de reconhecimento de classe, enfraquecendo a luta sindical, coletiva por direitos trabalhistas e condições de trabalho dignas.

Fazer parte do conglomerado S é fazer parte de um grupo empresarial com alta capilaridade no poder político e econômico no Brasil, e aparentar lutar pelos direitos dos trabalhadores, mas prioriza-se a reprodução do capital, seja por meio de formação profissional e educacional, seja por permitir que o setor privado possa complementar o Estado na oferta de serviços sociais básicos com saúde, lazer, cultura e educação, por meio das parcerias.

José Paulo Netto (2018) e Fico (2017) apontam que o contexto político e econômico no governo do Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), dentro do contexto político e econômico de centralização do poder, o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequenas e Médias

²⁰ Todas essas entidades privadas foram criadas por força de Decreto-Lei.

²¹ Entidades Patronais, tais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

²² A CNI tem por objetivo representar o setor empresarial perante o governo na promoção de políticas públicas que favoreçam o empreendedorismo e a produção industrial, fazendo parte de colegiados que debatem políticas públicas como Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Conselho Nacional de Previdência (CNP), Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), Conselho Curador do FGTS, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador (Codefat), entre outros.

Empresas (CEBRAE) foi criado, em 1972, voltado para formação do pequeno e médio empresário, em uma época que não havia tantas políticas públicas para esse setor da economia. Contudo, o movimento histórico motivador da criação do SSA iniciou-se nas décadas anteriores, de 1950 e 1960, a partir das mudanças econômicas provocadas por uma política de incentivo à industrialização na área automobilística e de bens duráveis e abertura do capital estrangeiro no mercado nacional, por meio de parcerias com o Estado brasileiro em fomento à indústria privada.

No final da década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) (1955-1961) elaborou, com dissensos e consensos, um plano de ação desenvolvimentista para dar circulação de bens produzido pela indústria que o Estado fomentava para crescer, e parte deste programa era articular os pequenos e médios empresários com o movimento industrialista²³. Se desenhava uma mudança do país que era essencialmente agrícola para o mercado industrial (Mattos, 2011). A política econômica externa brasileira, à época, era dependente das relações estabelecidas com os Estados Unidos, seja por meio dos empréstimos adquiridos para fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro, seja pelas condições impostas para adquirir os empréstimos, imposições como abertura do mercado para as multinacionais com vantagens e isenções fiscais (Castro, 2019; Amorim; Moda; Mevis, 2021).

Nos anos de 1960, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)²⁴ formou uma linha de crédito para médias e pequenas empresas (PMEs), chamado Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIMEPE), com o apoio do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID). Com o endurecimento da ditadura militar, a sociedade empresarial brasileira constituiu várias associações empresariais e industriais em muitos estados federativos como meio de propor pautas de discussões político-econômicas a fim de representar os interesses privados (Dias, 2017). Essas associações coexistiram com sindicatos e entidades de classes que passavam por conflitos de representatividade e das agendas de negociações políticas, prestavam assessoria jurídica, administrativa e financeira aos empresários de PMEs (Dias, 2017).

²³ Dias (2017) afirma que as pequenas e médias empresas não eram o foco das políticas de desenvolvimento da indústria e do comércio, nos anos 1950, e que esse movimento continuou ao longo da década de 1960, apesar dos esforços de integração vistos no governo JK.

²⁴ É uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628. Atualmente, chama-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Dentro do âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram criadas duas associações importantes, como o Núcleo de Assistência Industrial (NAI)²⁵ e o Núcleo de Assistência Empresarial (NAE), que atuavam nos estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Ainda no Nordeste, em 1970, foi criado o Centro de Desenvolvimento Industrial, na Bahia. No Sudeste, no antigo estado da Guanabara, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Econômico Gerencial (IDEG), em 1969. No Espírito Santo, foi fundado, em 1971, o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES); em 1972, foi fundado o Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (CEAG/MG). Na região sul, em 1972, foram fundados o Instituto Paranaense de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (IPAG); o Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (IBAGESC); e o Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS) (Dias, 2017). Todas essas agências faziam parte da administração estatal, mas eram de direito privado, tratavam o cidadão como cliente e tentavam ao máximo afastar as burocracias estatais²⁶ (Lima, 2011). Elas desenvolveram, ao final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, programas de assistências às pequenas e médias empresas de assessoria, formação, construção de projeto e linha de créditos.

O Brasil vivia um período de grande crescimento econômico, impulsionado pelo aumento das exportações de matérias-primas, como o café, soja e minério de ferro. No entanto, o país enfrentava os momentos mais violentos da ditadura militar, enrijecimento de regras, leis e Ato Institucionais (AIs). A desigualdade social crescia em paralelo à violência exercida pelo Estado e as várias ações políticas deixavam a população pobre ainda mais pobre, enquanto os empresários privados recebiam recursos do Estado para alavancar o setor industrial. Foi nesse contexto que surgiu a necessidade de criar uma organização voltada para apoiar as pequenas e médias empresas, que representavam um setor da economia brasileira.

Entre 1971 e 1972, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) identificou que a taxa de pessoas que estavam ocupadas em atividade não-agrícola exercendo atividade informal²⁷, ou eram empregadores no Rio de Janeiro em São Paulo, era próxima a 17%; já na região sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), essa taxa era de 22% (IBGE, 1972). Essa parcela da população estava fora dos instrumentos jurídicos-legislativos e fiscais do Estado

²⁵ O Conselho Diretivo do NAI e NAE era formado por representantes do Estado e por representantes dos interesses empresariais e privados (Lima, 2011).

²⁶ Um movimento que vimos como política de Estado, no final do século XX.

²⁷ Um estudo sobre empregabilidade e ocupação discutiu o termo “trabalho informal/ocupação informal” nos países de Gana e Quênia, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, em 1972, que se tornou referência para tratar sobre o tema (Cacciamali, 2007).

(não recolhiam impostos de venda de compra de insumos e produtos, de direitos trabalhistas, taxas de abertura e manutenção de empresas). Esses trabalhadores, além das pequenas e médias empresas, tornaram-se o público-alvo das ações do CEBRAE. Nesse momento de crescimento informal de atividades, o Estado utilizou-se desse órgão educativo-financeiro para aumentar o controle sobre as pequenas e médias empresas (PMEs) e a inclusão desse grupo nos planos econômicos desenvolvimentistas (Castro, 2019).

Dentro dessa conjuntura, foi criado em 1972, o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE) que passou a utilizar as estruturas das agências do Núcleo de Assistência Industrial e das agências nos estados do sul e sudeste como forma de regionalizar e descentralizar o atendimento ao pequeno e médio empresário brasileiro. O CEBRAE se regionalizou para prestar assistência às PMEs na área de tecnologia, administração, finanças, para realização de pesquisas sobre o setor econômico das PMEs e para implantação de um sistema brasileiro de assistência a pequenas e médias empresas²⁸. Esse movimento alicerçou, o então órgão federal, como um representante de um setor da economia e conseguiu a inserção da temática sobre as pequenas e médias empresas na agenda econômica do II Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND - 1975 a 1979).

Nos anos de 1980, as pequenas empresas passaram a receber linhas de crédito e programas de formação para pequenos empresários²⁹. Assim, o CEBRAE se reafirma como um representante estatal que defende o interesse dos empresários privados, e amplia e personaliza seu atendimento regional a partir de pesquisas e estudos sobre o comportamento empresarial por região. Além disso, tornou-se referência no Brasil para prestar e receber cooperação técnica sobre o setor econômico que representava³⁰.

Em 1984, capitaneado pelo CEBRAE, foi criado o Estatuto da Microempresa, que impulsionou as intermediações entre empresários e representantes políticos para aprovação da lei da micro e pequena empresa, que tinha como objetivo isenções fiscais, facilidade de crédito.

O Plano Nacional de Desestatização começa a ser configurado no governo do presidente José Sarney (1985 a 1989) e se estrutura no governo do presidente Fernando Collor de Mello,

²⁸ CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

²⁹ CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

³⁰ CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

e incide diretamente no CEBRAE, onde aconteciam várias demissões e corte de recursos, demonstrando a perda de espaço institucional³¹. Uma demonstração da influência política da entidade e a importância do setor econômico, aconteceu quando conseguiram aprovar os artigos 170 e 179 da Constituição Federal de 1988, preveem o estatuto das micro e pequenas empresas (Castro, 2010). Nesse período, o Cebrae investiu nos meios de comunicação em massa. Paulo Lustosa³², que atuava como presidente do Cebrae, em parceria com a Rede Globo, criou o programa *Pequenas Empresas, Grandes Negócios* (Castro, 2010).

Observa-se o alinhamento dos interesses do governo e do setor empresarial privado (Castro, 2019), por meio da Lei nº 8.029/90 e o Decreto nº 99.570 de 9 de outubro de 1990, ao instituir o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas³³. O SEBRAE atua como uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, integrando o Serviço Social Autônomo (SSA), e tem sua composição formada por um Conselho Deliberativo Nacional³⁴, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Destaque a presença de empresas estatais e órgão da União na formação do Conselho Deliberativo Nacional: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, União representada pela Secretaria da micro e pequena empresa da presidência da república (SMPE).

No Decreto Federal de criação nº 99.570 de 9 de outubro de 1990 ficou definido o seu financiamento, por contribuição compulsória paraestatal de 0,3% incide na folha de pagamento das Pequenas e Médias Empresas. Além disso, o SEBRAE, para compor seu orçamento, pode dispor de parcerias com estados, municípios, governos federal e distrital, a fim de fomentar programas para micro, pequenas e médias empresas, convênios com universidades, OSCs e instituições de ensino para a venda de produtos e serviços.

³¹ CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

³² Consta na biografia de Paulo Lustosa a criação do programa. Disponível <http://paulolustosa.com/>. Acesso em: 7 set. 2023.

³³ CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

³⁴ O Conselho Deliberativo Nacional é formado por representantes de seus associados. Estes são formados pelas seguintes entidades: Associação Brasileira dos SEBRAE Estaduais (ABASE), Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CAC), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (CONAMPE), Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (COMICRO). O Conselho Deliberativo Nacional é a instância máxima na gestão do SEBRAE.

A partir da transformação do CEBRAE em SEBRAE e reconhecido como Serviço Social Autônomo (SSA), ainda nos anos de 1990, iniciou uma consolidação da marca com o público-alvo, expandiu seus escritórios no território nacional, ampliação de seu portfólio de programas e continuação da atuação dentro da agenda política em favor dos PMEs, o que resultou, em 1999, na aprovação do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei nº 9.841/99.

Desde 2000, o SEBRAE reposicionou sua marca dentro do mercado de assessoria e vendas de formação continuada para educação profissional e superior, fomentou as ideias sobre empreendedorismo inovador e avançou nos convênios com Instituições de Educação Superior no avanço do Ensino a Distância (EAD). Na pauta política, conseguiu a promulgação da Lei Complementar nº 123 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte com algumas mudanças, como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), cujo objetivo é simplificar a tributação e reduzir a carga tributária para as micro e pequenas empresas, no Brasil. Em 2008, com a promulgação da Lei Complementar nº 128/08, criou-se a figura jurídica denominada de Microempreendedor Individual (MEI), e este, se tornou foco do SEBRAE, a partir de 2009.

Nas duas décadas (1990 e 2000), no Brasil se firmou a ideia de empreendedorismo, e esse fomento por parte do SEBRAE se apresenta como parte de um projeto de flexibilização das relações trabalhistas. O MEI, que legalmente foi criado para formalizar uma grande parcela de trabalhadores no mercado informal, tornou-se uma ferramenta de flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas, criando formas de relação contratual entre os empresários e os trabalhadores (Mantovani, 2020).

O SEBRAE, por meio de cursos, assessorias e propagandas em grandes mídias, dissemina a ideologia do empreendedorismo e do comportamento empreendedor, onde as chamadas competências de resiliência e flexibilidade frente às adversidades, a capacidade de enfrentar riscos e incertezas, perseverança, administração de conflitos, a busca por aprendizagem e formação tornam-se necessárias, segundo a instituição³⁵, para o cidadão que deseja estar alinhado às expectativas do livre mercado.

Essa ideologia permitiu que desde 1990 tivéssemos um ataque aos direitos trabalhistas e sociais de previdência, sob o argumento que de a flexibilidade jurídica no trabalho resultaria

³⁵ Essas e outras características de comportamento empreendedor são colocadas em várias páginas do site do SEBRAE (SEBRAE, 2022).

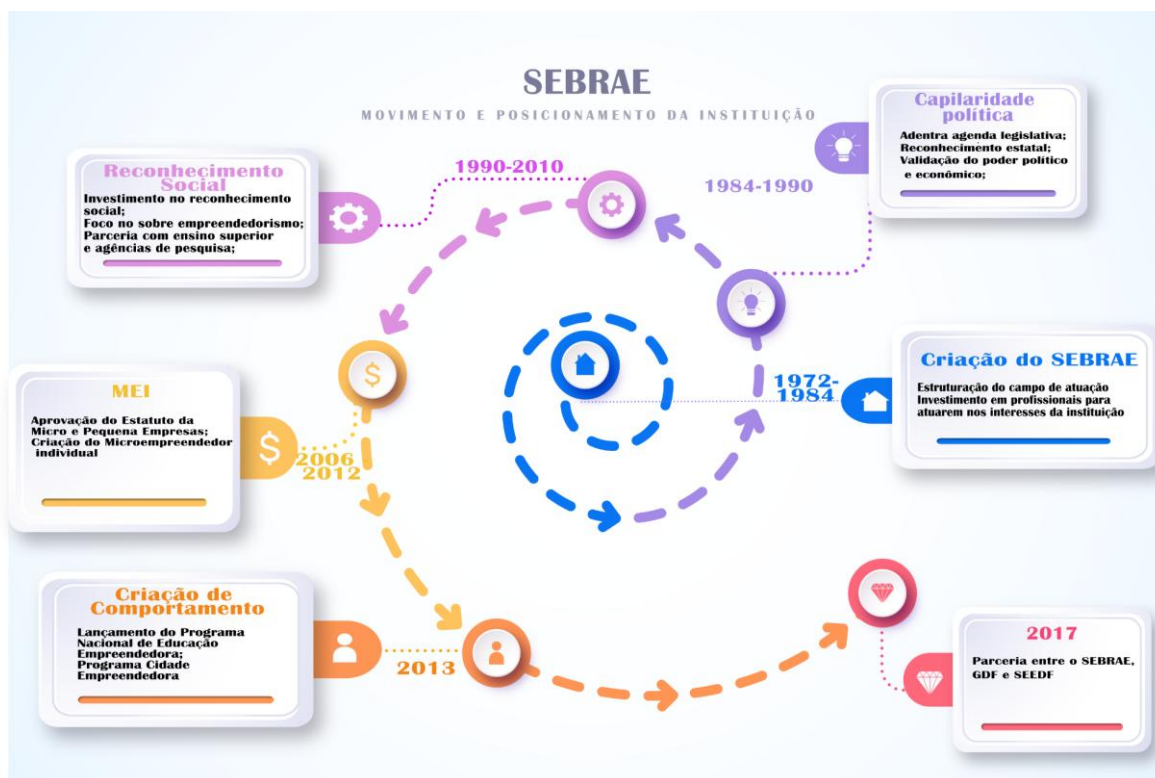
em uma melhora econômica nos salários. Portanto, a classe burguesa no Brasil movimentou-se e criou o SEBRAE como um ente que pudesse mediar, propor e defender os interesses privados dentro Estado de modo que, o capital estatal financiasse as empresas privadas até mesmo com fundos públicos.

O SEBRAE criou, em 2015, o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), e iniciou sua nova fase de produtor de comportamento, atingindo a educação básica pública. O PNEE visa promover o empreendedorismo como uma competência essencial na formação dos estudantes. Seu objetivo principal é desenvolver habilidades empreendedoras, desde as etapas iniciais da educação até o ensino superior, com o intuito de preparar os alunos para enfrentar desafios no mundo dos negócios e estimular a inovação e o espírito empreendedor.

Portanto, pode-se afirmar que temos quatro movimentos na construção do SEBRAE. O primeiro, a *criação e estruturação* (1972-1984) estruturou o campo de atuação, o público-alvo e investiu em intelectuais que pudesse propagar sua ideologia; o segundo, *associação entre agenda política dos governos federais, estaduais e distrital e interesses privados* (1984-1990), estendeu sua capilaridade no poder político a fim de propor a agenda política para defender as pautas dos interesses privados, obter de reconhecimento estatal e consolidação e afirmação do poder político e econômico; o terceiro, *empreendedorismo para educação* (1990-2010) ocorreu na transformação em Serviço Social Autônomo³⁶, quando torna-se referência no empreendedorismo e cria um sistema de formação continuada e profissional, treinamento para reproduzir o comportamento empresarial; o quarto, *fase do Programa Nacional de Educação Empreendedora*, que iniciou em 2013, foi voltado para imprimir nos estudantes um comportamento empreendedor (SEBRAE, 2017). Conforme figura abaixo:

Figura 1 - Marcos na linha histórica do SEBRAE

³⁶ Essa transformação demonstra a força política que o SEBRAE construiu em 18 anos.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, buscou-se compreender na formação do Estado Brasileiro, e as relações deste com a sociedade civil a relação público-privada que faz parte da expansão de diferentes formas de produção do capital, que ciclicamente tem crises e se fortalece.

O Estado brasileiro, aos moldes dos Estados europeus, também foi estruturado em articulação com a esfera privada, com aceleração desde 1990. Mas os direitos sociais, instituídos na Constituição Federal de 1988, levaram os governos e os empresários a adotarem uma ofensiva em defesa dos interesses privados mais contundentes, e da manutenção da hegemonia da classe dirigente, os empresários. O Sistema S surge como parceiro do Estado na formação do cidadão e na oferta de serviços sociais, como saúde e educação, desde sua gênese, em 1942. O SEBRAE se constrói, dentro dessa influência dos interesses privados, com objetivo de ampliar o livre mercado para as micro e pequenas empresas, e agiu como intermediadora dos interesses privados dentro do Estado.

As leituras apontam que o movimento do SEBRAE fez, aos longos dos anos, demonstra uma contradição, pois, a todo momento, representou os interesses privados, ora para beneficiar as empresas privadas com os recursos estatais, ora no sentido de agir como mediador para propor ações e ordenamento jurídico e suscitar mudanças legislativas para micro e pequenas empresas, ora para provocar a reprodução de comportamento dos trabalhadores necessário para

o capitalismo neoliberal. A influência política e econômica do SEBRAE se consolidou com o Decreto nº 99.570/90, a articular ações de poder político, partidário, ao manter sua finalidade de aparente formação continuada e profissional, mas desempenhando papel de intermediador dos recursos públicos para o setor privado.

Por fim, os movimentos estratégicos, durante a trajetória do SEBRAE, demonstram um avanço dentro das estruturas do Estado e da sociedade civil, como poderemos ver no próximo capítulo, e a estratégia de produção de comportamento dos estudantes na educação básica demonstra uma ofensiva sobre a educação pública, por meio das parcerias público-privadas dentro do governo do Distrito Federal, entre 2017 e 2022. Assim, a seguir, procuro desvendar as relações contratuais entre a administração pública distrital, representada pela Secretaria de Estado de Educação, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

CAPÍTULO 2

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA DO SEBRAE POR MEIO DA RELAÇÃO SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2017 E 2022

*“A gente quer ter voz ativa.
No nosso destino mandar,
Mas eis que chega a roda-viva.
E carrega o destino pra lá”.*
(Chico Buarque)

PREÂMBULO

No segundo capítulo, procuro evidenciar e analisar a constituição das parcerias público-privadas na educação básica, no governo do Distrito Federal, e como a concepção, objetivos e finalidades do Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE modificam e, se alteram, a concepção de ensino público, instituída no Currículo em Movimento – 2018, no Distrito Federal.

Avanço na compreensão da relação público-privadas entre o governo distrital e o SEBRAE para, na compreensão da gestão da política pública para educação básica e evidenciar as características dessa implementação na educação de crianças e jovens. Para compor a análise, indago: como a relação entre o SEBRAE e o governo distrital implementa uma concepção de educação básica pública no Distrito Federal? De que maneira a relação com o SEBRAE ocorreu no contexto do Distrito Federal entre 2017 e 2022? Quais implicações e características dessa relação para a gestão escolar e a gestão do sistema da educação básica pública distrital?

Em busca da compreensão da totalidade das relações do setor público com setor privado na educação básica, para que possa interpretar os avanços da ideologia do empreendedorismo na educação priorizo as categorias empíricas gestão e planejamento para analisar os planos de trabalho do Termo de Cooperação Técnica (08/2017 e 06/2021) firmados entre o SEBRAE e a SEEDF. Apoio-me na categoria teórica mediação para demonstrar como as ações de gestão e planejamento, trabalho do professor tornam-se instrumentos para costurar as contradições da relação SEEDF-SEBRAE.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Na primeira parte desse capítulo apresento as unidades escolares públicas e o espaço da Coordenação de Ensino de Samambaia, onde passei a interrogar os projetos que chegavam à escola e aos professores.

Ao eleger o estado do conhecimento, a leitura me permitiu apreender as contradições e mediações sobre as relações entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e o setor privado.

Nesta pesquisa, a coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2023 e abril de 2024, utilizei o instrumento entrevista semiestruturada para guiar a conversa com os interlocutores. Todas as entrevistas foram gravadas mediante o aceite dos participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas presencialmente no ambiente de trabalho, os áudios foram gravados e, posteriormente, degrevados. A marcação das entrevistas com servidores da SEEDF ocorreu de forma facilitada, e somente o Sindicato dos Professores do Distrito Federal demorou em responder a solicitação para marcação da entrevista. A coordenação da Educação Empreendedora do SEBRAE não respondeu às tentativas para solicitar a entrevista e não autorizou a entrevista com Agentes Locais de Inovação que atendem as escolas.

Os sujeitos selecionados estão divididos em quatro níveis: Gestores Centrais, Gestores Intermediários, Gestores Locais e Sindicato. No grupo de *gestores centrais*, estão dois (2) servidores que participaram do processo de planejamento e gestão da relação entre a SEEDF e o SEBRAE em nível central, e que produziram os relatórios de avaliação da relação ao longo da vigência do contrato. Os *gestores intermediários são dois* (2) servidores que atuam em coordenação regional de ensino e articularam a relação com SEBRAE, com a SUBEB e acompanhamento com a escolas, e *em nível local*, os sujeitos estavam em cargo de gestão comissionado: vice direção e supervisão pedagógica, tendo sido o primeiro eleito juntamente com o diretor escolar, por meio da lei de gestão democrática. O segundo é nomeado a livre escolha do diretor escolar. Os setes participantes são divididos em três (3) professores do sexo masculino e quatro (4) professoras do sexo feminino. Todos são professores efetivos, seis (6) atuam há mais de 10 anos como professores da SEEDF, e um (1) atua há 4 anos. Todos atuaram mais de um (1) ano na função de gestão.

Quadro 4 - Interlocutores da pesquisa

Sujeitos Interlocutores da Pesquisa	Formação Acadêmica	Função que exerce na SEEDF	Tempo de trabalho na SEEDF	Código de Anonimato
Coordenador Central - Gestão Central	Biologia	Coordenador Central	12 anos	CC001 CC002
	Pedagogia		21 anos	
Coordenador Intermediário de Apoio - Gestão Intermediária	Sociologia	Coordenador Intermediário de Apoio	4 anos	CIA001 CIA002
	Pedagogia	Coordenador Intermediário de Apoio	27 anos	
Diretor Escolar - Gestão Escolar	Língua Portuguesa	Supervisor Pedagógico	20 anos	DE001 DE002
	Pedagogia	Vice-diretor	16 anos	
Diretor Sindical	Pedagogo	Diretor Sindical	31 anos	SD001

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os critérios de inclusão das instituições e sujeitos interlocutores da pesquisa se deu na gestão central pelos coordenadores que acompanharam a construção e implementação do projeto oriundo da relação entre SEEDF e SEBRAE. Na gestão intermediária, o critério de inclusão de sujeitos interlocutores foi a designação da chefia do setor Unidade Regional de Educação Básica da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia, do servidor com função de Coordenador Intermediário de Apoio para acompanhamento do projeto, e da gestão escolar se deu pelas escolas vencedoras da gincana Se Liga na Escola, que aconteceu em 2021: Centro de Ensino Fundamental 412 de Samambaia, e o Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia, campeã nos anos de 2017 e 2018. O diretor do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF) é representante da categoria de professores e agente nas pautas educacionais no Distrito Federal. Ressalto a necessidade de manter o anonimato dos sujeitos.

O campo empírico desta pesquisa se concentrou nas duas unidades escolares: o Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia (CEF 404) é uma escola em área urbana, está situado em Samambaia, uma região administrativa de 35 anos do Distrito Federal, tem um desenvolvimento populacional acelerado e uma diversidade socioeconômica de seus habitantes. A comunidade de Samambaia, onde a escola está inserida, é majoritariamente composta por trabalhadores de classe média e baixa. Segundo o Índice Socioeconômico (Inse) de 2021³⁷, a

³⁷ Índice desenvolvido pelo INEP a partir de dados extraídos do questionário de contexto socioeconômico aplicado juntamente as avaliações do SAEB.

comunidade escolar apresenta classificação VI no nível socioeconômico, onde os responsáveis pelos estudantes possuem escolaridade variando entre ensino médio e educação superior, possuem, em suas residências, acesso à rede mundial de computadores, computadores e/ou smartphones (INEP, 2021).

A unidade escolar possuía, em 2021, 1084 matrículas nos anos finais divididos em 30 salas de aulas, distribuídas nos turnos matutino e vespertino, 59 professores distribuídos entre atividade de ensino, educação em tempo integral, educação especial (sala de recursos para estudantes com deficiência visual) e professores readaptados em atividades administrativas. Deste número de docentes, um pouco mais de 50% dos professores estão em regime de contratação temporária³⁸. Ela faz parte do grupo reduzido de escolas de anos finais que possuem a equipe especializada completa (orientador educacional, psicólogo escolar e pedagogo). O Centro de Ensino Fundamental 404 de Samambaia alcançou, no ano de 2021, a média de 4,7 no IDEB (INEP, 2021). A escola, segundo seu Projeto Político Pedagógico, possui parcerias com o SEBRAE, SESC, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Tribunal de Justiça, DETRAN e Banco Central.

O CEF 412 de Samambaia está localizado em uma das quadras mais antigas da Samambaia, que foi designada para servidores do estado lotados na Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Companhia Imobiliária de Brasília. Assim como o CEF 404, esta escola está classificada no nível VI de desenvolvimento socioeconômico (INEP, 2021), isto é, a maioria dos responsáveis pelos estudantes tem ensino médio e educação superior, os alunos possuem acesso a computadores e smartphones conectados à rede mundial de computadores em suas residências.

A escola possuía, em 2021, 1036 matrículas nos anos finais distribuídas em 34 turmas entre o turno matutino e vespertino. Estavam lotados 49 professores lotados, distribuídos no ensino regular e educação especial (sala de recursos e Serviço de Apoio à Aprendizagem). É também uma das 3 escolas de anos finais em Samambaia que possuem a equipe especializada completa (orientador educacional, psicólogo escolar e pedagogo).

O CEF 412 não pontuou no ano de 2021, no IDEB, pois não alcançou a meta mínima de estudantes presentes (70% dos estudantes do 9º ano) na aplicação das provas do SAEB. Contudo, no ano de 2019, alcançou a nota de 5,2 e, devido a nota, recebeu o selo Escola de Excelência pelo secretário de estado de educação na época, Rafael Parente. A unidade escolar

³⁸ Dados obtidos na plataforma CENSO DF criada pela SEEDF. Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/>. Acesso em: 17/05/2024.

possui parcerias com SEBRAE, SENAI, SESC e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal.

A elaboração do instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. O processo de construção do instrumento se deu a partir da estudo dos documentos institucionais, organizações e da literatura corrente sobre o fenômeno da relação público-privada na educação básica pública (Triviños, 2009), neste sentido, as perguntas foram elaboradas de modo a captar as razões diretamente observáveis e frequentemente declaradas pelos participantes, como as justificativas explícitas para suas ações (razões imediatas - aparência) para que, a partir da análise de dados, pudesse compreender os fatores subjacentes e mais profundos que realmente moldam e sustentam as aparências (Triviños, 2009).

Para estruturar o instrumento, a partir das leituras teóricas e dos documentos, três categorias empíricas foram definidas *a priori*: *gestão e planejamento*, *adesão e participação*, *relação setor público e setor privado*, que também foram confirmadas com os dados empíricos.

A categoria empírica *gestão e planejamento* em políticas para educação básica pode ser entendido como processos profundamente influenciados pelas construções sócio-históricas e as condições materiais. A gestão democrática para a educação não pode ser reduzida a uma mera técnica administrativa para atingir as dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e relevância. A gestão democrática das políticas públicas para educação básica significa um processo político e social, intrinsecamente ligado à luta de classes e à busca por uma educação emancipadora (Paro, 2017). O planejamento educacional, nesse contexto, pode ser visto como um espaço de disputa onde diferentes forças sociais e interesses de classe se confrontam.

A categoria empírica *adesão e participação* em políticas para educação básica é compreendido como um campo de luta e mediação entre diversas forças sociais. A participação é um processo consciente, de engajamento sobre as necessidades e demandas da comunidade escolar e não um instrumento meramente formal (Neves, 2022) para contemplar uma *pseudo* (Kosik, 2002) democracia nos dispositivos gerenciais da administração pública. A adesão às políticas educacionais significa mais que aceitação, demandando o engajamento ativo de toda a comunidade escolar. Adesão e a participação são vistas como práticas transformadoras que buscam superar as contradições entre a reprodução das relações sociais existentes e a construção de uma educação emancipatória.

A categoria empírica *setor público e setor privado* tem sido marcado por uma complexa rede de interações, influências e tensões. Essa relação se intensificou com a adoção de políticas neoliberais que promovem a integração do capital privado nas esferas públicas, incluindo a

educação (Harvey, 2008). No contexto da educação básica, essa interação pode ser observada nas relações público-privadas (PPPs), financiamento de escolas privadas com recursos públicos, até a introdução de práticas e lógicas empresariais na gestão das escolas públicas. Analisar essas dinâmicas, considerando as contradições e conflitos de classe subjacentes, pois o avanço do setor privado na educação pública pode ser visto como parte de um processo mais amplo de mercantilização dos serviços públicos e reforço das desigualdades estruturais. A partir dessas categorias, foram elaboradas as questões da entrevista semiestruturada apresentadas no quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Roteiro da entrevista semiestruturada

Categorias empíricas	Roteiro de Entrevista	
Gestão e planejamento	1	O senhor conhece a parceria entre a SEEDF e o SEBRAE?
	2	De que maneira foi sua atuação nessa parceria da SEED com SEBRAE durante os anos de 2017 a 2022?
	3	Como ocorreu os trâmites para concretização da parceria com o SEBRAE?
	4	Na sua visão, porque houve essa aproximação entre a SEEDF e SEBRAE?
	5	Comente sobre as finalidades dessa parceria para educação básica no Distrito Federal? Como foi a organização e o funcionamento desse programa?
	6	Aponte algumas contribuições dessa parceria para a educação básica no DF?
Participação e Adesão	7	Sr. Poderia me explicar se houve divulgação dos projetos dessa parceria para as unidades escolares? Que meios de divulgação foram utilizados?
	8	Como ocorreu a adesão das escolas participantes nos projetos oriundos da parceria entre a SEEDF e SEBRAE?
	9	Comente se houve formas de participação das unidades escolares na construção dessa parceria? E Quais são elas?
Relação setor público e setor privados	10	Como o sr. avalia a parceria entre a SEEDF o SEBRAE? Houve monitoramento?
	11	Aponte alguns resultados dessa parceria?
	12	Comente sobre a relação entre o setor público e o setor privado na educação básica do DF?
	13	Como você vê o futuro da parceria entre a SEEDF e o SEBRAE na educação básica no DF?

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Entre os meses janeiro de 2024 a abril de 2024, realizei as entrevistas, degravei e sistematizei os dados coletados. Estive imersa no contexto do estudo e nas leituras para

apreender e compreender as complexidades e particularidades dos participantes e das situações investigadas. As minhas dificuldades cresciam à medida que a análise de dados das entrevistas era confrontada com os documentos e a legislação, reguladores do objeto estudado. Isso me demandou uma postura reflexiva e interpretativa, ou seja, que eu fosse capaz de ir além das aparências para revelar as dimensões ocultas dos fenômenos sociais. Neste sentido, as leituras dos autores e do invisível no TCT 08/2017 e 06/2021 me permitiram utilizar a análise histórica para evidenciar os arranjos organizacionais sobre o fenômeno, tramados e estruturados no decorrer do tempo (Gamboa, 2006). Para tal, a análise e a interpretação dos dados ocorreram em três (3) fases (Triviños, 2009):

1ª Pré-análise: concentrei no processo de organizar, sistematizar os documentos institucionais e organizacionais. Ocorreu a degravação dos áudios obtidos nas entrevistas, que resultaram em quase 5 horas de gravação e um arquivo com 18 páginas degravadas que possibilitou uma primeira leitura dos dados;

2ª Analítica: a partir dos eixos da entrevista semiestruturada (planejamento e gestão, participação e adesão, relação setor público com o privado), seguida de leitura minuciosa das falas dos entrevistados, foi possível selecionar fragmentos e parágrafos nas entrevistas degravadas.

3ª Interpretação referencial: nesta fase, analisei as falas dos entrevistados, analisei os documentos institucionais e organizacionais para apreender as suas contradições e mediações, para, então, perceber as divergências entre a essência e aparência do fenômeno.

Do ponto de vista da análise metodológica, as parcerias público-privadas não devem ser analisadas somente sobre o prisma técnico de contratos de prestação de serviço ou entrega de material, mas considerando as relações humanas, as estruturas, as formas, características, mediações e a totalidade histórico-social no processo educacional. Também a interferência dos sujeitos, as formas de atuação, finalidades e os resultados, como preconiza o materialismo histórico-dialético para compreender a realidade educacional e suas imbricações dentro da sociedade e das políticas públicas.

Dessa forma, o processo de análise buscou ir além das aparências para revelar as dinâmicas que sustentam as relações entre SEEDF e SEBRAE. Esse percurso metodológico foi essencial para evidenciar como a introdução de lógicas empresariais, na educação básica pública, por meio da parceria, impacta a gestão democrática e o papel do Estado na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade social aos estudantes do Distrito Federal.

2.2 OS INTERESSES PRIVADOS IMBRICADOS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal abrange as 35 regiões administrativas (RA) que circundam a capital federal, Brasília. Segundo o censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população de 2.817.381 pessoas. É um ente federativo com a característica e responsabilidade de estados e municípios.

A construção do Distrito Federal ocorreu durante a execução do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que objetivava interiorizar a capital federal, em 1956. Neste período, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a NOVACAP, e esta empresa pública tinha como função gerenciar a construção de Brasília. A Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, dava à NOVACAP suporte do Tesouro Nacional para aquisição de crédito em âmbito nacional e internacional para financiar as obras e serviços na capital. Ainda dispunha que o objeto da empresa era o planejamento, execução de serviços e obras mediante concessão para empresas privadas, por meio de concorrência administrativa e pública nos casos de obras e serviços que custassem acima de 10 milhões de cruzeiros. Os procedimentos da concorrência pública são semelhantes aos procedimentos das licitações na atualidade (Barros Júnior, 1972). À época, Brasília foi construída a partir de relações público-privadas, com um custo aproximado de 114 bilhões de dólares (Ollaik, 1996) e acarretou um crescimento da dívida pública no Brasil, e praticamente dobrou a dívida externa brasileira entre 1955 e 1960 (Silva; Carvalho; Medeiros, 2009).

Entre os anos de 1956 e 1985, o Distrito Federal não era dotado de autonomia eleitoral, pois o presidente da República escolhia um prefeito para administrar a cidade. A partir do ano de 1985, com a redemocratização do sistema político brasileiro, os cidadãos com domicílio eleitoral puderam escolher seu governador. Com a Constituição Federal de 1988, o Distrito Federal assumiu autonomia política, judiciária e legislativa, e o primeiro governador eleito foi Joaquim Roriz em 1990, que era até então, governador nomeado no período entre 1988 e 1990. Se elegeu a partir de promessas de doação de lotes para a população que viviam em assentamentos de ocupação ao redor de Brasília. A região administrativa Samambaia³⁹ foi criada por ele em 1989 para entregar lotes a população. Nesse período, o governo manteve as políticas de assistências aos empresários locais como incentivos fiscais para empresas que se

³⁹ Em Samambaia, o político Joaquim Roriz é reconhecido como pai dos pobres. Estádio, restaurante comunitário, avenida principal levam o seu nome.

domiciliaram no Distrito Federal (Amaral, 2022), manteve a política de transporte urbano com empresas privadas operando em todo território (Vasconcelos, 2022). Na educação, criou o turno intermediário no diurno (matutino, intermediário, vespertino), cada período correspondia a 3 horas como uma forma de ampliar acesso à educação básica pública, desenvolveu ainda como política educacional básica programas que visam manter a frequência regular dos estudantes nomeados como: Escola bate a minha porta e Visitador escolar (Barroso, 2005). Essas políticas criavam, juntamente com a política habitacional, um consenso em torno da nova sociabilidade entre as classes mais baixas no DF.

Em 1994, o professor Cristovam Buarque (Partido do Trabalhadores) foi eleito. No âmbito educacional, o governo desenvolveu a primeira de lei de gestão democrática do DF, Lei nº 975/1995. Criou o programa Escola Candanga, que oferta educação em ciclos no período de alfabetização, criou o programa Bolsa-Escola e Poupança-Escola⁴⁰. Ao final do mandato, conseguiu ampliar a jornada dos estudantes para cinco (5) horas diárias, implementou a coordenação pedagógica de 15 horas como conquista da luta dos professores que ficaram 96 dias em greve. Nesse período de governo, foi criado um consórcio com empresas privadas para ocupação da orla do Lago Paranoá, onde foram construídos condôminos de pequenos apartamentos, hotéis, restaurantes e clubes. O governo continuou a política de incentivos fiscais do governo anterior.

Em 1999, o governo de Joaquim Roriz iniciou seu segundo mandato eleito, e a exemplo do governo federal, iniciou a reforma gerencial nos órgãos públicos no Distrito Federal. Nos anos 2000, a reforma avançou para execução de obras e prestação de serviços, com isso, em 2004, foi instituída a parceria público-privada por meio da Lei Distrital 3.418 de 04 de agosto de 2004, antes mesmo da lei federal das parcerias público-privadas que foi promulgada no final do ano de 2004. Contudo, em 2006, após a renúncia de Joaquim Roriz, a normativa distrital foi revogada, e a Lei 3.792/06 instituiu o Programa de Parcerias Público Privadas do Distrito Federal, ajustando-se às normas federais vigentes.

No Governo de José Roberto Arruda (2007-2010), a lei dos programas de parceria público-privada do Distrito Federal foi regulamentada pelo Decreto nº 27.965, de 18 de maio de 2007. Esse instrumento foi central neste governo, avançando na assinatura de contrato para construção de um centro administrativo distrital pela parceria com consórcio criado entre as

⁴⁰ Apesar do Partido dos Trabalhadores ter um diálogo favorável com os sindicatos, o governo de Cristovam Buarque enfrentou embates e tensões, enfrentou três (3) greves dos professores da rede pública, não conseguiu articulação para implementar a gestão democrática da educação em todas as instâncias, reduzindo-a apenas eleição de diretores escolares e conselhos escolares, enfrentou desafios para implementar o programa Escola Candanga.

empresas do grupo Odebrecht e a empresa local Via Engenharia, para a construção de casas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, no condomínio Jardim Mangueiral. Havia também outra parceria com o consórcio formado pelas empresas Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A, Zaurak Empreendimento Imobiliário, por uma parceria público-privada no DF.

As relações público-privadas ganharam destaque durante este governo não só pelos grandes contratos, mas por serem objeto de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, que resultou na exoneração de alguns secretários de governo e na cassação do governador José Roberto Arruda, em 2010. A operação revelou um esquema de pagamento de propinas provenientes de empresas contratadas pelo governo para a realização de obras públicas e prestação de serviços (Azevedo, 2010; Araújo, 2023). Especificamente na Secretaria de Estado de Educação-DF, entre 2007 e 2010, foram realizadas as contratações de empresas privadas, como Instituto Ayrton Senna e Empresa Sangari Brasil, cujo contrato objetivava a entrega de material e formação continuada de professores para o programa Ciência em Foco, e este contrato em específico esteve no alvo nos órgãos investigativos.

Ainda que sob muitas turbulências políticas, no governo provisório de Rogério Rosso (abril de 2010 a dezembro de 2010), as relações público-privadas continuaram e mantiveram-se os contratos já estabelecidos. Ainda neste ano, o Governo do Distrito Federal realizou, via Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), um convênio com o SEBRAE/DF para concessão de 30 bolsas para recém-formados atuarem como Agentes Locais de Inovação (ALI) em projeto vinculado ao SEBRAE nacional.

Em 2014, durante a gestão do Governador Agnelo Queiroz (2011 a 2014), foi editado o Decreto nº 35.286 que aprovou o Regimento do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal - CGP. E, no ano de 2016, durante a gestão do governador Rodrigo Rollemberg (2015 a 2018), foi editado o Decreto nº 37.843/2016 que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Distrital e as Organizações da Sociedade Civil. Em 2017, ainda no governo de Rollemberg, a gestão da educação infantil (creches, 1º e 2º períodos) começou a ser compartilhada com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) por meio de convênios. Neste período, houve um aumento de mais de 200% na matrícula em creches administradas por OSCs e, no caso de pré-escola, as matrículas nessas instituições conveniadas tiveram um aumento de um pouco mais de 12% (Lima; Castione, 2019).

Contudo, no ano de 2019, com o ordenamento jurídico consolidado, o governador Ibaneis Rocha (atualmente no segundo mandato) acelerou o processo de contratos via relação público-privada e concessão. Setores como saúde, fornecimento de energia elétrica, reforma de prédios e espaços tombados (Teatro Nacional, Rodoviária do Plano Piloto, autódromo Nelson Piquet) já estão em processo de privatização. Em 2021, o governo de Ibaneis Rocha implementou o cartão-creche para que famílias matriculassem suas crianças em creches particulares conveniadas ao GDF. O programa iniciou atendendo 1062 vagas e, em fevereiro de 2024, passou a atender 6.710 crianças até 3 anos, destinando, esse ano, aproximadamente 68 milhões de reais às instituições particulares. O sistema de vouchers (cartão-creche) de gestão por organizações da sociedade civil, utilizado no Distrito Federal demonstra como o nível da gestão e oferta (Adrião, 2017) da educação pública infantil, caminha em direção à privatização no Distrito Federal.

Neste processo de avanço do setor empresarial no orçamento público e na ocupação e direção do espaço público, o SEBRAE realizou, entre o período de 2019 a 2023, no Distrito Federal, parcerias com as Secretaria de Estado de Cidades, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e com a Secretaria de Estado de Educação. Na Secretaria de Estado de Educação, a relação público-privada com o SEBRAE se manteve e foi ampliada nos contratos assinados em 2021 e 2023, o que demonstra estreita relação na educação básica pública do Distrito Federal.

Ao examinar os documentos, e ao entrevistar os interlocutores, constato que os interesses privados estiveram permanentemente na agenda das construções de políticas públicas no Distrito Federal, disputando espaço com os interesses públicos e com as ações contra hegemônicas de movimentos sociais, sindicais e progressistas. Contudo, o ordenamento jurídico permitiu e contribuiu para o avanço empresarial no DF sob o orçamento público, mediante gestão dos serviços essenciais como saúde, educação, revelando-se uma expressão da lógica do capital que busca expandir seus domínios sobre os setores estratégicos da sociedade.

Essa dinâmica do avanço do setor empresarial sob o orçamento público é mediada pelo aparato jurídico, que, muitas vezes, é moldado para atender aos interesses da classe dominante, garantindo-lhes vantagens e privilégios em detrimento dos direitos coletivos da população. As contradições entre o setor público e o setor privado, portanto, se manifestam não apenas nos embates políticos, mas também na esfera jurídica, onde são estabelecidas as regras do jogo.

Essa predominância dos interesses privados sobre o orçamento público, e a gestão dos serviços essenciais, impacta diretamente a gestão democrática e a própria democracia, uma vez

que mina os princípios de igualdade, transparência, participação e justiça social. Ao privilegiar o lucro em detrimento do bem-estar coletivo, essas práticas contribuem para a reprodução das desigualdades e para a concentração de poder nas mãos das elites.

2.3 TENSÕES ENTRE INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

A Educação básica pública no Distrito Federal iniciou antes mesmo de sua inauguração, em 21 de abril de 1960. Em 1957, com a vinda das famílias dos operários que trabalhavam na construção da cidade, houve a necessidade de abrir unidades escolares para atender as crianças que passavam o dia em acampamento de construtoras ou nas recém-formadas comunidades, como a Cidade Livre, Taguatinga, Gama e foram incorporadas escolas do sistema educacional de Goiás, nas cidades de Planaltina e Luziânia, que ficaram dentro do perímetro destinado à nova capital. A princípio, a gestão da educação básica oficial ficou a cargo da NOVACAP, que inaugurou o grupo escolar nº1 na Candangolândia, em outubro de 1957 (Distrito Federal, 1984; Pereira; Rocha, 2011). Contudo, muitas famílias não ficavam próximas à região, pois eram alocadas em acampamentos de empresas de construção, próximos aos prédios que trabalhavam. Para cumprir o ritmo da construção, dia e noite, muitas construtoras criaram escolas em seus acampamentos. Algumas dessas escolas, com o passar dos anos, foram absorvidas pelo sistema de educação distrital, enquanto outras foram desmontadas juntamente com o acampamento das empreiteiras.

Dentro do contexto desenvolvimentista do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, a educação se situava em uma lógica voltada à formação de força de trabalho para a evolução industrial em solo brasileiro (Souza; Neta, 2022). No Distrito Federal, houve dois modelos de escolas: um que seguia os propósitos pensados por Anísio Teixeira em seu “Plano de Construção escolares de Brasília” (1957), e se limitou dentro do traçado de Lúcio Costa, e outro nas regiões administrativas e nos acampamentos das construtoras. Nestes espaços, sobressaiu o modelo de escola necessário ao capital (Pinto; Müller; Anjos, 2018) que desenvolvia habilidade básicas de leitura, escrita e raciocínio lógico para formar força de trabalho necessária àquele período desenvolvimentista.

Em 1959, o Ministério da Educação assumiu a organização e gerência da educação básica pública em Brasília, instituindo a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), que implementou o Plano do Sistema Educacional de Brasília, elaborado

por Anísio Teixeira. Em 1960, foi criada a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), um órgão distrital dotado de personalidade jurídica privada sem fins lucrativos. A extinção da FEDF aconteceu em 2000, durante o governo de Joaquim Roriz, quando foi criada a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) com funções de planejamento e execução das políticas públicas para a educação básica em âmbito distrital (Pereira; Taunay, 2020; Reis; Cordeiro, 2020; Taunay; Waisros, 2017).

Em 2024, a SEEDF tem atendido as 35 regiões administrativas divididas entre 14 Coordenações Regionais de Ensino, com escolas em áreas urbanas e rurais, conta com 699 escolas públicas com gestores eleitos sob a Lei de Gestão Democrática (Lei 4.751/2012) e 126 escolas com a gestão realizada por convênio entre o Governo do Distrito Federal e organizações privadas. A rede pública de ensino do Distrito Federal ainda conta com Centro Interescolares de Língua (17 unidades), Escolas Parques (8 unidades), Escola da Natureza (1 unidade), Centro de Ensino Especial (13), Educação Profissional (8 unidades) e 95 unidades ofertam a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Distrito Federal, 2024).

O Censo da Educação Básica de 2023 (INEP, 2024) demonstra que a Secretaria de Estado de Educação conta com 464.997 matrículas ativas em sua rede, 20.562 professores, dos quais 48% são professores em contratação temporária.

A divisão entre as etapas da educação básica está organizada da seguinte forma:

Quadro 6 - Relação de número de unidades escolares por etapa e modalidade

Rede pública de escolas do Distrito Federal em 2024		
Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio/Novo Ensino Médio

402 escolas/creches		521 escolas			94 escolas
Rede Pública	Rede Conveniada	Escolas Classes (1º ao 5º ano)	Centro de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	Centro Educacional (1º ao 9º ano)	
281 escolas*	126 escolas/creches	383 escolas	193 escolas	55 escolas	

Fonte: Elaborado pela autora (2024)⁴¹.

A compreensão das forças políticas contribui para apreender as relações com o setor privado, e neste sentido apresento os secretários de estado de educação de 2002 a 2024 e seus respectivos governos, para em seguida analisar os Termos de Cooperação Técnica e os planos de trabalho.

Quadro 7 – Governadores e Secretários de Estado de Educação entre 2002 e 2024

Período	Governador	Secretário (a)	Formação
2007-2009	José Roberto Arruda (DEM)	Maria Helena Guimarães de Castro	Mestre em Educação
		José Luiz Valente	Engenheiro Mecânico
		Eunice de O. F. Santos	Professora
2010-2010	Vice-Governador Paulo Octávio (DEM)	Eunice de O. Santos	Professora
2010-2010	Wilson Lima (interino) (PR)	Marcelo Aguiar	Arquiteto
2010-2011	Rogério Rosso (PMDB)	Marcelo Aguiar	Arquiteto
2011-2014	Agnelo Queiroz (PT)	Regina Vinhaes Gracindo	Doutora em Educação
		Denilson Bento	Professor de Educação Básica e Sindicalista
		Marcelo Aguiar	Arquiteto
2015-2018	Rodrigo Rollemberg (PSB)	Júlio Gregório Filho	Professor de química da SEEDF

⁴¹ Quadro elaborado com dados trabalhados a partir dos resultados do Censo DF Escolar de 2023 (Distrito Federal, 2024). Algumas destas escolas ofertam Anos Iniciais (1º ao 5º ano).

2019-2024	Ibaneis Rocha (MDB)	Rafael Parente	Doutor em Educação
		José Pedro Ferraz	Bacharel em Direito
		Leandro Cruz	Bacharel em Direito
		Hélvia Paranaguá (2021-atual)	Bacharel em Gestão Pública, Licenciatura em Língua Portuguesa

Fonte: Elaborado pela autora (2023)⁴².

Ao analisar as relações entre governo e setor privado, em janeiro de 2024, no *site* da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal constavam 108 contratos vigentes até o ano de 2026, mais de 130 contratos findos, e 126 convênios com instituições pedagógicas. Estes contratos estão relacionados a prestação de serviços e compra de material, tanto das atividades meio, quanto relacionados à atividade, a serviços e produtos pedagógicos. No entanto, os termos de cooperação técnica entre a SEEDF e instituições de ensino, pesquisa (como parcerias com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e em Promoção de Evento (CEBRASPE), com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com universidades públicas e privadas) não aparecem como contratos de gestão. Este tipo de relação aparece em extratos no Diário Oficial do Distrito Federal, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 8 – Termos de Cooperação Técnica realizados entre Empresas privadas e a Secretaria de Estado de Educação para educação básica entre 2017 e 2022

Ano	Empresa	Público- objetivo	Duração
2017	SEBRAE/DF	Formação de professores, estudantes sobre educação empreendedora no âmbito do Programa Nacional de Educação Empreendedora	2 anos
2022	Associação Júnior Achievement do Distrito Federal – JADF	Oferta de produtos pedagógicos sobre empreendedorismo a estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	60 meses
2021	SEBRAE/DF	Professores, profissionais da educação; apresenta produto pedagógico e metodológico sobre a educação empreendedora em diferentes etapas e modalidades da educação básica na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	2 anos
2021	Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC	Atuar com adolescentes dos anos finais, Ensino Médio e em medida socioeducativa em áreas como Direitos Humanos, Cidadania e Orçamento Público	60 meses
2022	Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE	Oferta de itinerário formativo técnico-profissional para Novo Ensino Médio	48 meses

⁴² Elaborado a partir de pesquisas no Diário Oficial do Distrito Federal.

2022	SENAC/DF	Itinerário de Formação Técnica e Profissional de estudantes regularmente matriculados no ensino médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, nas unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, por meio do Programa Senac de Gratuidade (PSG)	24 meses
2022	Associação Júnior Achievement do Distrito Federal – JADF	A oferta de programas de empreendedorismo a estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a ser executado nas unidades escolares participantes	60 meses
2022	SENAI/DF	Trilhas de aprendizagem e Itinerário Formativo Técnico-Profissional para estudantes do Ensino Médio	2 anos
2022	Politize - Instituto de Educação Política	Elaboração e implantação de um itinerário formativo no Novo Ensino Médio, com foco em liderança e cidadania, formação de professores e formação de representantes de turma	48 meses
2022	CONSED e o Instituto Natura	Viabilizar estudo/pesquisa junto aos alunos de Ensino Médio das redes de ensino dos Estados e do Distrito Federal, com o intuito de realizar a primeira aplicação do “Indicador de Oportunidades de Desenvolvimento Integral dos jovens do Ensino Médio”	10 meses
2021	IDEFACE	Deteção e o desenvolvimento de talentos esportivos com estudantes e professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	10 meses
2022	Associação Júnior Achievement do Distrito Federal – JADF	Oferta de produtos pedagógicos sobre empreendedorismo a estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	60 meses
2022	Instituto Fecomercio – IF	Oferta de estágio obrigatório e/ou não-obrigatório, com concessão de bolsa, estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, maiores de 16 (dezesesseis) anos	60 meses
2023	Instituto Aliança com o Adolescente - IA	Execução das atividades do Programa “Na Real” em escolas públicas do Distrito Federal, para estudantes do 8º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio	9 meses

Fonte: Grupo de Pesquisa Águia (2024)⁴³.

O levantamento realizado pelos pesquisadores do grupo de pesquisa e estudos Águia demonstra que, entre 2007 e 2011 (promulgação do ordenamento jurídico normativo das PPPs), houve 20 contratos público-privados voltados somente para educação básica; entre 2011 e 2017, há uma redução considerável, contando com apenas 2 contratos e, a partir de 2017, retoma-se uma agenda com o setor privado, contabilizando, até o início de 2023, 15 contratos com o setor privado na oferta de serviços, assessorias e material pedagógico para a educação básica.

O registro histórico desses contratos de empresas com setor público contribui para a memória, pois localizados exige uma busca minuciosa. Para a análise, priorizo o contrato realizado entre a SEEDF e o SEBRAE, o primeiro assinado em 2017 e prorrogado em 2019⁴⁴ para mais dois anos, e o segundo contrato assinado em 2021 até 2022.

⁴³ A partir de dados dos Diário Oficial do Distrito Federal.

⁴⁴ A renovação consta no Termo de Cooperação Técnica assinado em 5 de agosto de 2019 pelo Governo do Distrito Federal e SEBRAE, no âmbito de um projeto maior, o Cidade Empreendedora. O extrato do TCT foi publicado no DODF nº 156, de 19 de agosto de 2019.

Esses números refletem uma tendência de aproximação estreita do setor empresarial quando o governo distrital se aproxima do espectro de partidos políticos de direita ou centro-direita. Nesses governos, há um alinhamento entre as agendas governamentais e empresariais demonstrando uma manifestação concreta da influência corporativa na concepção e implementação de projetos pedagógicos concebidos e apresentados, por esse setor da sociedade civil, como um caminho para a educação pública de qualidade (Garcia; Adrião; Drabach, 2023).

Para organizar, implementar e executar as políticas para educação básica no Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação, em seu plano de gestão central, se organiza em secretaria-executiva, 10 assessorias, 8 subsecretarias (incluindo a subsecretaria de formação continuada de professores e profissionais da educação), que, por sua vez, se dividem em assessorias e gerências. No nível intermediário, a SEEDF conta com 14 Coordenações Regionais de Ensino para acompanhamento da execução dos projetos, programas e políticas nas unidades escolares. As Coordenações Regionais de Ensino são distribuídas da seguinte forma:

Quadro 9 - Distribuição das Coordenações Regionais de Ensino por Região Administrativa

Coordenação Regional de Ensino	Regiões Administrativas atendidas	Número de escolas
Brazlândia	Brazlândia	37
Ceilândia	Ceilândia, Sol Nascente/Pôr do Sol	110
Gama	Gama	57
Guará	Guará, Estrutural, SCIA	34
Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Candangolândia, Park Way	44
Paranoá	Paranoá, Itapoã	41
Planaltina	Planaltina, Arapoanga	72
Plano Piloto	Brasília, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Asa Sul, Asa Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Jardim Botânico	126
Recanto das Emas	Recanto das Emas, Água Quente	38
Samambaia	Samambaia	71
Santa Maria	Santa Maria	35
São Sebastião	São Sebastião	30
Sobradinho	Sobradinho, Sobradinho II, FERCAL	53

Taguatinga	Taguatinga, Águas Claras, Arniqueiras, Vicente Pires	77
------------	--	----

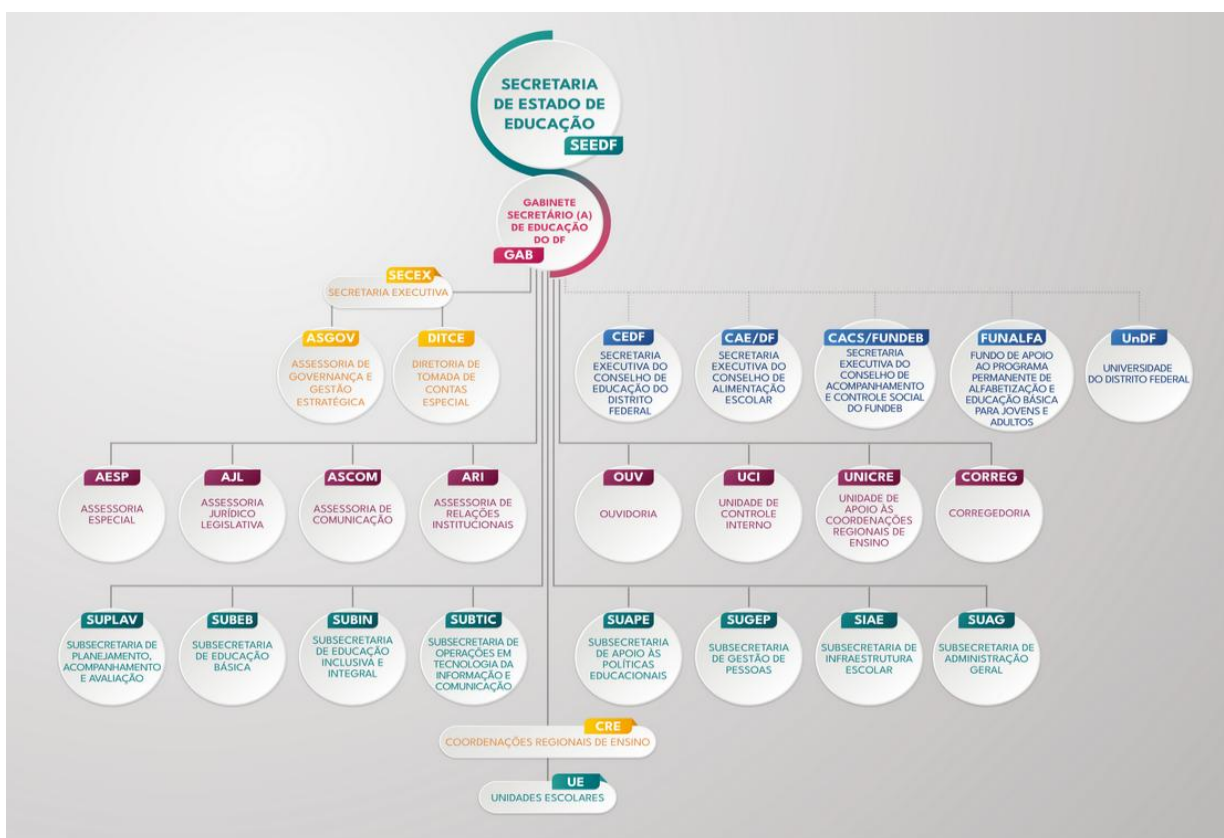
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O organograma administrativo segue a seguinte estrutura:

Figura 2 – Organograma da SEEDF

Fonte: SEEDF (2024)⁴⁵.

Os contratos e convênios na Secretaria de Educação são multissetoriais, incluem as Assessoria de Governança e Gestão Estratégica, Assessoria Jurídico-Legislativa no plano



administrativo e jurídico, e na dimensão pedagógica envolve as Subsecretaria de Educação Básica, Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral e Unidade - Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Uni-EAPE)⁴⁶. As Coordenações Regionais de

⁴⁵

Disponível

em:

https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Organograma_SEEDF_9set24.png. Acesso em: set. 2024.

⁴⁶ A Uni-EAPE tinha status de subsecretaria até agosto de 2024, E o decreto nº 46.165, de 16 de agosto de 2024, alterou a estrutura administrativa da SEEDF. A Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação passou a fazer parte da estrutura organizacional da SUBEB como uma unidade, juntamente com a Unidade de Gestão Estratégica da Educação Básica e a Unidade de Gestão Articuladora da Educação Básica.

Ensino e as Unidades Escolares viabilizam e executam os projetos e programas advindos dessas relações assimétricas entre o GDF e as empresas privadas.

Nesta configuração estrutural da SEEDF, as ações e concepções gerencialistas que aceleraram no governo de José Roberto Arruda, em 2007 (Silva; Pacheco, 2021), tomou contornos mais definidos e mais próximos às estruturas organizacionais de corporações privadas no governo de Ibaneis Rocha. Apoiado nos conceitos empresariais de eficiência, qualidade e excelência, a gestão da educação no Distrito Federal subordinou o direito à educação às metas numéricas de sistemas externos de avaliação, como SAEB e PISA.

As práticas gerencialistas se expressaram na descentralização de atribuições técnicas e financeiras permitiu uma aproximação do setor privado na fonte de financiamento direto à escola, em um aumento na centralização e direção das políticas para educação básica (Oliveira, 2017), no uso seletivo de instrumentos para suposta participação democrática (consulta pública, audiências, relatórios) para responsabilizar as unidades escolares, gestores, professores das medidas tomadas em âmbito distrital. Essas características trazem um enfoque corporativo para a gestão, descaracterizando seus aspectos pedagógicos, financeiros e administrativo, com suas atribuições divididas entre o Estado e empresários do setor privado.

Nesta perspectiva, a sala de aula torna-se um espaço privilegiado, onde os discursos, práticas, ações e instrumentos podem exercer uma educação que legitime as estruturas de poder, moldando os sujeitos às condições de exploração e opressão ou torna-se um espaço onde é possível formar sujeitos históricos capazes de questionar e modificar as condições que perpetuam a exploração e alienação, para que então, esses indivíduos rompam com as relações de subordinação e desigualdade estrutural, tornando-se agentes de transformação social (Mészáros, 2015). Os reformadores empresariais disputam o espaço da formação básica no DF com o desejo de garantir um controle ideológico da escola, isto é, garantir a formação necessária da força de trabalho futura (Freitas, 2012). Veem a educação como um mercado de futuro, onde os contratos de produtos e serviços pedagógicos partem do princípio de homogeneidade dos produtos, isto é, princípio que todas as redes de ensino e todas as escolas são iguais, de modo que os investidores, como os empresários e o próprio Estado, tenham certeza que aplicando os produtos e serviços pedagógicos o mercado alcance lucro almejado, seja financeiro ou na forma de força de trabalho.

As forças políticas neoliberais colocaram como função do Estado instância de regulação do processo de compra e venda do capital e de avaliação em detrimento da função de garantir direito social à educação. Essas forças transformaram também os processos educacionais,

tornando a escola um lugar decisório na formação minimalista da força de trabalho futura. A concepção de educação básica no Distrito Federal pode ser entendida como:

[...] processo exige a formação de uma cultura cívica empreendedora, na qual os grupos sociais produzam estratégias para a resolução dos seus próprios problemas, tornando-se **independentes do Estado**. Para que se forme essa nova cultura, o Estado deve ampliar a participação política da sociedade civil, estimular a responsabilidade social das empresas e encorajar tomadas de decisão que envolvam autonomia e iniciativas econômicas locais, sem, no entanto, renunciar ao monitoramento e da regulação (Carvalho, 2017, p. 530, grifo próprio).

A educação básica pública no Distrito Federal convive com as contradições da formação minimalista da força de trabalho e a manutenção das desigualdades de classe (Saviani, 2021; Kuenzer, 2016; Moura, 2013). A relação entre Estado e setor privado, desde a concepção das primeiras escolas, realça, em sua essência, um projeto educacional que busca reproduzir e reforçar as relações de poder existentes na sociedade capitalista. Isso foi e é feito por meio da inculcação de valores, normas e comportamentos que favorecem a manutenção da estrutura de classes, promovendo a ideia de meritocracia enquanto, na prática, limita o acesso das classes menos privilegiadas aos recursos educacionais necessários para ascender socialmente.

Anos se passaram e a educação básica pública distrital continua entrelaçada ao setor privado, seja na oferta de material didático, projetos pedagógicos, construção de currículo, na concepção e finalidades da educação básica e na formação continuada de professores. Em 2017, a educação empreendedora apresentada pelo SEBRAE se tornou mais uma ferramenta do controle da educação distrital, pois pode-se compreendê-la como uma atualização dos instrumentos da classe empresarial para a manutenção das estruturas de classe existentes para atender aos interesses e necessidades do sistema capitalista, pois legitima e reforça as estruturas de poder já existentes.

2.4 OFENSIVA SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA: EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (PNEE) DO SEBRAE

No primeiro capítulo apresentei três de quatro movimentos de construção do SEBRAE para assumir papel de destaque entre as corporações que representam o interesse de empresas privadas: criação e estruturação (1972-1984), associação entre agenda política e interesses privados (1984-1990) e treinamento para o empreendedorismo (1990-2010). Agora, no quarto movimento, busco analisar o Programa Nacional de Educação Empreendedora (2013-atual),

objeto desta pesquisa, quando o SEBRAE expande suas ações para toda educação básica (não somente no Ensino Médio Integrado e Educação Profissional).

A Educação Empreendedora não iniciou como educação de crianças e adolescentes, mas como disciplinas de faculdades de administração e negócios (Lopes, 2010). O relatório “Um tesouro a descobrir”, da UNESCO (1999), organizado por Jacques Delors, trazia os chamados quatro tipos fundamentais de educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Em 2004, no relatório PRELAC (UNESCO, 2004) foi acrescentado mais um pilar: o aprender a empreender. Após esse relatório, em 2011, a Comissão Europeia divulgou o relatório “Educação Empreendedora: Capacitação de professores como fator central de sucesso. Um relatório sobre formação de professores e técnicas para preparar os professores para os desafios da educação empreendedora”. O documento conceitua educação empreendedora como:

[...] processo pelo qual os estudantes adquirem um conjunto amplo de competências que podem trazer **benefícios individuais, sociais e econômicos**, já que essas competências adquiridas se aplicam a todos os aspectos da vida. Empreendedorismo neste sentido refere-se à habilidade de um indivíduo de transformar ideias em ação. Isso inclui criatividade, inovação, **proatividade e disposição para correr riscos**, assim como a capacidade de planejar e gerenciar projetos para alcançar objetivos. Isso apoia a todos no dia a dia tanto na vida particular quanto na sociedade, torna os **funcionários mais conscientes do contexto de seu trabalho e aptos a aproveitar oportunidades**, e fornece uma base para os empreendedores estabelecerem uma **atividade social ou comercial**. A educação empreendedora tem, portanto, a ver com o desenvolvimento de competências ao longo da vida (Comissão Europeia, 2011, p. 2, grifo próprio, t)⁴⁷.

Em 2013, o Banco Mundial publicou o relatório “Delineamento do cenário global dos programas de formação e educação em empreendedorismo” em que define educação empreendedora como:

É reconhecida como uma área de estudo consolidada, crescendo em paralelo ao interesse de formuladores de políticas e estudantes (Mwasalwiba, 2010). Embora uma definição única e universalmente aceita permaneça indefinida, pesquisadores estão contribuindo para uma definição em constante evolução [...]. De modo geral, a Formação e Educação Empreendedora reflete tanto a atividade de transmitir comportamento e habilidades específicas associadas ao empreendedorismo, quanto programas de educação e formação que visam buscar gerar como resultado diferentes empreendedores. Como uma definição de trabalho para este estudo, a Formação e Educação Empreendedora representam intervenções na educação formal ou formação profissional que compartilham o objetivo geral de fornecer aos indivíduos os comportamentos e as habilidades empreendedoras para apoiar a participação e o

⁴⁷ Tradução própria.

desempenho em uma gama de atividades empreendedoras (Banco Mundial, 2013, p. 10⁴⁸).

O Banco Mundial, OCDE e a Comissão Europeia produzem documentos sobre suas concepções, objetivos e finalidades para educação básica que, geralmente, estão alinhadas ao desenvolvimento do capital com anuência dos governos nacionais (Silva, 2002). A partir dessas propostas, por meio de agentes e condicionalidades, esses organismos pressionaram para elaboração das mudanças na legislação, nos currículos, na gestão escolar e na formação de professores e outras. Estes senhores, junto com governos dos países integrantes do G8, empresas e fundações privadas, direcionam mudanças na educação básica e avaliam se as mudanças atendem condicionalidades impostas para realizar acordos financeiros com os governos dos países periféricos.

Desde a década de 1990, essa interferência e anuência estão explícitas na educação básica brasileira, com a criação de sistema de avaliação em rede, programas para aumentar o atendimento da educação e criação de programas para as fases iniciais. O avanço da globalização permite que a oligarquia financeira (Netto; Braz, 2006), representada por esses órgãos internacionais, delineiem as políticas sociais como na saúde, educação e trabalho em países como o Brasil, em prol do avanço do capitalismo (Silva; Pimenta, 2024).

Ainda no ano de 2013, acompanhando as orientações do Banco Mundial, OCDE e Comissão Europeia, o SEBRAE criou o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), que visa fomentar o empreendedorismo na educação básica brasileira por meio de parcerias com os agentes de educação preferencialmente pública no Brasil. O SEBRAE (2021, p. 94) define educação empreendedora como:

[...] desenvolvimento das competências empreendedoras, habilidades e soft skills (competências socioemocionais). Assim, o propósito da Educação Empreendedora é desenvolver o potencial criativo e de inovação, a predisposição para agir, além da percepção e **exploração de oportunidades**. [...] o SEBRAE define que esse tipo de educação ajuda o estudante a se **autoconhecer** e a enxergar e avaliar determinada situação, assumindo uma **posição proativa** diante dela, capacitando-o a **elaborar e a planejar estratégias de interagir** com aquilo que **ele passou** a perceber. (Grifo próprio)

A definição que o SEBRAE apresenta em seu documento *Termo de Referências* (2021), em Educação Empreendedora, se aproxima das definições apresentadas pelo Banco Mundial e Comissão Europeia no tocante ao individualismo, meritocracia e utilidade. Ao examinar os documentos do SEBRAE, constatei que existe e desenvolve um projeto de rede interligado a

⁴⁸ Tradução própria.

outros países: o Observatório Internacional SEBRAE, que tem relações com agências globais, como o Banco Mundial, OCDE, ONU, Organização Internacional do Trabalho, entre outros, como parceiro da organização privada.

Ao estabelecer relações com essas organizações externas, disseminam a ideia de que a educação empreendedora seria uma ferramenta neutra e universal para os problemas sociais, desconsiderando as diferentes realidades socioeconômicas, históricas e as estruturas de poder. A ênfase no individualismo e na meritocracia contribui para a reprodução da lógica competitiva do capitalismo, obscurece as alternativas de organização social e econômica, mais justas e igualitárias. No documento *Manual de Gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora* (SEBRAE, 2017), o SEBRAE amplia o conceito de educação empreendedora, e define como objetivo do PNEE: “ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da **oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos**, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação” (SEBRAE, 2017, p. 10).

A ênfase na "cultura empreendedora" na educação básica pública pode ser interpretada como uma forma de privatização por dentro, pois os princípios do mercado e da lógica do capital são introduzidos no ambiente escolar e na pseudoformação humanística dos estudantes, ignorando as relações sociais do estudante. O conhecimento e as habilidades se transmutam em produtos a serem comercializados, desvalorizando a função social da educação como um direito fundamental e um instrumento de emancipação humana (Saviani, 2021).

O público-alvo do PNEE, segundo o Manual de Gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora (SEBRAE, 2017) seria o potencial empreendedor, aquele que não tem ou não está desenvolvendo um empreendimento onde o SEBRAE possa atuar no assessoramento. Esse potencial empreendedor ainda é dividido em: “potenciais empreendedores da educação básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), potenciais empreendedores da educação superior e jovens que não estão matriculados em alguma etapa do ensino formal, mas que são atendidos por Organizações Não-Governamentais” (SEBRAE, 2017, p. 10).

Como uma maneira de marcar o espaço que o estudante ocupa na cadeia produtiva do capital, a escolha do SEBRAE pelo termo "*potencial empreendedor*" em vez de estudantes, serve para se referir aos jovens que estão na educação básica pública, revela uma visão instrumentalizada da educação, objetificação e a perspectiva reducionista do ser humano. O termo *potencial empreendedor* transforma o ser humano em um objeto a ser moldado e

explorado. Essa modelagem treina o estudante para as crises do capital, para aceitar condições de desemprego, subemprego e precarização das relações trabalhistas tornando-o um instrumento para a perpetuação de um sistema que o aliena (Antunes, 2018).

Segundo o SEBRAE, a operacionalização do PNEE necessita da formação de parcerias com os sistemas de ensino público em território nacional e com a administração pública, pois permite a oferta de conteúdos sobre empreendedorismo para potenciais empreendedores. A parceria com secretarias estaduais, distrital, municipais significa que há intenções, decisões sistemáticas para interferir diretamente na formação escolar.

Para a entidade, utilizar da estratégia de parceria com o poder público aprimora a divulgação das competências empreendedoras (SEBRAE, 2017). A parceria também se torna necessária, segundo a agência, pois os agentes de educação empreendedora do SEBRAE não atuam diretamente com o estudante, mas com os profissionais da educação do sistema de ensino público, buscando capacitar os educadores e diretores fornecendo-lhes ferramentas e recursos para que possam integrar o empreendedorismo em suas práticas pedagógicas (SEBRAE, 2017).

Dessa forma, por meio dessa relação, o SEBRAE utiliza da estrutura das escolas públicas do Distrito Federal, recruta professores, coordenadores e diretores para alcançar a força de trabalho futura, os estudantes matriculados na rede pública distrital. Ao utilizar-se da relação público-privado, ele se beneficia da transferência de recursos públicos para o setor privado, sem a devida transparência e controle social. Predominando os conflitos de interesse e compromete a qualidade da educação básica pública ao interferir nos conteúdos dados nas disciplinas (sobrepondo até mesmo os próprios currículos pedagógicos institucionais), interfere no do tempo de coordenação pedagógica para aplicar seu treinamento.

Contudo, ele transfere para o setor público e para os professores, servidores públicos, a responsabilidade de executar seu programa, sobrecarrega os professores e diretores, pois modifica a gestão escolar e o trabalho pedagógico, direciona a construção do currículo e, na escolha das metodologias de ensino, dificulta a participação da comunidade escolar no projeto político pedagógico da escola. Para operacionalizar o PNEE, o SEBRAE apresenta um portfólio com os produtos a serem implementados na educação básica, educação profissional e educação superior.

No âmbito da educação básica, são ofertados os seguintes programas às unidades escolares: o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), que atende todo o Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano), Despertar, Jovens Empreendedores (voltado para estudantes da rede particular) e Crescendo e Empreendendo, todos voltados ao público do

Ensino Médio, Jovem Empreendedor no Campo para modalidade de educação do campo (SEBRAE, 2017).

O programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) (SEBRAE, 2017) é destinado ao Ensino Fundamental. Um dos primeiros programas a ser implementado em todo país, objetiva atender crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, a partir de material didático e oficina, e para isso treina professores para o repasse aos estudantes. Opera com oficinas temáticas entre 22 e 30 horas, com 2 horas e 30 minutos de atividade por dia. Segundo a agência, as temáticas das oficinas giram em torno do comportamento empreendedor, empreendedorismo empresarial e do empreendedorismo social, a partir de temas geradores sobre sustentabilidade, reciclagem, tecnologias⁴⁹. Ainda afirma que o programa tem por objetivo “incentivar comportamentos empreendedores, de forma a estimular o protagonismo juvenil e a iniciativa futura na busca de possibilidades de inserção no mundo do trabalho por meio de uma postura empreendedora ou da criação de negócios próprios” (SEBRAE, 2017, p 14).

O SEBRAE atua por meio de contratos com os governos, assessoria a gestores escolares e professores, de elaboração de material pedagógico, fomento a eventos escolares torna-se um mediador dos interesses empresariais frente ao Estado e aos gestores da educação básica (Dias, 2018; Castro, 2010). Por meio de suas ações e programas, o SEBRAE promove uma visão de mundo que valoriza o livre mercado, a iniciativa privada e o individualismo, contribuindo para a naturalização das relações sociais capitalistas. Neste sentido, o capital difundido pelo SEBRAE visa um comportamento ideal para sua expansão e busca modelar um comportamento empreendedor nas crianças e jovens (Pronko, 2019; Magalhães, 2023).

Após a leitura de Castro (2019), Dias (2017), Magalhães (2023), verificamos que os Termos de Cooperação Técnica que medeiam a relação SEEDF-SEBRAE indicam implicações de uma privatização *na* educação distrital com as seguintes características: (i) interesses econômicos e políticos mútuo, por exemplo, no Projeto Básico do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira de 2020, o SEBRAE é citado como parceiro juntamente com o Banco de Brasília para elaboração de editais de chamamento público de credenciamento para o cadastro prévio de fornecedores⁵⁰ de bens e serviços, para desenvolver um sistema eletrônico de credenciamento e um aplicativo para o cartão PDAF; (ii) a prevalência da percepção que o setor privado tem a fórmula para otimizar e melhorar a prestação de serviço

⁴⁹ CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

⁵⁰ Os fornecedores de bens e serviços para serem cadastrados precisam ser MEI ou pequena empresa.

educacional na escola pública ; (iii) a transposição da lógica corporativo-empresarial para as escolas, situação materializada nas assessorias prestadas aos diretores escolares, gestores de políticas para educação básica distrital; (iv) o SEBRAE, de forma deliberada, confunde a concepção de treinamento com a de formação continuada, privando os professores do acesso ao conhecimento científico e crítico; (v) o SEBRAE assume o papel de formador, substituindo a Escola de Formação dos Profissionais da Educação, ao oferecer treinamentos durante os horários de coordenação nas escolas. (vi) Essa prática não apenas impede a interação entre os professores, mas também enfraquece a percepção de classe trabalhadora, ao substituir um espaço de construção coletiva por um modelo técnico e fragmentado de capacitação; (vii) produção de metodologias, conteúdos, aulas e materiais didáticos para os professores que atuam na rede distrital aplicarem em sala de aula.

Essa relação revela uma lógica de mercado, competição e meritocracia, que carrega uma concepção de formação utilitária, tecnicista, flexível e instrumental própria das práticas comerciais e demandas do mercado, ao mesmo tempo que coexiste com outra concepção, a educação como prática social, um processo dialético que incentiva a autonomia, participação, gestão democrática, a criatividade e justiça social, que nos humaniza.

Segundo o SEBRAE, no documento *Manual do Programa Nacional de Educação Empreendedora - Gestão*, o professor seria uma “peça” fundamental para o êxito do programa JEPP, pois os agentes do SEBRAE não têm contato direto na formação em sala de aula com os estudantes, somente com os professores, e, então, estes aplicam a oficina em sala de aula e “devem ser defensores da metodologia na escola” (SEBRAE, 2017, p. 18). Ainda orienta que seus gestores solicitem aos diretores e coordenadores de unidades escolares que escolham professores que se encaixem no perfil:

- Ter iniciativa;
- Ter atitude positiva e dinamismo;
- Ser comunicativo;
- Ser criativo;
- Ter habilidade de escuta – saber ouvir;
- Ser ousado;
- Ter atitude flexível, aberta e receptiva a inovações;
- Estar predisposto ao novo;
- Ter capacidade de persuasão;
- Ser comprometido (SEBRAE, 2017, p. 18).

Também orientam o gestor, caso não tenha professores com o perfil ideal, que indique professores que estejam “dispostos a novas aprendizagens e abertos a desafios” (SEBRAE, 2017, p. 19). Os professores fazem um treinamento de 28 horas, em que são apresentadas às metodologias que eles utilizarão e ao material didático com planos de aula para serem aplicados

nas oficinas. O gestor do SEBRAE fica encarregado de fiscalizar e avaliar a aplicação do Jovens Empreendedores Primeiros Passos para “corrigir possíveis falhas” (SEBRAE, 2017, p. 22).

No perfil do chamado professor ideal, o SEBRAE exige características que se alinham a uma concepção de trabalhador flexível, induz que o professor seja incentivado a ser dinâmico, comunicativo, criativo, ousado e aberto a inovações, que são características típicas de um perfil empreendedor que o SEBRAE busca promover. O discurso e as ações estão carregados de uma visão que valoriza a individualização do trabalho docente, afastando-se de uma concepção coletiva e crítica da prática pedagógica. Essas qualidades, longe de serem neutras ou simplesmente positivas, operam no sentido de naturalizar uma relação de subordinação do professor e da educação ao mercado, em que o docente se torna um agente de reprodução das lógicas empresariais, muitas vezes, sem o devido espaço para problematizar ou criticar essas diretrizes.

Esse modelo de treinamento que o SEBRAE propõe torna o professor um executor de tarefas para treinar os alunos e as alunas envolvidas no programa, sem capacidade de promover a reflexão crítica sobre o empreendedorismo e a realidade concreta. A autonomia do professor vem sendo tensionada pela necessidade de se enquadrar na metodologia e ideologia do programa, e, ao mesmo tempo, conflita com o papel social crítico de seu trabalho pedagógico. Ao orientar a prática pedagógica ao discurso empresarial hegemônico, o SEBRAE submete o professor à ideologia empresarial (Castro, 2019).

O entrevistado DE002 (gestor escolar) e CI001, ao responder sobre como foram os trâmites para concretizar a relação do SEBRAE com a SEEDF (Questão 3), leva a perceber como essa lógica se materializa dentro das unidades escolares:

*“A gente levou para a coordenação pedagógica na escola, alguns professores demonstraram interesse em colocar o projeto, como parte do trabalho, principalmente para professores de português, matemática. Tinha uma professora de matemática. **ela já trabalhava dentro do componente curricular lá de matemática, essa parte de educação financeira.** quando veio, um dia, uma palestra do SEBRAE na coordenação pedagógica que eles proporam o curso, **ela foi a grande pessoa que motivou também os colegas a participarem**” (DE002) (grifo próprio).*

Esse relato é significativo, pois revela como a implementação do programa se apoia em sujeitos específicos dentro da escola, que assumem o papel de "liderança" ou de "motivação" para os demais, reforçando a internalização dos valores do empreendedorismo. Essa professora, ao incorporar os valores e diretrizes do SEBRAE, torna-se um elo para a propagação da ideologia do empreendedorismo, que é acolhida como uma solução pedagógica, sem que sejam evidenciadas as contradições estruturais entre a função da educação pública e as demandas do

mercado. O que parece ser uma escolha individual ou iniciativa da professora, na verdade, é a captura da subjetividade docente pela ideologia dominante, que direciona as práticas educativas para atender aos interesses do capital. Através desse processo, naturalizam-se as contradições entre o que a escola deveria ser – um espaço de formação crítica e cidadã – e o que se torna, um espaço de formação funcionalizada para o mercado.

As oficinas para o Ensino Médio têm como objetivo “despertar a predisposição do jovem em empreender” (SEBRAE, 2017, p. 49). Os estudantes, segundo o SEBRAE (2017), são estimulados a buscar parcerias com empreendedores locais para construir a feira de empreendedorismo dentro da escola e depois são apresentados os empreendimentos construídos por eles, ao longo das oficinas temáticas que tiveram acesso. Neste sentido, o curso “Despertar” (SEBRAE, 2017) é ofertado para estudantes de escolas públicas no contraturno. O curso Crescendo e Empreendendo segue os mesmos moldes de operacionalização do JEPP, quando aplicado dentro de uma unidade de ensino, onde o professor é treinado para aplicar as oficinas aos estudantes conforme orientação do SEBRAE.

Diante do exposto, compreendo que a educação é um processo social que visa a formação humana crítica e transformação da sociedade, neste sentido, a educação é necessária para o processo do trabalho, bem como é um processo do trabalho. Para modificar a natureza, o ser humano produz materiais, contudo, o conhecimento, a valorização social e a simbolização antecedem o ato de produção, pois é neste espaço que a educação se situa, na produção e aprendizagem de saberes (Saviani, 2021). Logo, a educação não é um fenômeno isolado, mas intrinsecamente ligado ao contexto histórico, econômico, social e político em que ocorre. Em sentido contrário, a educação empreendedora aplicadas nas escolas de educação básica, por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora, é um treinamento das chamadas competências para nova força de trabalho - otimismo, autoconfiança, coragem, persistência e resiliência - ou seja, é um mecanismo para modelar o cidadão às necessidades do capital. Essas características afastam a compreensão crítica da sociedade e tende a perpetuar a reprodução social do capital ao treinar os estudantes para sujeitar-se aos desígnios do capital, ter resiliência e adaptar-se às crises (Moura, 2013; Kuenzer, 2016).

A educação empreendedora é um projeto supranacional arquitetado pela oligarquia financeira mundial (Netto; Braz, 2006), aplicada por meio de parcerias multilaterais (no caso brasileiro, o SEBRAE, o Banco Mundial, OCDE, entre outros organismos internacionais) que visam criar comportamento e valores de mercado livre (Spring, 2018). Dessa maneira, a interferência e alcance do SEBRAE na educação básica pública (Dias, 2018) suscita as

seguintes contradições relacionadas à natureza do ensino público: subordinação da agenda educacional e social aos interesses do capital, submissão lógica empresarial de gestão atrelada a dispositivos democráticos de gestão escolar, utilização do espaço/tempo de formação continuada (uma conquista da luta sindical de professoras e professores) para aplicação de treinamentos,

E para apreender essas ações específicas entre o governo distrital com SEBRAE e suas reverberações sociais, políticas, prossigo para a apresentação e análise da relação público-privada entre o Governo do Distrito Federal e o SEBRAE, a partir dos termos de cooperação técnica 08/2017 e 06/2021.

2.5 A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA ENTRE O GOVERNO DISTRITAL E O SEBRAE NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2017 E 2022

Nesta seção, busco compreender as relações entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o governo do Distrito Federal na área da educação básica pública, materializadas nos Termos de Cooperação Técnica 08/2017 e 06/2021 por meio da implementação do Programa Nacional de Educação Empreendedora na educação básica pública distrital. Na análise dessa relação busco evidenciar as contradições inerentes a esses contratos, bem como os processos de mediação que influenciam sua dinâmica (Cury, 1989). Por meio de uma análise ancorada nas categorias teóricas e empíricas do estudo, busco compreender a gestão escolar e gestão de sistema nessa parceria.

Diante da complexidade que se dá às relações sociais, propus a pergunta norteadora: como a relação entre o SEBRAE e o Distrito Federal implementa uma concepção de educação pública no Distrito Federal? E de que maneira a relação com o SEBRAE ocorre no contexto do Distrito Federal entre 2017 e 2022? Quais as implicações que essa relação trouxe para a gestão da educação básica pública distrital?

A leitura da produção científica, dos documentos e as entrevistas demonstram que a relação entre esferas pública e privada no Distrito Federal está entranhada na tessitura da história político-social da capital federal. Independente do arranjo político vigente, constata-se a presença de interesses privados na agenda de formulação de políticas públicas, em detrimento às necessidades da população. Essa aproximação avançou juntamente com a adesão de práticas da Nova Gestão Pública, trazendo para educação básica uso de indicadores de desempenho, mecanismo de controle, a gestão por resultados, implementação de programas e projetos

inovadores que prometem mudanças drásticas na qualidade e nos indicadores, descentralização financeira e prestação de contas por produtos, e para o gestor escolar, culpabilização da escola e de professores pelo o desempenho em testes de larga escala (Silva; Pacheco, 2021). Essas são algumas características que fazem parte das práticas gerencialistas no Distrito Federal, entre os anos de 2007 e 2024.

Metodologicamente, nesta seção analiso os planos de trabalhos que compõem os Termos de Cooperação Técnica 08/2017 e 06/2021, articulados com dados das entrevistas vinculados ao campo empírico: gestão do sistema educacional e planejamento.

2.5.1 O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 08/2017 E 06/2021 ENTRE SEBRAE E GOVERNO DISTRITAL: OBJETIVOS E FINALIDADES

O SEBRAE destaca-se como um parceiro privado com grande capilaridade no âmbito do Governo do Distrito Federal. Essa parceria complexa se evidencia através de ações em várias secretarias distritais. Na educação básica, os termos de cooperação técnica estabelecem uma intrincada relação que abrange desde a provisão de produtos educacionais, voltados à educação empreendedora, até a assessoria à gestão escolar. Essa complexa dinâmica de interação entre atores públicos e privados no âmbito educacional reflete não apenas uma estratégia de articulação institucional, mas também uma inserção do ideário empreendedor no contexto da gestão da educação distrital.

A relação entre a SEEDF e o SEBRAE foi implementada no âmbito jurídico-executivo por meio de um Termo de Cooperação Técnica (TCT). No processo de construção e planejamento dos TCT, foi publicada a inexigibilidade de licitação para a celebração contratual entre as partes. Este instrumento de formalização de vínculo está previsto na Lei nº 13.204/2015, que estabelece regime jurídico para as relações contratuais entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, conhecida também como MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil). Este instrumento é utilizado quando não há transferência de recursos financeiros diretos entre o Estado e empresas ou organizações da sociedade civil, mas pode ocorrer ao longo da relação de parceria voltada para cooperação científica, administrativa, educacional.

O Plano de trabalho elaborado pelo SEBRAE é dividido em: dados cadastrais, vigência, identificação do objeto, justificativa, objetivos, metas, insumos necessários (recurso humanos, recursos materiais e financeiros), adequação do projeto a outras políticas educacionais da

SEEDF, descrição da meta, período de execução, metodologia, cumprimento de metas, contrapartidas, resultados esperados, cronograma de execução, responsabilidades, fiscalização, monitoramento e avaliação.

O Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) na educação básica pública do Distrito Federal teve início em 2018, com ações efetivas nas unidades escolares. As tratativas, entre o SEBRAE e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), começaram em 2016 por meio de uma carta de apresentação dos serviços de educação empreendedora oferecidos pela organização. Esse documento enfatizava a potencialidade da parceria, com o objetivo de introduzir conteúdos voltados ao empreendedorismo nas escolas públicas. A cooperação técnica entre os dois entes foi formalizada em outubro de 2017, com a previsão inicial de conclusão em outubro de 2019. No entanto, um termo aditivo foi adicionado ao contrato, prorrogando sua vigência até 2022, em alinhamento com o projeto Cidade Empreendedora.

Figura 3 e Figura 4 – Trecho da carta de apresentação



*Em consonância com a previsão da regulamentação do Projeto de Lei do Senado 722/2015, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.

Visando apresentar as soluções citadas acima, vimos por meio desta solicitar agendamento, objetivando uma futura parceria com essa Secretaria, considerando o Programa Nacional de Educação Empreendedora – PNEE com subsídio integral do SEBRAE/DF.

Fonte: SEEDF (2017)⁵¹.

Para compreender o movimento do SEBRAE, em estabelecer uma parceria com a SEEDF, questionei aos entrevistados por que houve essa aproximação entre a SEEDF e SEBRAE (questão 3). Os entrevistados CC002 e DE002 responderam:

CC002: “Eu acho que a gente vislumbra ter uma educação pública de qualidade, mas a gente não consegue fazer todas as coisas. E o SEBRAE, o que ele faz? Ele pega na

⁵¹ Processo físico da SEEDF: 460.000.057/2017.

sua mão, ele pega na sua mão e ele fala, vamos sonhar junto? Me deixa te ajudar no teu sonho”.

DE002: “gente atualmente vê muito essa questão do desemprego, você vê muito essa questão da gestão financeira, fala muito da educação financeira, de você ensinar como você vai administrar seu dinheiro. Então eu vejo que tem essa carência, o Sebrae, como empresa, buscou uma oportunidade dentro da Secretaria de Educação e a escola como espaço possível de se desenvolver, de trazer para o jovem esse pensamento, por que pode ser uma tendência do futuro? De você fazer um MEI, de você ser um microempreendedor, porque o trabalho formal, muitas vezes, ele não supri a necessidade geral da população. Então eu acho que o Sebrae viu como uma oportunidade de se fazer isso, de crescer. você tem uma troca entre esses dois. Há um ganho da Secretaria de Educação, mas também há um ganho muito grande dessa empresa que entrou dentro do espaço público. O Sebrae, é uma empresa. Ele traz, também uma responsabilidade social. Mas ele viu dentro das escolas, dentro das escolas uma oportunidade de se fazer, de dar essa prestação social, mas ao mesmo tempo também de ser visto”.

As duas respostas se alinham em certo nível à função filantrópica que o SEBRAE se posiciona. Na fala de CC002, o filantropocapitalismo⁵² é evidente na ideia de que o SEBRAE "pega na sua mão" e "sonha junto", como se a empresa estivesse altruisticamente ajudando a educação pública a alcançar seus objetivos. Essa visão romantizada da parceria ignora as motivações estruturais que orientam a atuação do SEBRAE, cuja entrada no espaço público visa, sobretudo, expandir sua própria influência e criar uma narrativa de dependência das escolas em relação ao apoio privado. Ao sugerir que o governo tornou-se incapaz de realizar seus próprios sonhos e que o SEBRAE seria o agente capaz de concretizá-los, naturaliza a ineficiência do poder público em garantir a qualidade educacional e aponta a intervenção privada como saída. Isso está diretamente alinhado com o princípio do filantropocapitalismo, que promove a ideia de que o setor privado, com suas práticas empresariais, sabe solucionar problemas sociais melhor do que o próprio Estado.

A fala de DE002, por sua vez, ilustra uma visão mais pragmática, mas ainda profundamente influenciada pelo filantropocapitalismo. Ao destacar que o SEBRAE “buscou uma oportunidade” dentro da educação pública para suprir a carência de educação financeira e empreendedorismo, diante do aumento do desemprego e da precarização do trabalho formal, DE002 reconhece que há uma troca entre a Secretaria de Educação e o SEBRAE, pois ambos "ganham". No entanto, essa "oportunidade" para o SEBRAE reflete o modo como o filantropocapitalismo utiliza crises sociais – como o desemprego e a instabilidade econômica –

⁵² Filantropocapitalismo pode ser entendido como uma tentativa das elites de gerirem a crise social gerada pelas contradições do próprio sistema, sem modificar suas bases econômicas (Back; Nascimento, 2020). Dessa forma, enquanto aparenta ser uma forma de distribuir a riqueza gerada pela exploração à sociedade, ele reforça a dependência das instituições públicas pelo capital privado, desviando o foco das transformações necessárias para superar as desigualdades estruturais que são inerentes ao capitalismo.

para legitimar sua presença e aumentar seu controle sobre áreas públicas, como a educação. Sob a justificativa de fornecer habilidades para o futuro, a empresa insere uma lógica mercantil nas escolas, promovendo a visão de que o empreendedorismo e o microempreendedorismo individual são as únicas soluções viáveis para jovens em um contexto de retração do emprego formal.

Nas respostas dos entrevistados CC001, CIA01 e SD001, há indicativo de uma consciência mais crítica sobre os limites e perigos dessa aproximação entre o setor privado e o setor público:

CC001: “A aproximação com a SEEDF veio justamente dessa intenção de levar a educação empreendedora para as escolas públicas. Eles enxergaram que, ao se associar com a Secretaria poderiam impactar diretamente os alunos, plantando essa semente do empreendedorismo desde cedo”.

CIA001: “eu acho que as parcerias elas são potentes em certos sentidos. Mas ao mesmo tempo eu fico receosa de ser um certo tipo de terceirização da nossa educação de coisas que nós enquanto rede poderíamos estar protagonizando para mais estudantes”.

SD001: “Esses projetos públicos e privados, eles são projetos que buscam, de alguma forma, trazer uma privatização da educação pública, iniciar um processo de privatização pública. Então, por conta dessa questão, nós somos chamados pelos professores para discutir se vale a pena ou não arriscar embarcar no projeto desse, e, ao mesmo tempo, estar construindo a terceirização da educação pública”.

Esses entrevistados reconhecem o impacto significativo da parceria entre a SEEDF e o SEBRAE nas escolas públicas. CC001 destaca a intenção deliberada de "plantar a semente do empreendedorismo" nos alunos, indicando como a ideologia capitalista está sendo introduzida no ambiente educacional desde cedo. CIA001 reconhece o potencial das parcerias, mas expressa receio de que elas representem uma terceirização de funções que a rede pública deveria protagonizar, evidenciando a contradição entre a capacidade do Estado e a dependência de agentes privados. SD001 aprofunda essa crítica ao identificar tais projetos como mecanismos que iniciam um processo de privatização da educação básica pública.

Esse processo de inserção do SEBRAE nas gestões das escolas públicas, como observado pelos entrevistados, ocorre de maneira estruturada e planejada, refletindo uma intencionalidade sistemática de integrar as práticas do setor privado no espaço educacional público. O planejamento da parceria vai além de uma simples colaboração pontual, envolve um alinhamento estratégico entre os objetivos do SEBRAE e as políticas públicas da SEEDF. Ao delinear metas, recursos e contrapartidas, o SEBRAE assume um papel de gestor e implementador dentro do sistema público, o que evidencia o grau de penetração das lógicas

mercadológicas no planejamento educacional e aponta para a reconfiguração das funções tradicionais do Estado, que passa a depender cada vez mais dessas parcerias para cumprir suas responsabilidades educacionais.

2.5.2 COMO O PLANO DE TRABALHO DA RELAÇÃO SEEDF-SEBRAE INCIDE NA GESTÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA?

A parceria entre a SEEDF e o SEBRAE visa oferecer formação aos professores que atendem a educação básica, educação profissional e modalidades, e objetiva indiretamente desenvolver o comportamento e habilidades empreendedoras nos estudantes da rede pública da SEEDF, conforme trecho do Plano de Trabalho 2017-2019.

Figura 5 – Objeto do Termo de Cooperação Técnica

Objeto: Estabelecer parceria com a SEEDF para oferecer formação a professores de distintas etapas e modalidades da educação básica, com vistas ao fomento do desenvolvimento de capacidades empreendedoras dos estudantes da Rede Pública de Escolas do DF.

O Programa Nacional de Educação Empreendedora foi criado para consolidar uma atuação sistemática e organizada de ações de educação empreendedora do Sistema SEBRAE junto aos potenciais empreendedores de todo o país. O potencial empreendedor é o indivíduo que não tem negócio próprio e não está envolvido na estruturação de um negócio e com o qual o SEBRAE-DF busca fomentar o empreendedorismo e desenvolver suas capacidades empreendedoras. No Programa, será atendido o estudante da Rede Pública regularmente matriculado no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional Técnica de Nível Médio) e os professores da SEEDF.

Soluções Educacionais do Programa Nacional de Educação Empreendedora:

Ensino Fundamental - Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos - JEPP

Ensino Médio e EJA - Formação de Jovens Empreendedores – FJE, Despertar e Crescendo e Empreendendo

Educação Profissional – Disciplina de Empreendedorismo

Fonte: SEEDF (2017)⁵³.

Na análise do termo de cooperação, verificamos que o SEBRAE parte do pressuposto de que cada estudante da rede pública do Distrito Federal seria um potencial empreendedor. Essa perspectiva desvincula a identidade individual e coletiva dos estudantes e suprime quaisquer perspectivas alternativas de futuro que não estejam ligadas ao empreendedorismo. Na análise observa-se um apagamento das relações sociais que constituem o estudante, o reduz a uma peça dentro de um sistema que promove a espoliação máxima uma máquina que gera mais-valia. Nesse contexto de recorrentes crises, o projeto do SEBRAE é transformar o ser

⁵³ Processo físico da SEEDF: 460.000.057/2017.

social em um homem genérico, mero objeto e produto (Marx, 2013) no qual o poder racional do capital se converte em alienação (Santos; Mesquita, 2019).

O contrato da SEEDF com o SEBRAE se concretiza no plano de trabalho, firmado entre as partes e traz objetivos e finalidade que alteram a dinâmica do trabalho dos professores, oferecem cursos, eventos, brindes a fim de coaptá-los para realizarem o treinamento da organização sobre educação empreendedora e aplicá-lo os estudantes.

O plano de trabalho visa proporcionar uma pretensa formação aos professores da rede pública distrital, embora os produtos oferecidos, apresentados como soluções educacionais, se destinem aos estudantes. Esta dinâmica na aparência concentrar-se exclusivamente no treinamento empreendedor dos estudantes, no entanto, evidencia-se que o SEBRAE, tem o intuito de disseminar a ideologia empreendedora, capturando o papel formador dos professores do Distrito Federal com anuência do governo e dos gestores escolares. Aproveita-se dos espaços e infraestruturas das unidades escolares, assim como dos recursos para a reprodução de material didático destinado aos estudantes. O SEBRAE utiliza os professores e diretores SEEDF e os recursos materiais para disseminar sua ideologia e moldar os estudantes à lógica do mercado (Castro, 2019; Magalhães, 2023). A interação entre a agência e a SEEDF se desenvolve sob as premissas do gerencialismo. Apesar de o instrumento utilizado não prever transações financeiras, o SEBRAE, enquanto entidade privada, busca lucrar em suas relações contratuais. Nesse contexto, pode-se afirmar que o propósito dessa relação é capacitar futuros trabalhadores para enfrentar crises futuras do capital, contexto trabalhista incerto. Através do trabalho do professor como servidor público, o SEBRAE se beneficia do trabalho pedagógico do docente para disseminar uma concepção de formação tecnicista, flexível e instrumental, sem incorrer em custos financeiros, maximizando seus ganhos. O trabalho docente dentro dessa transação público-privada é:

[...] uma tentativa de reduzir a autonomia dos professores em nome de uma suposta qualidade educacional. Podemos dizer que a proposta empresarial corresponde à transmutação do trabalho educativo de uma atividade de tipo artesanal (dado o maior controle sobre o processo e o maior domínio do conhecimento) à atividade de tipo industrial (dada a expropriação do conhecimento dos trabalhadores e o maior controle externo sobre o processo e produto de trabalho) (Martins; Pina, 2015).

Nos planos de trabalhos de 2017 e no de 2021, o professor torna-se um mero reprodutor do discurso ideológico sobre o empreendedorismo, pois não é permitido estabelecer uma linha de reflexão crítica sobre o empreendedorismo e a crise do sistema capitalista e nem mesmo

ajustar ou alterar a metodologia, materiais didáticos e pedagógicos para trabalhar com os estudantes, logo não tem autonomia para o planejamento de suas aulas e atividades.

Entende-se planejamento da gestão educacional como um processo que vai além da organização técnica e administrativa da educação. Ele envolve a articulação entre as políticas públicas, as necessidades históricas da classe trabalhadora e os objetivos de uma educação crítica e emancipadora (Saviani, 2021), isto é:

É todo ato intencional, político e técnico para direcionar as atividades do campo educacional, buscando racionalizar os fins e os meios para conseguir os objetivos propostos. É intencional, na medida em que não pode ser efetivado aleatoriamente. Ele implica conhecimentos da realidade, pressupõe escolhas e estabelecimento de meios para se atingir um determinado fim. É político, visto que está comprometido com as finalidades sociais e políticas da sociedade. É técnico, pois exige a utilização de meios eficientes para se obter os resultados. Tem como pressupostos básicos: o delineamento da filosofia da Educação do País, evidenciando o valor das pessoas e da escola na sociedade. Operacionaliza-se em planos e projetos e tem um caráter processual, constituindo-se, pois, em uma atividade permanente de reflexão e ação, na busca de alternativas para a solução de problemas e de tomada de decisão (Castro, 2010).

Sobre a temática de planejamento, na entrevista com os sujeitos, foi perguntado se eles conheciam a parceria, e 100% dos entrevistados afirmaram que sim. Diante da afirmativa, perguntei qual era a função que exerciam na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e qual papel desempenharam na relação SEEDF-SEBRAE.

CC001 e CC002 informaram que atuavam em nível central, e seus papéis eram:

*CC001: “entrava no momento no qual você já tem definidas todas as cláusulas da parceria, tudo que já se espera ocorrer, e o executor ele entra pra garantir que aquilo que foi acordado está acontecendo, então fala-se: nós vamos formar, fazer formação de 30 professores. Aí a gente fica verificando, se, houve a formação desses 30? Não houve? Se não houve, por que que não houve. pra garantir realmente que o que foi pensado entre as instituições seja de fato executado. Não participei dos trâmites, em alguns momentos me perguntaram. **recorreram a mim pra algumas questões mais práticas**, por exemplo, eu lembro que tinha formação, então o professor fazia uma formação que eles faziam in loco, perguntaram qual é o melhor formato dessa formação? se concentra tudo aqui num dia da semana, tenta diluir? Mas, como que vai ser a divulgação dessa proposta? a gente vai mandar uma circular, vai produzir um material”.*

*CC002: “eu costumo dizer que trabalhar com o SEBRAE é você ter outra experiência, assim, de como que as coisas são organizadas, eu sinto muito, de estar na Secretaria de Educação lá no nível central e perceber como as coisas são tão burocráticas. O SEBRAE, eles são muito organizados. E aí o papel do executor é fazer o quê? **É fazer uma ponte entre o SEBRAE e entre as etapas e modalidades da Secretaria**. Eles apresentam o projeto para a gente e falam olha, que legal isso daqui. Aí eu vou lá na área técnica e pergunto se encaixa”.*

As repostas de CC001 e CC002 indicam que as decisões já haviam sido tomadas e que atuaram em momentos práticos. Observa-se uma separação entre o planejar e o fazer, entre o decidir e o executar, pois “fazer uma ponte entre o SEBRAE e entre as etapas e modalidades da Secretaria. Eles apresentam o projeto para a gente e falam olha, que legal isso daqui. Aí eu vou lá na área técnica e pergunto se encaixa” demonstra uma expropriação do saber/conhecimento produzido pelos professores em cargo de gestão e as regras privadas passam a circular dentro da gestão pública.

O papel do executor, mencionado em ambas as falas, é limitado à garantia de que as metas sejam cumpridas conforme planejado. Esse foco no controle técnico e na execução, sem uma reflexão crítica sobre os objetivos e impactos do projeto, pode reforçar o caráter instrumental da educação, moldando o sistema escolar para atender às demandas do mercado, em vez de formar sujeitos críticos capazes de transformar a sociedade (Saviani, 2021).

O interlocutor CIA002 informou que atuava no cargo de chefia na regional de ensino, sem adentrar as especificidades de suas ações em relação a implementação do PNEE. O CIA001 afirmou que atuava como um elo entre o SEBRAE e as unidades escolares. Também neste sentido, DE001 e DE002 disseram que atuavam na mediação entre o SEBRAE e os professores.

*CIA001: “a minha função era mediar a ida de uma representante que nós tínhamos aqui do Sebrae. É junto com as escolas. Então é, eu entraria em contato com as escolas e vi se essas escolas tinham o interesse de participar dessa parceria. que naquele momento era o período de pandemia então **era mais para formação de professores**, trabalhar também com os estudantes, trazer formação. As formações dependiam da demanda da escola. **Mas eles trabalhavam também o engajamento dos estudantes**. Essa perspectiva de educação empreendedora, inovar. Quais são as nossas possibilidades aí, no nosso contexto, nesse sentido”.*

*DE001: Eu era ponte. **Era sempre uma facilitadora entre o SEBRAE, os professores e os estudantes”.***

*DE002: desde o início, quando foi apresentado o projeto, eu, como gestora naquele momento da escola, pensei que era um projeto que traria um acréscimo para aqueles estudantes daquela comunidade. **acho que o meu papel foi de intermediar esse processo entre nível da regional, o próprio SEBRAE, e trazer isso para a escola.**”*

As repostas de CIA001, CIA002, DE001 e DE002 se aproximam, ao destacar esse papel de mediador, contudo, essa atribuição dos gestores se mostra contraditória na implementação do PNEE nas escolas. Em primeiro lugar, as repostas evidenciam a fragmentação do trabalho pedagógico e a ausência de um planejamento educacional democrático e comprometido com as demandas reais de emancipação humana. A atuação dos informantes como "elos", "mediadores" ou “pontes”, entre o SEBRAE e as escolas, indica uma

falta de autonomia das unidades escolares na definição e implementação de suas próprias práticas pedagógicas. Essa fragmentação é resultado da imposição de políticas educacionais de “cima para baixo”, que desconsideram a realidade e as necessidades específicas de cada escola. Em segundo lugar, as respostas demonstram a dificuldade de articular o PNEE com as demandas e os contextos locais. A ênfase na formação de professores e no engajamento dos estudantes, embora importante, não garante que o programa seja relevante e significativo para os alunos. A falta de um planejamento educacional que considere as especificidades de cada comunidade escolar limita a capacidade do PNEE de gerar mudanças significativas nas práticas pedagógicas.

Em terceiro lugar, a falta de articulação entre o planejamento central e as necessidades locais reflete a tentativa de integrar uma política que não foi planejada de maneira participativa, mas imposta de forma hierárquica. Sem um envolvimento ativo e crítico das escolas no processo de formulação e planejamento do programa, o papel dos gestores acaba se limitando à execução de diretrizes externas, reforçando a ausência de um planejamento estratégico mais amplo. O resultado é uma implementação fragmentada e desconectada da realidade das escolas, onde as iniciativas acabam atendendo mais a metas quantitativas estabelecidas pelo SEBRAE do que às demandas pedagógicas reais das comunidades escolares.

Para a execução do plano de trabalho, o SEBRAE dispõe como meta capacitar turmas de no mínimo 15 de no máximo de 30 professores, em pelo menos 258 escolas. E estes professores capacitam turmas de 30 estudantes em suas unidades de ensino. Como resultado esperado, na imagem a seguir é possível observar o que o SEBRAE pretende:

Figura 6 – Imagem digitalizada do processo físico do TCT 08/2017

Ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições públicas de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação básica e profissionalizante. É proposto o Programa Nacional de Educação Empreendedora, como forma de responder à necessidade cada vez maior de preparar potenciais empreendedores para enfrentar um novo mundo do trabalho onde a flexibilidade e a capacidade de iniciativa e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito de qualquer profissional.

Fonte: SEEDF (2017)⁵⁴.

O SEBRAE apresenta, na aparência, que o empreendedorismo se tornou uma política para a resolução os problemas estruturais do mundo do trabalho no futuro, e responsabiliza

⁵⁴ Processo físico da SEEDF: 460.000.057/2017.

aqueles que não desenvolverem a capacidade empreendedora de não alcançarem êxito em sua vida profissional. Assim, o empreendedorismo propaga uma ideologia que promove a valorização do indivíduo, sua criatividade, autonomia e capacidade de gerar riqueza e inovação, como estabelece o neoliberalismo. Essa ideologia se baseia na crença de que o mercado é o melhor mecanismo para regular a sociedade e que o sucesso depende do mérito pessoal. Nesse sentido, o empreendedorismo supostamente prepara crianças e jovens para se adaptarem a um mundo do trabalho cada vez mais competitivo, instável e precário, os preparando para estarem dispostos a assumir riscos, a se reinventarem constantemente, se responsabilizarem pelos seus resultados e serem flexíveis as adversidades.

No entanto, na essência (Kosik, 2002) do fenômeno, o empreendedorismo é uma ideologia neoliberal que aprofunda as desigualdades, pela exploração, alienação e pela luta de classes. As condições sociais e históricas demonstram que o empreendedorismo oculta e legitima os problemas sociais e trabalhistas no sistema capitalista. O empreendedorismo ignora as condições objetivas que determinam as possibilidades e os limites da ação humana, como as relações de produção, as forças produtivas, as classes sociais, as ideologias dominantes (Spring; 2018). O empreendedorismo também desconsidera as contradições internas do capitalismo, que geram crises econômicas, sociais, políticas e ambientais: ao pregar que o indivíduo por si pode obter sucesso a partir de seus próprios méritos, ao preparar um exercício de reserva, mas que aparenta ao indivíduo a sensação de estar empregado ao empreender nos setores de serviços e comércio, ao mesmo tempo a classe empresarial atua na subtração dos direitos trabalhistas, nas relações de trabalho flexíveis, ao propagar o empreendedorismo como solução universal esconde as desigualdades de classe, gênero e raça que limitam as oportunidades para determinados grupos sociais. Muitas vezes, os mais vulneráveis são levados ao empreendedorismo informal ou precário como única alternativa de subsistência (Spring, 2018). O empreendedorismo, portanto, não prepara crianças, adolescentes e jovens para enfrentar um novo mundo do trabalho, mas sim para se adaptarem de forma subordinada aos processos de dominação e expropriação (Moura, 2013; Kuenzer, 2016).

Os desígnios da nova gestão pública se materializam nas responsabilidades, fiscalização, monitoramento e avaliação, sob a lógica neoliberal. O plano de trabalho SEED-SEBRAE traz, como contrapartida do investimento realizado pelo SEBRAE: (i) as responsabilidades da SEEDF no sucesso da aplicação do produtos e assessorias educacionais, (ii) como responsável por garantir a participação das escolas, dos professores, a frequência dos professores e os espaços para acontecer as formações (SEBRAE, 2017), (iii) colaborar com o

fortalecimento da marca do SEBRAE, (iv) fornecer informações quando for solicitado pelo SEBRAE e sobre os programas aplicados nas escolas, a partir de modelo de relatórios oferecidos pelo SEBRAE.

As responsabilidades do SEBRAE são a gestão e coordenação da parceria- coordenar todas as ações do PNEE, designar um técnico para gerir o PNEE, supervisionar a qualidade e eficácia da realização dos produtos do PNEE, fornecer material didático ao professor e estudante, certificar professores e estudantes que alcançaram a menção e frequência mínima, garantir a uniformidade das ações e conteúdos apresentados. As ações de fiscalizar, monitorar e avaliar também são de responsabilidade do SEBRAE, e a SEEDF, por meio da Subsecretaria de Educação Básica, designa dois gestores de parceria para supervisionar e acompanhar a execução do programa.

As responsabilidades descritas no plano de trabalho do SEBRAE em relação à SEEDF, sob a lógica da nova gestão pública e dos princípios neoliberais, refletem a crescente influência do setor privado sobre a gestão pública educacional. As responsabilidades assumidas pela SEEDF, como garantir a participação das escolas, fornecer informações ao SEBRAE e colaborar com o fortalecimento da marca, evidenciam como o poder público se submete às regras e interesses da organização privada.

Os estudos de Caetano e Peroni (2015) e Adrião *et al.* (2009) também indicam a atuação do setor privado na educação básica. No Distrito Federal, ao examinar o termo de cooperação técnica, evidencia-se que o SEBRAE assume e expande os interesses privados para dentro da educação básica pública. As obrigações atribuídas à SEEDF envolvem principalmente a organização e execução das atividades relacionadas ao Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), enquanto o SEBRAE tem um papel mais coordenador e supervisor. Isso demonstra uma assimetria de poder entre a entidade privada e a instituição pública. Cabe ao SEBRAE o controle sobre a direção e supervisão das atividades, enquanto a SEEDF executa as ações planejadas pelo SEBRAE.

A resposta de CC001, ao ser indagado sobre como foi a organização e o funcionamento da gestão do PNEE, ilustra a situação:

A gente não teve uma avaliação de impacto. É importante dizer. É. Não houve, de fato, uma definição de indicadores, expectativas sobre o impacto. Não houve acompanhamento. Eu não vi nenhum questionário ser enviado, não havia isso previsto, inclusive. Poderia ter mandado um questionário para os professores que participaram. Poderia ter acompanhado a escola mais um ano, ver se eles continuariam. Mesmo sem o SEBRAE estando junto, se continuaria esse movimento do empreendedorismo na escola e tudo mais. Mas não houve isso". (CC001)

A ausência de mecanismos de acompanhamento posterior, como questionários ou indicadores de impacto, revela um aspecto fundamental da lógica neoliberal: a prioridade nas metas quantitativas imediatas em detrimento de um planejamento educacional focado na formação e aspectos pedagógicos e sociais a longo prazo. O controle do SEBRAE sobre as etapas de monitoramento, avaliação e certificação evidencia o quanto a gestão pública da educação, em nível central, intermediário e escolar, é relegada ao papel de coadjuvante, funcionando como uma extensão da empresa privada. Isso reflete a crítica da nova gestão pública que, ao inserir práticas empresariais nas instituições públicas, compromete a função social da educação, moldando-a para atender às demandas de mercado.

Nessa relação contratual, as obrigações atribuídas à SEEDF e ao SEBRAE refletem a ocupação e direção do setor privado sobre a educação básica. Há uma inversão nos papéis, pois o SEBRAE estabelece as regras e trâmites da relação com a SEEDF na construção do plano de trabalho, na divisão das obrigações e responsabilidades contratuais, na fiscalização e na avaliação atua como principal. A SEEDF atua na execução do programa, garantindo participação, divulgação, atendimento às demandas de espaço e estrutura, autoriza a atuação da organização nas escolas. Os interesses privados sob aparência de aparelho público.

Ao especificar como o Programa Nacional de Educação Empreendedora se alinha às diretrizes pedagógicas da SEEDF, o SEBRAE afirma o seguinte, apresentado na figura 7:

Figura 7 - Imagem digitalizada do TCT nº 08/2017: alinhamento às políticas educacionais da SEEDF

O objeto está em consonância com os pressupostos teóricos do Currículo da Educação Básica proposto pela SEEDF e sua vinculação se dá por meio dos Eixos Transversais: "Educação para a Diversidade", "Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos" e "Educação para a Sustentabilidade", assim como, com os eixos integradores, "cultura, trabalho e tecnologias", do Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF.

Fonte: SEEDF (2017)⁵⁵.

Ainda no mesmo tópico, sobre o alinhamento a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, na figura 8 podemos observar que:

⁵⁵ Processo físico da SEEDF:460.000.057/2017.

Figura 8 - Imagem digitalizada do TCT nº 08/2017: alinhamento a LDB

O Plano de Trabalho está alinhado à Lei nº 9.394/96, art. 22 que prevê: *“A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”*.

Fonte: SEEDF (2017)⁵⁶.

Desde 2014, os professores, diretores, coordenadores protagonizaram uma experiência de gestão democrática da educação, além da eleição de diretores, ao elaborarem coletivamente o Currículo em Movimento do Distrito Federal (Silva; Ferreira, 2022. Costa, 2022), pautado na base epistemológica da Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, o Currículo em Movimento. A partir de 2017 com o PNEE, apurei que houve uma interferência na gestão escolar e no trabalho do professor por meio da parceria, expresso por meio do Termo de Cooperação Técnica. Dessa forma, os dados indicam que coexistem em um campo tensionado (i) uma aparente convergência de objetivos educacionais entre o PNEE e o Currículo em Movimento. Entretanto, o Currículo em Movimento objetiva uma formação integral, considerando todas as dimensões do sujeito, enfatiza a importância de uma educação que valorize a diversidade, o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento (Costa, 2022), já o PNEE objetiva, a partir da pedagogia empreendedora⁵⁷, a formação restrita – de cunho unilateral, através do treinamento – para criar e desenvolver nos estudantes habilidades como liderança, criatividade e capacidade de adaptação ao mercado de trabalho, com uma metodologia técnica e instrumental. (ii) uma aparente unicidade entre os conteúdos do currículo e oficinas sobre empreendedorismo, mas que se opõem quando a Organização do Trabalho Pedagógico preconizada pelos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento busca a participação ativa da comunidade, a adaptação ao contexto social em que a escola está inserida, o tempo de aprendizagem diferente do tempo escolar, a abordagem dos conteúdos integrados os eixos transversais do currículo⁵⁸. Por outro lado, as oficinas do PNEE fragmentam a formação, secundarizam o os conteúdos curriculares, não permitem uma elaboração

⁵⁶ Processo físico da SEEDF: 460.000.057/2017.

⁵⁷ Segundo Dolabela (2003), pedagogia empreendedora é uma abordagem educacional que visa desenvolver habilidades e atitudes empreendedoras desde o início da educação básica.

⁵⁸ Educação para a diversidade, Educação para a cidadania, Educação para a sustentabilidade, Educação para e em direitos humanos

participativa e coletiva do material, além de desconsiderarem a realidade local de cada comunidade.

Os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento (Distrito Federal, 2013) afirmam que os eixos transversais proporcionam uma multiplicidade de abordagens para a compreensão do mundo, permitindo a construção e reconstrução de conhecimentos específicos em diferentes ciclos, etapas ou modalidades da educação básica. A contradição recai no sentido de que, na educação empreendedora defendida pelo SEBRAE, a ênfase está no desenvolvimento de habilidades individuais empreendedoras para induzir a criação de comportamento que permite o capital regular conduta, a partir das escolhas individuais do sujeito empresário de si mesmo (Alves; Klaus; Loureiro, 2021). Essa individualização, que a educação empreendedora se propõe a construir no estudante, acaba por afastar da dimensão social, coletiva das relações sociais que a educação pública no DF propõe em seus documentos norteadores.

Para se ter uma dimensão, o SEBRAE apresentou o número de resultados no relatório de gestão de 2018, destacando que conseguiu realizar a formação de 2.414 professoras e professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, em um rol de 204 escolas públicas, alcançando direta e indiretamente 23 mil estudantes (SEBRAE, 2018).

Antes de prosseguir, alguns registros sobre o *Termo de Cooperação Técnica 06/2021* que trouxe poucas alterações em relação ao plano de trabalho do contrato anterior. Neste, o SEBRAE destaca a continuidade dos trabalhos realizados entre 2017 e 2020. Também afirma que capacitou 5 mil professores em 320 unidades escolares, alcançando 150 mil estudantes direta ou indiretamente. Além disso, as estratégias para os próximos anos: reelaboração dos currículos escolares alinhados à BNCC, ao novo Ensino Médio e ao novo Ensino Médio em Tempo Integral. A partir de uma estratégia de escalonamento, o SEBRAE conseguiu, em 5 anos, centralizar as ações de gestão e planejamento sobre educação empreendedora na rede pública no Distrito Federal, em todas as regionais de ensino

Essa parceria entre o SEBRAE e a SEEDF demonstra uma consolidação das práticas gerencialistas na educação pública básica do Distrito Federal: a agência defini as regras com anuência da SEEDF mediante o contrato, prescreve um currículo sobre educação empreendedora articulado a todas as disciplinas da educação básica, assume a formação continuada dos professores da rede, ao apoiar e organizar encontros de formação coletivos, como a Semana Pedagógica, oferta treinamentos para os professores da rede, material didático e metodologias de ensino e avaliação do conteúdo. Como exemplificado nas imagens abaixo:

Figura 9 - Postagens em redes sociais das subsecretarias da SEEDF sobre formações para professores:



Fonte: Instagram: @dief.subeb, 2024; @diep.subeb, 2024; @dief.subeb, 2024.

Portanto, pode-se afirmar que a relação do SEBRAE com a Secretaria de Educação do Distrito Federal demonstra que existe um plano de negócios (i) para a educação básica pública do DF, para treinar força de trabalho resiliente e flexível para as necessidades do capital; (ii) na educação básica pública do DF, expande suas ações em todos os níveis de gestão educacional, desde da criação de políticas públicas até a gestão escolar; (iii) para o SEBRAE ampliar a venda de produtos e serviços pedagógicos, oferta de assessoria de gestão e divulgação da ideologia do capital; (iv) para a gestão escolar e do sistema, a fim de imprimir regras corporativas-empresariais e mercantis dentro da escola (Hill, 2003).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, buscou-se analisar parte do histórico da educação básica no Distrito Federal, enfatizando as relações público-privadas que permeiam a gestão e a oferta da educação básica pública. O SEBRAE atua como uma entidade privada que representa os interesses do empresariado e atua como agente desse setor dentro da esfera pública (Netto; Braz, 2006), busca difundir a cultura e a educação empreendedora nas escolas públicas por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora. O alcance da intervenção do SEBRAE na educação básica pública é uma forma de privatização na educação (Rikowski, 2017).

A assimetria de poder dentro da gestão dessa relação entre o SEBRAE e a SEEDF, revela as contradições que a gestão gerencialista da educação vem apresentando nas últimas décadas, são elas: fragmentação e reorientação do trabalho docente, modelagem de comportamento dos estudantes para atenderem as necessidades do capital financeiro, centralização do interesse privado na elaboração e implementação e monitoramento das políticas para educação básica.

Além disso, o SEBRAE exerce predominância, ao moldar as práticas empresariais junto aos governos, instituições financeiras e organismos internacionais contribui para a formulação e implementação de políticas econômicas neoliberais que beneficiam os interesses da classe burguesa e das grandes corporações multinacionais. Por meio das relações com o governo distrital, imprime medidas de desregulamentação, flexibilização trabalhista e privatização que visam a ampliação dos espaços de acumulação de capital e a subordinação da economia nacional aos interesses do capital financeiro global.

A seguir, para busco aprofundar a implementação do Programa Nacional de Educação Empreendedora na educação básica pública, no Distrito Federal pela visão dos interlocutores.

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA REALIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL: VOZES DOS GESTORES

“A tentativa de captar sua verdadeira essência não pode ser realizada sem reconstituir a história em sua gênese, por mais impenetrável que seja a obscuridade que cerca esse tema”.
(Walter Benjamin)

PREÂMBULO

Este capítulo tem por objetivo analisar as formas de participação/atuação dos gestores educacionais (Central, Intermediária e Escolar) na gestão e implementação do Programa Nacional de Educação Empreendedora na rede pública de ensino do Distrito Federal. Para isso, busco apreender as contradições e mediações que envolvem essa relação entre a SEEDF e o SEBRAE. Dessa maneira, problematizo com as seguintes questões: como os gestores centrais, intermediários e escolares compreendem o Programa Nacional de Educação Empreendedora? E como estes atores participam/atuaem na elaboração, adesão e execução do PNEE no Distrito Federal?

Em termos metodológicos, utilizo a análise de documentos oficiais, entrevistas semiestruturadas com gestores escolares e, em seguida realizo uma confrontação pela unidade teoria-prática. A riqueza das respostas possibilitou refletir sobre as finalidades da escola pública por meio dos planos de trabalhos do TCT nº 08/2017 e nº 06/2021 no DF. A partir dessa abordagem, é possível compreender como os gestores participam, ou são cooptados, na implementação do PNEE, além de identificar as formas de pseudoparticipação que limitam o poder decisório das escolas e professores.

3.1 “ELES COLOCARAM A GENTE NA ESCOLA” - A MATERIALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A SEEDF E O SEBRAE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DOS GESTORES

A parceria entre SEEDF e o SEBRAE tornou-se concreta e determinada pelas redes de ações, legislações, diretrizes e documentos que a constituem, o formato contratual faz a mediação entre o ente público e outro privado.

No Distrito Federal vigora a Lei de Gestão Democrática nº 4.751/2012. O dispositivo foi uma conquista de árduos embates e tensões do movimento sindical e dos movimentos sociais em Brasília com os governos. Os projetos das escolas, os trabalhos dos professores, a gestão escolar (eleita periodicamente) demonstram como a cultura de uma educação democrática está enraizada na educação pública distrital.

Entre dissensos e consensos, a gestão democrática é compreendida como um processo dinâmico e contraditório, mediado pelas relações de poder entre as forças sociais em jogo (Paro, 2017), que visa promover a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educativo, sem nível hierárquico, reconhecendo e enfrentando as contradições inerentes às estruturas sociais e educacionais. A participação ativa (plena) torna-se imprescindível para a gestão democrática. A participação ativa é entendida como um processo transparente de tomadas de decisões, onde as partes conhecem e entendem todos os aspectos que possa fundamentar suas decisões e que há um equilíbrio de poder e autonomia entre os níveis de gestão (Paro, 2017).

Durante a década de 1990, a direita social-democrata⁵⁹ brasileira se apoiou nesses conceitos para construir uma gestão democrática escolar voltada aos interesses hegemônicos da burguesia. A gestão democrática e a participação ativa foram usadas para alimentar um discurso de autonomia e poder para as escolas, entretanto, oculta estratégias políticas e relações de poder da burguesia pois submete os interesses da escola pública aos desígnios do capital e, de forma sutil, vem submetendo os interesses da escola pública aos desígnios do capital (Lima; Aranda; Lima, 2012).

Nesse contexto, conceitos de participação e adesão adentraram o espaço educacional a partir de preceitos neoliberais para descentralizar a tomadas de decisões das unidades escolares,

⁵⁹ Pode ser entendida como uma tentativa de mediar as contradições com a busca por justiça social sem romper com as estruturas fundamentais do capitalismo (exploração da força de trabalho, apropriação privada dos lucros, concentração de riquezas). As políticas social-democratas se posicionam como reformistas, pois implementam mudanças graduais sem questionar o modo de produção capitalista (Cavalcanti; Silva, 2021)

mas mantendo uma relação hierárquica de poder, em que a participação acontece na execução da política pública e na responsabilização sobre os fracassos (Paro, 2017).

Para compreender o processo de participação, assimetria de poder sobre a relação entre a SEEDF e o SEBRAE e os projetos elaborados a partir desse contrato, questionei aos participantes: *se houve divulgação para as unidades escolares sobre a celebração da parceria e quais os meios foram utilizados? Como ocorreu essa adesão das escolas participantes nos projetos oriundos da parceria entre a SEEDF e SEBRAE?* Obtive os seguintes resultados:

CC001: *“Então a gente sempre fazia uma circular. E essa estratégia de irmos às regionais acompanhando o pessoal do SEBRAE. Então, ia alguém da SUBEB, ia uma pessoa da EAPE, porque sempre quando tem algum projeto, algum programa, ou parceria que tem formação, quer queira, quer não, a EAPE vai entrar, pelo bem ou pelo mal. Vai ter que passar por lá. Então a gente chegava lá, já era uma reunião rotineira dos diretores e diretora. [...] tinha o nosso momento, falava, apresentava tudo. O SEBRAE tinha vídeo e tudo mais, levava o material físico, mostrava. Mas, falava: olha, a gente tá no período de adesão tal vai funcionar dessa forma. Tentava deixar o mais claro possível. E aí os gestores, diretores interessados, iam lá e faziam inscrição. Eles colocavam a gente na escola.”*

CIA002: *“Nós encaminhamos via SEI um documento falando da proposta. Nós encaminhamos nos grupos que nós temos com os grupos dos gestores que naquele daquelas nesse período 15 escolas seriam contempladas com essa assessoria aqui no âmbito da Regional.”*

CIA001: *“A gente apresentou que ia ter esse projeto e a gente fez uma reunião. E o SEBRAE falou sobre qual era a proposta. Depois a gente teve as adesões nas escolas”.*

DE002: *“Houve uma divulgação inicial pela Regional de Ensino com uma reunião onde apresentaram o projeto para todos os gestores. Dentro da escola, houve também uma divulgação para a coordenação pedagógica e alguns professores demonstraram interesse em participar”.*

O respondente CC001 descreve um padrão de ações comuns na divulgação de parcerias e projetos na SEEDF, utiliza o meio de comunicação oficial como a circular, mas destaca a necessidade da presença de representantes da SUBEB, EAPE e SEBRAE nas reuniões das coordenações regionais de ensino, com os diretores escolares, como meio de legitimar e chancelar a parceria.

A presença da SUBEB, da EAPE e do SEBRAE como mediadoras no processo de divulgação também destaca a burocratização do sistema educacional e a subordinação à gerência empresarial na gestão da educação. Essas entidades, ao exercerem um papel de supervisão e controle, reforçam uma lógica administrativa que pode reduzir a gestão escolar e a gestão do sistema a um cumprimento de procedimentos, desconsiderando as particularidades

e os conhecimentos dos atores locais. Além disso, ao apresentar o processo de divulgação como transparente, as autoridades educacionais podem estar buscando construir uma imagem de responsabilidade e eficiência, desviando a atenção das limitações e dos impactos negativos dessa abordagem centralizadora. Na essência, a natureza das decisões e dos processos de implementação tem sido marcada pela exclusão e pela imposição hierárquica e vertical, e permanece oculta sob a fachada de uma comunicação aberta e inclusiva.

A centralização do controle e monitoramento, como evidenciado nas respostas de CC001 e CIA002, sugere uma estrutura burocrática que pode sufocar a autonomia local das escolas. Essa abordagem cria uma dinâmica em que as decisões são tomadas por um grupo restrito de administradores, e a implementação é rigidamente monitorada para garantir a conformidade. Embora essa estrutura possa ser eficiente em termos de controle administrativo, ela tende a desconsiderar as especificidades e as necessidades únicas de cada escola, limitando a capacidade dos educadores de adaptar as políticas às realidades locais.

Na fala de CC001, o envolvimento dos consultores do SEBRAE foi descrito como parte de uma estratégia estruturada de divulgação, em que representantes do SEBRAE, juntamente com membros da SUBEB e EAPE, participam de reuniões com diretores e gestores escolares e tomam as decisões. Os consultores do SEBRAE trazem materiais físicos, vídeos e apresentações para esclarecer o funcionamento dos projetos. Essa abordagem, embora pareça promover clareza e transparência, também sugere uma centralização do controle e uma pseudoparticipação na tomada de decisões, pois os consultores desempenham um papel central na definição das diretrizes e na orientação dos gestores escolares. A resposta de CIA001 menciona que o SEBRAE apresentou a proposta do projeto em uma reunião, após a qual, ocorreram as adesões nas escolas. Aqui, a participação dos consultores do SEBRAE é crucial na fase inicial de divulgação e convencimento dos gestores escolares sobre os benefícios dos projetos. Já os sujeitos CC002 e DE001 descrevem outras maneiras de divulgação:

CC002: “gente escolhe qual é a escola que a gente vai apresentar esse projeto. Porque o projeto não é apresentado para a Secretaria inteira, para a rede inteira, porque a gente também não tem braço. No caso, a gente escolhe uma ou duas escolas, e aí essa escolha é feita internamente, os critérios são feitos pela área técnica, e eles podem abordar melhor índice de aprendizado, ou então maior índice de vulnerabilidade. Isso quem vai decidir é a área técnica. Geralmente, como os projetos são apresentados de forma piloto, a gente abre a inscrição de aproximadamente 60 estudantes por escola, e isso vai aumentando”.

DE001: “Normalmente era uma das coisas aconteciam também, a gente faz parceria, a gente tem parceria, por exemplo, com o SESC. Então existe uma comunicação interna entre eles também (parceiros). [...] como a gente já vem para o SEBRAE há

algum tempo, então tem algumas coisas que eles chegam e falam com a gente: você tem interesse e tal. Ai vai”.

Na resposta de CC002, a seleção das escolas para a apresentação do projeto foi descrita como um processo interno, realizado pela área técnica com base em critérios específicos, como o índice de aprendizado e o índice de vulnerabilidade. Essa abordagem destaca uma centralização na tomada de decisões, onde uma equipe técnica especializada define quais escolas serão incluídas nos projetos piloto. A justificativa para essa seleção limitada, baseada na falta de recursos ("não temos braço"), reflete uma tentativa de otimizar o impacto inicial ou rejeição dos projetos em ambientes selecionados. No entanto, essa centralização pode criar uma assimetria na participação, demonstrando uma relação hierarquizada, pois o controle de seleção fica a cargo da SEEDF, suprime toda capacidade dos sujeitos da escola atuarem e intervirem nas decisões, apaga a autonomia relativa, e ainda insinua, que a escola usufrui de certo privilégio e exclusividade com a gestão central, ao induzir, em certa maneira, a decisão da escola de aderir ou não o projeto.

Nas palavras do sujeito DE001, o SEBRAE elimina a intermediação da gestão central e intermediária e seleciona a escola individualmente, a partir de comunicação informal e baseada nas relações comerciais estabelecidas e aceitas, ou seja, os interesses em vender seus produtos e disponibilizar materiais para estudantes e professores. Da mesma maneira, cria-se um simulacro de exclusividade e privilégios, além de demonstrar, com esse ato direto, como a escola está imersa no filantropismo empresarial (Fontes, 2022).

Filantropocapitalismo é uma crítica ao fenômeno no qual grandes empresas e bilionários utilizam parte de sua fortuna para promover ações sociais ou apoiar causas humanitárias, ao mesmo tempo que continuam operando e se beneficiando de práticas capitalistas. Para Fontes (2022), o filantropocapitalismo representa uma estratégia de controle social e reconfiguração do papel do Estado, onde as empresas ganham legitimidade por meio de sua atuação "social", enquanto perpetuam o sistema de exploração e desigualdades.

As respostas de todos os sujeitos apresentam uma efígie da gestão democrática no Distrito Federal. Essa suposta participação democrática revela uma *pseudoparticipação* (Pateman, 1992; Kosik, 2002) que consiste em estratégias e ações para incitar os gestores escolares, professores a aceitarem o projeto elaborado pelo SEBRAE distorcendo a realidade de que a unidade tem pouca ou nenhuma participação nas decisões das propostas a ela apresentada. As reuniões, vídeos, explicações são técnicas para persuadir os diretores e docentes para criar um consenso sobre a proposta e, assim, permitir a intervenção (Silva, 2002) do SEBRAE na estrutura física e na organização do trabalho pedagógico das unidades escolares,

essa forma de atuação visa a propagação ideologia empreendedora que pode ser interpretada como uma à pedagogia neotecnicista vinculada às exigências e dinâmicas do capitalismo contemporâneo, reforça a hegemonia neoliberal dominante para que o indivíduo, o estudante, torna-se o principal responsável por seu próprio sucesso ou fracasso no mercado. Essa ideologia incentiva a competição, a individualização e o desenvolvimento de habilidades voltadas para a lógica do mercado, promove a internalização de valores como a eficiência, produtividade e inovação, alinhados ao espírito empreendedor.

Esse cenário criado ilude os participantes de que o processo é democrático e que a adesão é voluntária. A pseudoparticipação é prescrita no documento do Plano de Trabalho - TCT 06/2021, como observa-se na figura 12:

Figura 10 – Imagem digitalizada do TCT nº 06/2021

Atividade	Porque	Como	Quando	Responsável
Reunião, encontro e/ou Capacitação para a equipe gestora da SEE DF quanto às ações do Plano de Trabalho.	Conscientizar os gestores sobre o Projeto, estratégia e sua importância. Estabelecer um fluxo e cronograma de operacionalização do Plano de Trabalho.	Em acordo com a equipe gestora, validar cronograma de ações.	Ao longo do ano calendário de 2021.	Realização: Sebrae e SEEDF

Fonte: SEEDF (2021)⁶⁰.

No item etapas e execução das ações, a primeira ação é conscientizar os gestores sobre o projeto de educação empreendedora, e pode-se observar que não apresenta espaço para discussão e questionamentos sobre aderir ou não, mas somente anuência da equipe gestora em relação ao cronograma.

Nas escolas que atendem os Anos Finais, os estudantes que estão na classe dos professores que são treinados pelo SEBRAE para serem multiplicadores não têm a opção de recusar participar das oficinas, pois os professores são orientados a trabalhar com as apostilas e com os objetivos do Currículo em Movimento - Anos Finais (2018) concomitantemente, e encontrar meios para ligarem os dois a partir dos eixos transversais e eixos integradores:

⁶⁰ Trecho do plano de trabalho presente no processo eletrônico 00080-00124760/2021-56.

Figura 11 – Imagem digitalizada do TCT nº 06/2021: sobre objeto da relação SEEDF-SEBRAE

O objeto está em consonância com os pressupostos teóricos do Currículo da Educação Básica proposto pela SEEDF e sua vinculação se dá por meio dos Eixos Transversais: "Educação para a Diversidade", "Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos" e "Educação para a Sustentabilidade", assim como, com os eixos integradores, "cultura, trabalho e tecnologias", do Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF.

Para os Anos Finais do Ensino Fundamental, o Plano de Trabalho possibilita a disseminação de uma educação empreendedora, de forma a incentivar estudantes da rede pública a buscarem o autoconhecimento e novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. Dessa forma, possibilita uma atuação transformadora, incentivando atitudes que visem à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento de habilidades e comportamentos empreendedores. Nesse sentido, verifica-se que o Plano de Trabalho alinha-se ao estabelecido na Base Nacional Comum Curricular - BNCC para os Anos Finais.

Fonte: SEEDF (2021)⁶¹.

Essa imposição curricular, que integra as apostilas do SEBRAE com os objetivos do Currículo em Movimento - Anos Finais (2018), representa uma coerção velada sobre os estudantes e professores, obrigando-os a aderir a uma educação empreendedora que privilegia as competências socioemocionais voltadas para a lógica de mercado. Ao não oferecer a opção de recusa, a autonomia relativa da escola é comprometida. A escola, que deveria ser um espaço de desenvolvimento crítico e criativo, se torna um ambiente de reprodução da ideologia neoliberal. Esse método força a internalização de valores como a competitividade e a adaptabilidade, alinhados com os interesses do capital, ao invés de fomentar uma formação integral que promova a cidadania ativa e a justiça social. Dessa forma, a prática pedagógica deixa de ser um processo de construção coletiva de conhecimento para se tornar um mecanismo de controle e conformidade com as exigências do mercado, minando o potencial emancipador da educação pública.

Esse simulacro de gestão democrática apresenta-se em todos os níveis de gestão: central, intermediário e local. A gestão central e intermediária organiza, direciona e conduz o espaço físico e forjam consensos para suposta adesão da escola; os gestores locais limitam a decisão ao seu núcleo, os coordenadores e professores. A comunidade não participa das decisões, apenas da execução das atividades abertas ao público (Paro, 2017). A técnica de persuasão foi

⁶¹ Trecho do plano de trabalho presente no processo eletrônico 00080-00124760/2021-56.

captada e demonstrada no diálogo com CIA002, quando perguntei: *como ocorreu a adesão das escolas participantes nos projetos oriundos da parceria entre a SEEDF e SEBRAE:*

CIA002: “[...] essa relação (das escolas) foi passada para o agente local de inovação. [...] Na primeira tentativa, ele não logrou. Mas na segunda, já com uma certa orientação do coordenador regional, ele obteve mais sucesso. Marquei uma reunião entre mim, ele e o coordenador regional. O coordenador sugeriu. Deu o nome das escolas. Procura essa, procura essa aqui. Essa aqui vai. A gente informa a escola”.

Heloísa: Mas as escolas te falaram o porquê que elas não queriam estabelecer essa parceria?

*CIA002: “Não chegaram a comunicar diretamente, mas o que a gente percebe é **um certo receio das empresas**, o gestor que já tem tanta coisa para fazer, tanto trabalho no âmbito escolar, tantas atribuições”.*

Nesse sentido forjam a construção de consenso, de ações e projetos criados pelos docentes e discentes contrários ao empreendedorismo, e opostos à relação público-privada, pois são silenciados ou minimizados, como é demonstrado na fala do SD001:

*“No governo do Rollemberg, embora seja de esquerda, ele não tinha uma boa relação com os professores. Como se fosse um governo de direita, só informando. [...] Você tem camadas nesse processo, e algumas camadas, às vezes, **não querem fazer esse debate**. No âmbito da escola, às vezes, os professores, dirigentes, querem fazer esse debate para entender melhor o que se trata, vantagens, desvantagens. **Você tem a direção, às vezes, que é contra chamar o sindicato também, tem sido o comportamento da Secretaria de Educação, que, normalmente, em governos de direita, não chama para conversar**”.*

O Sindicato dos Professores da rede pública do Distrito Federal é uma organização com uma história na defesa da educação pública e na representação política e social dos trabalhadores da educação. Sua função como entidade da sociedade civil, além de lutar pelos direitos trabalhistas dos professores, é atuar em espaços de formulação de políticas públicas, conselhos e fóruns de diálogo social, buscando influenciar as decisões políticas que afetam a educação pública. Essa estratégia de silenciamento de representantes do SINPRO compromete a gestão democrática e a participação ativa daqueles que participam da construção da educação básica pública. Se destaca, então, como uma proteção aos interesses dos empresários e execução das políticas neoliberais.

Em geral, os sindicatos e movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora criticaram a subordinação dos serviços públicos aos interesses privados e a mercantilização de áreas essenciais como saúde e educação. O SINPRO-DF foi um dos principais opositores às parcerias na área educacional. Argumentou que a introdução da educação empreendedora

desvirtua o papel da escola pública e promove uma lógica de mercado incompatível com a formação cidadã, contudo teve sua atuação limitada pelo governo, sua atuação ocorre quando são provocados pelos professores e gestores. Diversos movimentos populares e organizações comunitárias se mobilizaram contra a privatização de serviços públicos e a falta de investimentos em áreas periféricas. Essas mobilizações incluíram protestos, campanhas de conscientização e ações judiciais para barrar projetos considerados prejudiciais aos interesses da população mais vulnerável. Partidos de oposição e legisladores críticos ao Governo do Distrito Federal levantaram debates e audiência na Câmara Legislativa do Distrito Federal, questionaram a legalidade e a eficácia das PPPs implementadas. Esses debates frequentemente destacaram a necessidade de maior transparência e controle público sobre as parcerias.

A parceria entre SEEDF e SEBRAE não é um fenômeno isolado, mas parte de um movimento mais amplo de reestruturação das políticas públicas sob a lógica do mercado, onde o controle e monitoramento da educação são necessários para a reprodução da hegemonia das classes dominantes. A pseudoparticipação e o silenciamento das entidades sindicais apresentam uma tendência de autocracia burguesa, a partir de uma aparência democrática (Lima; Aranda; Lima, 2012). Esses simulacros de formas democráticas, juntamente com a usurpação da direita para as ferramentas de participação ativa da sociedade, ajudam a alimentar a ideia de que a gestão democrática é apenas o voto no momento de escolher o diretor escolar. Indo contra o seu real valor na construção de uma sociedade emancipada.

As decisões centralizadas, a falta de consulta ampla e a sobrecarga de trabalho imposta aos educadores são manifestações de um sistema público distrital que prioriza interesses mercadológicos sobre a autonomia escolar, evidenciados quando os entrevistados responderam à questão: *Comente se houve formas de participação das unidades escolares na construção dessa parceria entre a SEE/DF e SEBRAE?*

CC002: “Eles montam o projeto, eles montam o cronograma, eles apresentam o projeto para a gente, mas a gente dá total liberdade para a escola adaptar. De forma alguma, até para que a gente conquiste, que a escola compre realmente a ideia, a gente não pode levar nada engessado. Então, vários projetos, várias propostas que o SEBRAE apresentou para a gente, customiza aquela proposta para a escola, a escola tem, sim, a liberdade de fazer modificações”.

CIA001: “Eles apresentam o projeto, mas aí, dependendo do contexto da escola, eles vão fazendo essas adaptações. Até assim, os professores que se disponibilizam a abraçar o projeto que vai ser diretamente com os estudantes, então tudo isso é uma coisa que vai ser adaptada no dia a dia”.

CIA002: “Até onde eu sei, as escolas em nenhum momento participaram da construção da elaboração desse termo, dessa parceria, do que compete a cada parceiro”.

DE001: “eu acho que nós, professores, gostamos sempre de ser consultados, diante de tudo que vem, então, a gente tem isso de que eu, por exemplo, ah, eu tenho que fazer tal coisa, eu sou obrigado? Não. Dentro dessa perspectiva foi um convite”.

DS001: “A gente tem que descer o pé na porta para poder fazer o debate, mas não passa de um momento de desagravo. Dependendo da situação do projeto, a gente pode parar na Câmara Legislativa, porque a gente acaba procurando resultados, pedindo audiência pública para fazer o debate, mas a audiência pública não muda o encaminhamento que é do discricionário. O governo tem o poder de estabelecer o contrato para a prestação dessa parceria e assim ele faz”.

O entrevistado CC002 destaca que o SEBRAE é responsável por montar o projeto e o cronograma, apresentando-os, posteriormente, às escolas, que têm a liberdade de adaptar e modificar as propostas. Embora isso sugira uma certa flexibilidade, as respostas indicaram que a participação das escolas na fase inicial de construção do projeto é inexistente. A customização ocorre apenas após a apresentação do projeto, o que limita a autonomia das escolas e centraliza o poder decisório nas mãos do SEBRAE.

As palavras do CIA001 mencionam que as adaptações são feitas de acordo com o contexto da escola e a disponibilidade dos professores. Essa prática de adaptação "no dia a dia" demonstra que as escolas são obrigadas a improvisar, são pressionadas a conformar e adaptar-se a um modelo preestabelecido, sem terem participado de sua elaboração. Essa situação foi apreendida na leitura dos documentos e nas vozes dos entrevistados. Isso distancia da gestão democrática e cria uma ilusão de participação ativa, pois a capacidade de influenciar o projeto é muito restrita. A liberdade de adaptação é concedida apenas para facilitar a aceitação do projeto, sem que haja modificação na sua essência centralizada.

A elaboração do projeto centrada no SEBRAE, a não participação das escolas, dos diretores, professores e coordenadores, no momento da construção do projeto, a produção de um teatro sobre democracia, com liberdade restrita para manter a aderência ao projeto, indicam uma assimetria de poder, pois a decisão sobre a gestão escolar e o trabalho pedagógico da escola pública ficam a cargo de uma organização privada que representa os interesses do Sistema S e seus sindicatos patronais (CNI, CNC, CNA).

O sujeito entrevistado CIA002 foi objetivo ao afirmar que, até onde sabe, as escolas não participaram da elaboração do termo de parceria. Isso demonstra uma exclusão explícita das unidades escolares do processo inicial, execução e construção da parceria, reforça a centralização das decisões nas mãos do SEBRAE e das autoridades educacionais. A falta de

participação das escolas, dos diretores, professores e coordenadores na fase de construção e elaboração desmonta a suposta flexibilidade mencionada por outros entrevistados, e evidencia uma contradição fundamental, onde a aparência fenomênica representa uma gestão democrática que procura ouvir as escolas e os sujeitos que a constituem, mas o cerne é a representação de uma gestão autocrática e gerencialista que responde somente aos interesses do setor privado empresarial ou de fundações privadas.

DE001 destaca a preferência dos professores por serem consultados e a sensação de imposição quando essa consulta não ocorre. Embora mencione que, dentro dessa perspectiva, houve um convite, a realidade descrita aponta para uma consulta superficial e ilusória, pois os professores são convidados a aderir a um projeto já definido. Essa mediação, por meio da consulta aos professores expressa, é uma pseudoparticipação, criando uma aparência de consulta democrática enquanto mantém o controle centralizado, metas e resultados prescritos.

A assimetria de poder ocorre quando há uma disparidade significativa na capacidade de influenciar e tomar decisões entre diferentes forças envolvidas em um processo. No caso da parceria entre a SEEDF e o SEBRAE, essa assimetria se manifesta quando a entidade privada exerce maior controle sobre as diretrizes e sobre a implementação dos projetos educacionais, interferindo diretamente na organização do trabalho pedagógico das unidades escolares. De forma proposital, opera e atua para que as escolas, os professores e a comunidade tenham pouca ou nenhuma influência nas decisões iniciais e estruturais, cabendo-lhes apenas a adaptação de seu planejamento escolar em relação ao cronograma do SEBRAE. Essa suposta liberdade de adaptação soa como um ato de solidariedade entre as partes, como se, de fato, estivessem cientes de ações democráticas (Lotta; Gonçalves; Bitelman, 2014).

A resposta de DS001 apresenta o oposto da aparente participação, pois revela um conflito mais profundo e uma percepção do Sindicato sobre a hegemonia e controle por parte do governo e do SEBRAE. A menção de "descer o pé na porta" para participar do debate sugere um ambiente de tensão e resistência. A audiência pública, embora ofereça uma plataforma para discussão, é percebida como ineficaz para alterar os encaminhamentos decididos de forma discricionária pelo governo distrital. Essa situação evidencia contradições entre a necessidade de participação democrática e a centralização do poder decisório; no texto da legislação, tem-se a prescrição da gestão democrática e criação de mecanismos para asfixiar, e minar a gestão e participação efetiva da comunidade escolar nas decisões.

No contexto das parcerias entre SEEDF e o SEBRAE, essa contradição *participação democrática/centralização de decisões* é colocada de forma velada e encoberta, a partir de uma

dramaturgia criada pela organização privada de que a escola tem voz para definir e debater sobre projeto, dentro da sua Organização do Trabalho Pedagógico e o Projeto Político Pedagógico, como a aparece na fala de DE001 e DE002 quando questionei se o projeto de educação empreendedora que o SEBRAE realiza nas escolas constava no PPP:

DE001: “Sim, a gente colocou. Ele chegou a fazer parte sim do PPP, porque todo ano a gente colocou de alguma maneira para se realizar esse projeto de empreendedorismo, como esses professores que tinham feito o curso, eles gostaram bastante, eles acabavam também colocando como parte lá do seu planejamento em algum bimestre que aquele fosse um trabalho e tudo mais”.

DE002: “Tem um setor lá que aparece. Que são as nossas parcerias. E a gente também trabalha com avaliação institucional. Então em cima daquilo que apresentam na avaliação institucional a gente também fala: olha isso aqui precisa ser visto”.

A incorporação do projeto de educação empreendedora no projeto político pedagógico -PPP, como relatado por DE001 e DE002, exemplifica uma relação de poder, pois as decisões pedagógicas são fortemente influenciadas pela empresa privada. A integração do projeto de educação empreendedora ao PPP reflete uma transferência de poder decisório e democrático das comunidades escolares Distrito Federal para o SEBRAE. A inserção da chamada educação empreendedora nos PPP's, mesmo de iniciativa da comunidade escolar, que pode estar subsumida à classe empresarial, corrompe a autonomia escolar e pode comprometer a missão fundamental da educação básica pública, que é promover uma formação integral, crítica e democrática. A presença dominante do SEBRAE nas escolas, legitimada pela inclusão no PPP, ilustra como os poderes econômico, político e organizacional das entidades privadas moldam e direcionam as avaliações, formação continuada de professores e o trabalho pedagógico em detrimento de uma abordagem educativa que priorize a equidade e a justiça social e elevação das capacidades cognitivas, intelectual, estéticas e artísticas.

A participação democrática nas decisões é um exercício pedagógico que almeja garantir que todas as partes interessadas, especialmente aquelas diretamente afetadas pelas políticas, tenham voz, atuação e operam decisões que moldam suas realidades (Lima, Aranda e Lima, 2013). No entanto, a centralização do poder decisório em poucas mãos – frequentemente localizadas em níveis superiores de administração ou em organizações externas – limita essa participação, desconsidera o sujeito histórico e cria uma dinâmica de poder desequilibrada.

A assimetria de poder tem características específicas nas estruturas sociais e econômicas capitalistas (Lotta; Gonçalves; Bitelman, 2014). As relações de poder são delineadas e perpetuadas a partir das relações de produção que definem as estruturas econômicas e as superestruturas políticas, influenciando profundamente a distribuição de recursos,

oportunidades e a capacidade de influenciar decisões, moldando, assim, a educação básica pública às necessidades do mercado contemporâneo. Essa assimetria é constatada quando comparamos as respostas anteriores, de DE001 e DE002, com um trecho do Termo de adesão que os diretores assinaram para participar do projeto de educação empreendedora, conforme a seguir:

Figura 12 - Imagem digitalizada do TCT nº 08/2017: Termo de adesão assinado pelos gestores escolares

a Secretaria de Estado de Educação não poderão alterar a metodologia de titularidade do SEBRAE Nacional abrangendo todos os materiais que a compõem (Palestra. Oficina de Sensibilização. capacitação teórica e metodológica, livros do aluno. livros do professor e livros do multiplicador, além dos materiais de divulgação). Todos os ajustes e as alterações só poderão ser feitos pelo SEBRAE Nacional.

Fonte: TCT (2017)⁶².

3.2 O PLANO DE TRABALHO VIABILIZA ALTERAÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR, NO SISTEMA E NO TRABALHO PEDAGÓGICO

Antes de prosseguir, quero retomar algumas características de Samambaia e das escolas públicas dessa região. A população residente na cidade é de 240 mil habitantes, com uma média de renda *per capita* de R\$ 992,30 (Brasil, 2023). Essa Região Administrativa é dividida entre sul e norte, quadras pares e ímpares. Essa divisão geográfica reflete também a desigualdade social latente da região, as regiões sul/norte ímpares são muito pobres, com índice de desemprego significativo, baixa escolaridade; ao passo que as regiões sul/norte pares concentram a população com maior poder aquisitivo, nível de escolarização mais altos e uma infraestrutura urbanística que atendem as demandas de saúde, educação, lazer. Essas são características de uma sociedade trabalhadora em quem incide os projetos do SEBRAE com o consentimento do governo do Distrito Federal (Brasil, 2024).

Há cidade 72 unidades escolares (43 escolas de educação básica e 29 unidades conveniadas de atendimento à criança na primeira infância), com 42.207 matrículas ativas de estudantes na educação básica, educação de jovens e adultos e educação especial, 1.731

⁶² Termo de Adesão presente no processo físico: 0460-000057/2017.

professores atuando nas escolas públicas (1.478 são professores efetivos, 885 estão em regime de contratação). Diante da carência material da população e das unidades escolares, as comunidades escolares desejam e buscam formas de sanar em até certa medida os problemas sociais existentes, almejando a oferta de uma educação de qualidade social aos estudantes. As empresas privadas ciente do quadro de carências, aproveitam para firmar parcerias, como o caso do SEBRAE.

Um dos objetivos do SEBRAE na educação básica pública do Distrito Federal é imprimir a modelagem dos estudantes para reprodução dos modos de produção e das relações hegemônicas burguesas (Lamosa, 2023), preparar um estudante flexível onde as competências empreendedoras, emocionais criam uma subjetividade flexível para estes ocupem espaço na cadeia produtiva, a fim de constituir uma força de trabalho submetida a subcontratação, trabalhos temporários, acordos precária e rejeição aos direitos trabalhista. Para alcançar esse objetivo, a organização utiliza-se da construção midiática da sua imagem em mais de 5 décadas como empresa “*parceira dos brasileiros*” que motiva “*a força do empreendedor brasileiro*”⁶³ nos meios de comunicação. Além dessa estratégia, a organização utiliza de seu poder econômico, como afirma CC002 e DE001, quando pedi para que fossem apontadas *algumas contribuições dessa parceria para a educação básica no DF*:

CC002: “[...]eles tratam os nossos estudantes **com muito carinho**. Cria-se um laço muito grande com o SEBRAE. Eles começam a ajudar em outras coisas. E infelizmente, tem uma coisa que o **SEBRAE tem que a gente não tem: que se chama dinheiro**. Então, você entrar numa escola, você construir um laboratório de informática, você plotar a escola inteira, adesivar a escola inteira, dar uniforme para os estudantes, trazer um buffet para fazer um coffeebreak, sabe? É uma coisa que a gente não tem. **Infelizmente a gente não consegue fazer isso e aí eles entram**”.

DE001: “Eu acho que o mais importante é você saber que você tem uma empresa, um instituto, que vai oferecer um projeto, **mas você não fica sozinho nisso**, então você traz para o estudante, por exemplo, vou dar até para contextualizar: a gente às vezes tem algo vindo do tribunal lá, por exemplo, do TJ, que teve um concurso na época, mas ficou a cargo da escola fazer tudo, para participar e fazer o projeto, conscientizar os estudantes sobre a educação patrimonial. O SEBRAE já veio trazendo esse outro lado, **ele ofereceu os recursos também para você dar o curso para o aluno. Você tinha um apoio. Não era dinheiro, era material, preciso desse material, você tinha. Tinha uma formadora lá**. Toda dúvida que a gente precisava tirar em relação de como é que seria. Eu preciso, vamos fazer uma palestra com os alunos sobre o tema tal. Ela arrumava, alguém a levava, então eu vejo que foi agregado dentro da escola mais um projeto, uma formação, uma nova perspectiva que abrange os temas transversais”.

DE002: “[...]nós somos um grupo. **Sozinhos nós não conseguimos**. Eu sempre vou falar isso. E a nossa voz, ela precisa ser amplificada. E quando ela, a iniciativa

⁶³ São frases de *slogans* utilizadas pelo SEBRAE em campanhas publicitárias, ao longo dos 1990, 2000, 2010 e 2020.

privada, entra junto, você toma uma outra proporção. Até em questões de visibilidade, em questões, o SEBRAE tem canais, eu vejo ali, até não sou tão conhecedora assim, mas é uma referência”.

Sobre as contribuições da parceria com o SEBRAE para a educação básica no Distrito Federal, os entrevistados destacam tanto os benefícios tangíveis quanto as contradições subjacentes a essa colaboração.

Nessa linha, CC002 menciona que o SEBRAE proporciona recursos financeiros e materiais significativos que a escola pública não possui, como a construção de laboratórios de informática, uniformes, e até buffets para eventos. Embora esses benefícios sejam palpáveis e melhorem a infraestrutura escolar, eles também mascaram a assimetria de poder entre as instituições privadas e as públicas. A entrada do SEBRAE com recursos que a escola não pode oferecer por si mesma cria uma dependência que compromete a autonomia das escolas, colocando-as em uma posição subalterna em relação à organização privada.

DE001 reforça essa dinâmica ao enfatizar que o suporte do SEBRAE evita que a escola se sinta "sozinha" na implementação dos projetos. A presença do SEBRAE traz recursos materiais e formativos que ampliam a capacidade de ação da escola. No entanto, essa forma de agir subordina a autonomia relativa da escola que já é limitada, e a instituição passa a depender de uma organização privada para completar suas funções educativas. Essa relação, embora seja positiva em termos de suporte material, reflete uma contradição fundamental: a autonomia relativa escolar é moeda de troca para recursos financeiros externos.

Esse suposto benefício financeiro, de treinamento dos docentes e oferta de recursos materiais advém de transferências públicas de recolhimento de impostos das médias e pequenas empresas, mas o SEBRAE faz parecer que é um investimento da organização privada para melhorar a escola pública. Essa capa fenomênica de solidariedade, em defesa da escola pública, oculta os interesses reais que aparecem no Plano de Trabalho do TCT 08/2017:

[...] O programa tem o objetivo de ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação. Para o atendimento dessa estratégia é proposto o Programa Nacional de Educação Empreendedora como forma de responder à necessidade cada vez maior de preparar potenciais empreendedores para enfrentar um novo mundo do trabalho onde a flexibilidade e a capacidade de iniciativa e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito de qualquer profissional (SEBRAE, 2017).

Observa-se também que DE002 destaca que a presença do SEBRAE amplifica a voz e a visibilidade das escolas públicas, algo que elas não conseguiriam sozinhas. Esse benefício de

visibilidade e apoio é inegável, mas também levanta questões sobre as mediações e relações de poder envolvidas. A amplificação proporcionada pela organização privada pode vir ao custo de uma maior influência desta sobre as políticas e práticas educacionais das escolas; pode vir escamoteada na gestão gerencialista que opera sob a lógica neoliberal de resultados, metas, produtos, competição e individualismo. A dependência da escola pública, em relação ao SEBRAE, para obter recursos e visibilidade, sublinha uma relação assimétrica, onde a iniciativa privada tem um papel determinante na configuração do ambiente educacional, muitas vezes, impondo suas prioridades sobre as necessidades e valores educacionais que deveriam ser definidos pela comunidade escolar, de forma mais democrática e autônoma. Nesse sentido, o uso dos recursos financeiros e simbólicos da marca SEBRAE cria uma situação em que: “É provável que aqueles que detêm elevado capital (econômico e/ou simbólico) – sobretudo em contextos em que os demais agentes tendem a depender desse capital – consigam promover seus próprios interesses (privados) com mais facilidade” (Baldissera; Sartor; Rossato, 2016).

Essa divulgação e publicidade da escola, através da parceria com o SEBRAE, e a visibilidade proporcionada pelos canais da organização privada, reforçam a ideia de que a escola pública, sem esses apoios, estaria em uma posição de fragilidade, e mais, de que o setor privado oferece benefícios para a escola e para estudantes e professores. Essa estratégia de divulgar ações empreendedoras das unidades escolares, e de professores, se apresenta como uma estratégia empresarial de divulgação, projetando um perfil de empresa social, comprometida com os problemas sociais brasileiros.

Essa dinâmica exemplifica a complexidade das relações público-privadas na educação que impõe desafios significativos à autonomia relativa, à gestão democrática e às formas de participação da comunidade escolar nas decisões. As relações com empresas privadas têm o potencial de criar dependências estruturais, pois as escolas podem se tornar sujeitas às agendas e prioridades das empresas privadas como uma organização, em detrimento das necessidades e valores coletivos estabelecidos pela comunidade escolar para instituição escolar.

O uso da imagem e propaganda do SEBRAE nos fez refletir sobre a diferença entre organização e instituição, Marilena Chauí (2003) afirma que organização é uma forma social criada para representar os interesses de um grupo privado na sociedade, por outro lado, a instituição é uma forma social que expressa os interesses complexos e contraditórios de uma sociedade, abrigando, portanto, as lutas e as relações de poder. A instituição, como a escola, é articulada para que possa responder aos interesses coletivos a partir das relações de poder, mesmo que não alcance o objetivo. Essa universalidade serve para responder às contradições

sociais: de poder, gênero, raça, conflitos de classe, desigualdades. Já a organização aceita a divisão social, a compreende, mas não objetiva mudar as contradições que dela emergem. O foco principal da organização é traduzir o seu projeto particular de sociedade como referência de toda a sociedade

Essa reflexão sobre as diferenças entre organização e instituição nos ajuda a compreender as implicações da parceria entre o SEBRAE e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Enquanto o SEBRAE atua como uma organização voltada para a maximização de resultados e a manutenção do status quo capitalista, a SEEDF, como instituição educacional, tem a responsabilidade de responder às demandas sociais e às contradições que emergem da sociedade no campo das relações de poder. Esse embate entre o pragmatismo organizacional e o papel social da instituição educacional se revela nas práticas e nas percepções dos envolvidos, como será exemplificado nas respostas a seguir, dadas pelos interlocutores durante a avaliação da parceria.

Quando questionei: *Como o senhor avalia a parceria entre a SEEDF o SEBRAE*, pela riqueza das respostas, optamos por excertos maiores, como se seguem:

CC001: “[...] eu não sei se essa coisa de que vocês têm que se empreender, romantizar essa coisa, de que você estudando um pouquinho, sabendo um pouco como é, você consegue empreender e mudar a sua realidade. Isso não é isso para todos. Tem casos e casos e querer levar isso como uma verdade, eu acho muito complicado. [...]eu faço sempre defesa da educação científica, eu acho que é muito mais interessante a gente ir por esse caminho. Compreender a ciência melhor. A gente viveu a pandemia, o que foi? A guerra de narrativas, a confusão, a falta de esclarecimento. Isso aí é educação científica, que ajuda a gente a ter mais clareza, ter um olhar mais criterioso. Então, tem a parte da educação ambiental. Que é uma coisa muito séria mesmo. A questão ambiental, as crises que estão cada vez mais intensas, elas não vão sumir. Não vão sumir. Aí você vai empreender no meio do deserto? Duvido. Vai vender o quê lá? [...] Eu acho que tem outros caminhos a se percorrer antes de falar de empreendedorismo para o estudante”.

CC002: “Os meninos adoram, a escola adora. No início, a gente tem muita dificuldade, que foi o que eu te falei. É. A escola, ela vê a entrada de uma organização privada na escola, no primeiro impacto, de forma muito na autodefesa. gente fala o que vai ser feito, e aí as coisas vão começando a clarear. E aí depois, assim, o pessoal, nossa, não quero parar de desenvolver esse projeto nunca mais. E aí já o SEBRAE, quando ele entra na escola, cria-se um vínculo entre a própria escola e o próprio SEBRAE. O SEBRAE já começa a desenvolver outras atividades dentro da escola”.

CIA001: “Eu vejo que, obviamente, a gente precisa dar esse lugar de protagonismo para os nossos estudantes, para eles entenderem a potencialidade que eles têm, independente do lugar onde eles estão. As tecnologias sociais que podem ser criadas a partir do nosso contexto. Só que é muito perigoso também, porque às vezes essa ideia da educação empreendedora acaba criando uma falsa realidade e que aquele estudante não se identifica muitas vezes com a classe social dele. E aí ele vem nesse discurso de que eu sou um empreendedor, mas será que até o ponto você realmente está empreendendo? Ou é uma necessidade? É claro que o empreendedor surge na necessidade, no seu contexto, tudo bem. Mas só que as possibilidades, eu empreendo

porque é algo que eu realmente quero fazer aquilo ou eu empreendo porque eu não tenho outra possibilidade de recursos econômicos?”.

CIA002: “Eu vejo com muito receio essa questão desses grupos empresariais eles entram muitas vezes são de fora têm um interesse financeiro nos recursos no orçamento da educação pública. Então não fica muito claro para todos nós inclusive que atuamos na gestão o que esses grupos desejam”.

DE001: “eu acho que foi bom. Eu, eu acho que tudo que vem pra somar dentro, porque a, a escola só, o Estado, o Governo, ele não dá conta. A gente acaba tendo que firmar parcerias mesmo fora. Quando a gente tá dentro da escola, vai fazer dentro do calendário escolar. Tem lá uma semana de Educação para a vida, você vai lá na Secretaria de Saúde, não vai ter psicólogo, não vai ter um profissional de saúde disponível, que é do Estado pro Estado, pra oferecer uma atividade. A gente, como escola, tem que procurar parcerias. Então, nesse ponto foi muito positivo. Primeiro porque trouxe recurso, é, teve a premiação, teve um projeto lá do Se Liga, a gente fez um projeto com os alunos, eles fizeram, é, isso foi no computador, isso foi em 2022, 2021. Então, eles pegaram foram, a gente divulgou esses professores que lá, participaram lá em 2017, participaram. fizeram concurso, a escola foi premiada, os meninos ganharam prêmios, então, foi um ganho também pra aqueles alunos e foi um ganho pra escola, como experiência, como visibilidade de você tá mostrando que a escola também desenvolve bons projetos, que é uma boa escola. E a comunidade visa muito isso, eu vou querer meu filho estudar na escola tal, que é uma boa escola”.

DE002: “A estrutura de SEBRAE é enorme, nessa área de educação empreendedora que a gente vai participar do projeto, por exemplo, eu quero falar sobre comunicação não violenta, mas não basta falar sobre comunicação não violenta com os professores, com a comunidade ou só com professores e servidores. Eu preciso falar de comunicação não violenta também com os alunos, também com a família desses alunos. E aí eu tenho o respaldo do SEBRAE. Participando do projeto, eu tive profissionais que me capacitaram para fazer isso aqui. Então, essa é uma ajuda fundamental”.

DS001: “Que é ruim. A nossa preocupação é realmente, o processo de contrato de trabalho, a venda da autonomia da escola pública na realização de projetos, que vai afetar inclusive a regência. Temos uma Constituição que garante a liberdade de cátedra, que a partir do momento que uma empresa vai organizar o atendimento pedagógico da escola, inclusive a opinar sobre a gestão da sala de aula, o plano de aula, o planejamento pedagógico, isso é uma coisa que mexe muito com o professor. É uma coisa típica da escola privada e que não é muito do ambiente da escola pública. Então, quando chega, acaba incomodando”.

Os comentários de CC001 e CIA001 refletem a desconexão entre a retórica do empreendedorismo e a realidade socioeconômica dos estudantes. Ademais, os respondentes oscilam entre posição crítica, preocupações e euforia, relatam as dificuldades da escola e o desamparo do governo. CC001 crítica a "romantização" do empreendedorismo, argumentando que nem todos têm as mesmas oportunidades de sucesso devido às desigualdades estruturais. CIA001 complementa essa visão, ao destacar que a educação empreendedora pode criar uma "falsa realidade" para os estudantes, descolando-os de suas verdadeiras condições sociais e econômicas. Essa romantização serve para mascarar a luta de classes, sugerindo que o sucesso

é uma questão de esforço individual, enquanto ignora as barreiras estruturais que perpetuam as desigualdades.

A ideia de que o empreendedorismo tem uma solução universal desvia a atenção das desigualdades estruturais, regionais e sociais que perpetuam a divisão de classes. Conforme argumentam Marx e Engels, as ideias dominantes em uma sociedade capitalista é a ideologia da classe dominante (Marx; Engels, 2007). O empreendedorismo e o individualismo reforçam a ideologia burguesa, valorizam o sucesso individual e a iniciativa privada enquanto deslegitimam a luta coletiva por direitos humanos e sociais e os princípios de igualdade e justiça.

A ênfase na educação empreendedora também responde à necessidade do capital de criar uma força de trabalho flexível. Em um contexto de globalização e rápidas mudanças no mercado de trabalho, o capital demanda trabalhadores adaptáveis, flexíveis, inovadores e capazes de se autoempregar. Essa flexibilidade beneficia a classe capitalista, ao reduzir custos de trabalho e aumentar a produtividade para alguns. A formação de empreendedores não se limita a capacitar indivíduos para o mercado, mas também prepara uma força de trabalho que pode ser facilmente reconfigurada conforme as necessidades do capital e assujeitada à fluidez das regras contratuais de trabalho. Nesse sentido, Frigotto (2015, p. 220) afirma:

O capital já não necessita de toda a força de trabalho e já não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes”, ou que desenvolvem, ao longo de sua vida, aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se às necessidades do mercado e pelo tempo que o mesmo necessita.

A subsunção real da força de trabalho ao capital aumenta a produtividade, precariza as relações de trabalho (aumentando o esforço laboral e uma maior exploração da força de trabalho) e reduz o número de vagas de trabalho em prol da expansão do capital. Com a redução de posto de trabalho, a educação empreendedora permite moldar, treinar, direcionar esse trabalhador para atuar na massa de trabalhadores desempregados ou em subempregos de modo que ele se mantenha flexível, adaptável às demandas do mercado (Kuenzer, 2016). Esses trabalhadores, frequentemente desprovidos de direitos e proteções, ficam à mercê das flutuações do mercado, servindo como um mecanismo de pressão e controle de salários sobre empregados e os desempregados para aceitar as condições de trabalho mais preconizadas, intermitente e sazonais.

A contradição central aqui é que, enquanto a promoção do empreendedorismo promete empoderamento individual, ela também serve para reforçar as condições que mantêm os

estudantes em desvantagem, em condições que seu fracasso foi seu. De fato, a retórica e as múltiplas práticas do empreendedorismo obscurecem as crises, desigualdades sistêmicas, sugerindo que todos podem ter sucesso se apenas se esforçarem o suficiente. Isso desvia a atenção da necessidade de mudanças estruturais e da luta coletiva por uma educação mais equitativa e inclusiva e democrática.

As respostas de CIA002 e DS001 revelam preocupações profundas sobre os interesses financeiros dos grupos empresariais envolvidos na educação básica pública no Distrito Federal. CIA002 questiona a falta de clareza nos objetivos desses grupos, sugerindo que os interesses financeiros podem prevalecer sobre os educacionais. DS001 critica a interferência do SEBRAE na gestão pedagógica, destacando como essa presença compromete a liberdade de cátedra e impõe práticas típicas do setor privado. A presença de organizações empresariais nas escolas públicas, como o SEBRAE, pode ser vista como uma forma de privatização indireta da educação como assinala Rikowski (2017). Ao ganhar acesso aos currículos escolares, essas empresas influenciam o conteúdo e a abordagem pedagógica de maneira que favoreça seus interesses privados, particulares. O controle sobre o currículo escolar permite que as empresas introduzam conceitos e práticas que se alinham com suas agendas privadas, promovendo uma visão de mundo que prioriza o empreendedorismo, individualismo, competição e as competências alinhadas ao mercado (Peroni, 2018; Adrião; Garcia; Drabach, 2020), em detrimento de uma educação omnilateral, voltada para a cidadania crítica e a justiça social.

A educação empreendedora está alicerçada na educação unilateral que significa treinar, preparar, disciplinar a força de trabalho para os desmandos de produção do capital (Kuenzer, 2016; Moura, 2013; Lombardi, 2014). De outro modo, temos estudos de vanguarda que propõem um modelo de educação omnilateral que busca uma formação humana integral, pública, igualitária e sob a responsabilidade do Estado, onde todos os indivíduos desenvolvem capacidades intelectuais, físicas e técnicas de maneira integrada. Se opondo à formação unilateral promovida pelo capitalismo, que tende a preparar os indivíduos apenas para a força de trabalho, limitando o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, e se apresenta como uma alternativa à escola unilateral propagada pelo neoliberalismo (Moura, 2013; Frigotto, 2024).

Organizações, como o SEBRAE, buscam formar força de trabalho flexível, pois reduz custos e aumenta a produtividade. Além disso, a parceria com escolas públicas também oferece às empresas uma oportunidade de melhorar sua imagem pública e promover a ideia de responsabilidade social corporativa, ainda que sob uma peça de teatro.

Em um contraponto, os sujeitos CC002, DE001 e D002 têm uma visão voltada às potencialidades da parceria da SEEDF com o SEBRAE. CC002 e DE001 destacam a aceitação inicial cautelosa das escolas à entrada do SEBRAE, seguida pela criação de um vínculo positivo. No entanto, esse vínculo esconde uma dependência de recursos privados que compromete a autonomia relativa das escolas. CC002 menciona que a entrada do SEBRAE foi, inicialmente, vista com desconfiança, mas depois a organização criou um vínculo afetivo com a comunidade escolar. DE001 reforça essa ideia ao enfatizar que a parceria trouxe recursos materiais e visibilidade para a escola, algo que o governo não conseguiu prover sozinho. Essa dependência de recursos do SEBRAE coloca as escolas em uma posição de subordinação, onde as decisões pedagógicas podem ser influenciadas pelas agendas privadas.

DE001 e DE002 veem a parceria de forma positiva devido aos recursos materiais e visibilidade que trouxe para as escolas. DE001 menciona prêmios e projetos bem-sucedidos como resultados da colaboração, enquanto DE002 destaca o apoio em treinamentos e projetos específicos, como a comunicação não violenta. Embora esses benefícios sejam tangíveis, eles também revelam uma dependência e alterações estruturais e como forjam o consenso que compromete a autonomia escolar. Nas palavras dos entrevistados, parece que as parcerias estão predestinadas, naturalizadas. Afirmam que as parcerias são frutos das decisões e escolhas políticos, partidárias e do poder econômico. A aceitação tácita de que a visibilidade e os recursos justificam a perda de autonomia evidencia uma mediação problemática, pois os benefícios imediatos obscurecem as implicações a longo prazo e comprometem os princípios e fins prescritos na Constituição Federal e na Lei nº 9394/1996.

Essa transição, no entanto, encobre uma dependência perigosa de recursos privados que compromete a autonomia relativa das escolas. CC002 menciona que a chegada do SEBRAE foi vista com cautela, mas à medida que a organização começou a fornecer recursos e apoio, criou-se um laço afetivo entre a escola e o SEBRAE. DE001 reforça essa visão ao destacar que a parceria trouxe recursos materiais e visibilidade que o governo não conseguiu prover sozinho. Essa dependência de recursos privados coloca as escolas em uma posição de subordinação, em que as decisões pedagógicas podem ser influenciadas pelas agendas das empresas envolvidas. A autonomia escolar pode ser comprometida quando a sobrevivência e o funcionamento das escolas dependem de entidades privadas como o SEBRAE. As escolas passam a ajustar seus currículos e práticas pedagógicas para alinhar-se com os interesses dessas entidades, o que pode desviar o foco do direito público e subjetivo da educação conforme instituído na Lei de Diretrizes e Bases.

De fato, as péssimas condições de infraestrutura, escola sem água tratada, banheiros sofríveis, sem locais para alimentação adequada, sem banda larga, internet e equipamentos tecnológicos permitem entender essa dependência. O projeto neoliberal para a educação básica, que reduz investimentos em serviços públicos essenciais, força as escolas a buscar parcerias com o setor privado para suprir suas necessidades. Os investimentos públicos insuficientes, a atuação de empresas privadas e fundações privadas resultam em: a) uma precarização das condições de ensino, pois as escolas recorrem a entidades privadas para obter recursos. b) reforço de contratação temporária de professores; c) expande o mercador para materiais didáticos e d) imprime a lógica privada dentro das escolas públicas.

A visão positiva de DE001, DE002 e CC002⁶⁴ pode ser interpretada como uma forma de alienação, pois a necessidade de recursos leva a uma aceitação acrítica dos interesses das empresas privadas. Ao valorizar os benefícios materiais e a visibilidade imediata, as escolas podem não perceber ou reconhecer plenamente as implicações de subordinação e perda de autonomia que acompanham essas parcerias. A aceitação desses recursos, sem uma reflexão crítica sobre os interesses subjacentes das empresas, como o SEBRAE, perpetua a lógica neoliberal que busca a privatização e mercantilização da educação básica pública e aniquila o direito à educação pública de qualidade social.

Esses “benefícios materiais” vêm acompanhados de uma ingerência que limita, dificulta e restringe a capacidade dos educadores de desenvolver currículos e métodos de ensino que atendam às necessidades específicas de suas comunidades, subordinando-as às agendas das empresas. A ausência de um suporte estatal robusto e consistente favorece a dependência para com o SEBRAE. As políticas neoliberais que promovem a redução do papel do Estado e a privatização de serviços públicos resultam em um cenário em que as escolas públicas recorrem ou aceitam a atuação do setor privado. Isso cria um ambiente propício para a entrada de entidades privadas, que oferecem soluções imediatas, mas que vêm com suas próprias agendas e interesses empresariais. Diante desse contexto, indaguei sobre os resultados concretos dessa parceria nas escolas públicas do Distrito Federal. Portanto, solicitei aos respondentes que me *apontasse alguns resultados dessa parceria*:

CC001: “eu acho que a estratégia, no caso, funcionou bem. Eu lembro que a gente conseguiu atingir as escolas, principalmente depois das reuniões, um número que estava correspondendo a uma expectativa de meta. Uma proposta interessante, um

⁶⁴ Eu me identifico em certo grau com esses sujeitos, pois essa visão encantada sobre relação entre o SEBRAE e a SEEDF que me motivou a questionar os reais interesses, o que havia por trás de tantas ajudas às escolas que eu atendia?

parceiro robusto. Nada absurdo. E também, à época, você via nos documentos, até PDE, a questão da educação empreendedora tá lá, empreendedorismo e tudo mais tá lá. Então eu falo, tudo bem, gente, tem aqui, tem uma coisa que dá fundamentação legal. Então podemos fazer. E foi feito, foi puxado. Eu acho que também a formação é sempre muito difícil, na secretaria, a parte da formação foi difícil, porque tinha que ter 100% (de presença). Às vezes o professor tinha uma excepcionalidade, cara. Não tem como, e não podia. Então teve todo um movimento pra conseguir garantir que professor ir pra lá fazer”.

CC002: “A gente percebe uma diferença enorme nas escolas que participam desses projetos, viu? E eles arregaçam as mangas. E é uma coisa muito bonita de se ver, muito bonita mesmo. Eles fazem com muita qualidade e a escola fica encantada. Os meninos ficam encantados, completamente encantados”.

CIA 001: “Eu acho que trouxeram propostas principalmente em relação a conhecimento de novas ferramentas tecnológicas. O SEBRAE disponibiliza de um recurso tecnológico, de pessoas, de verba que a gente não disponibiliza”.

DE001: “Então, acho que é uma parceria positiva, não sei o que estava muito por trás ali, mas dentro do ambiente da escola, o ganho que trouxe foi bacana, foi algo a acrescentar. Então, acho que é uma ação positiva”.

DE002: “Inúmeras. Primeiro que a gente teve empoderamento com relação aos professores. A gente, quando a gente faz sensibilização no grupo, a gente consegue atuar, não como, mas de uma forma mais particularizada com relação às questões que eles têm. Professor que tem situações de adoecimento mental. Então, quando chegam com essas ações da escola e que a gente para olhar sobre isso, ter um olhar diferenciado, a gente consegue ter uma ação mais efetiva nos pontos mais gritantes”.

DS001: “eu quero fazer um link com o novo ensino médio que acaba falando na sua grade, estratégias de empreendedores. Aí, quando você vai ver isso acontecendo na escola, que agora nós estamos com o número de 82 escolas no novo ensino médio no Distrito federal. Quando você vai ver lá, a estratégia do empreendedorismo é o aluno fazer bolo de pote, fazer bordado para vender pano de prato. Ninguém está se envolvendo com o aluno num conceito de empreendedorismo de ponta para ele ser administrador de empresa. Geralmente é quase que uma coisa só: Você é pobre, o pobre tem que fazer bolo, colocar num potinho e passar na rua, no semáforo, vendendo. Porque tira do aluno, quando faz isso, o debate da universidade. O estímulo que esse aluno tem que ter, é para ir para a universidade, para poder ter na vida uma chance de mudança no nível de classe social mesmo. A estratégia de discutir empreendedorismo na escola é, na verdade, uma forma de conformar a nossa população carente, que é o público da escola pública, que são pobres, ou classe média baixa”.

As palavras de CC001 e CIA001 apontam benefícios provenientes da parceria. CC001 relata que a estratégia da parceria funcionou bem, com as metas sendo alcançadas, e um parceiro robusto como o SEBRAE conferindo credibilidade às iniciativas. Ele menciona a inclusão do empreendedorismo nos documentos oficiais, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o que deu fundamentação legal às ações. Além disso, ele destaca as dificuldades logísticas, como garantir a presença de 100% dos professores nos treinamentos, o que sugere uma rigidez que nem sempre considerava as realidades práticas dos educadores. CIA001 complementa essa visão ao destacar as novas ferramentas tecnológicas e recursos

proporcionados pelo SEBRAE, que as escolas públicas não teriam condições de adquirir sozinhas. Isso inclui tanto tecnologia, quanto pessoal qualificado e verbas adicionais, proporcionando uma melhoria significativa na infraestrutura e nos recursos disponíveis para o ensino.

Os entrevistados CC002 e DE001 também destacam os aspectos positivos da parceria, embora de perspectivas diferentes. CC002 observa uma transformação positiva nas escolas que participam dos projetos, professores e alunos demonstrando entusiasmo e engajamento. Ele descreve um ambiente onde as atividades são realizadas com alta qualidade, encantando tanto os educadores quanto os estudantes. DE001 vê a parceria de forma positiva, ressalta os ganhos tangíveis no ambiente escolar, embora admita desconhecer os interesses subjacentes por parte do SEBRAE. Ele aponta que, apesar das motivações não serem claras, houve benefícios práticos para a escola. DE002 oferece uma visão específica sobre os benefícios em termos de saúde mental dos professores. Ele enfatiza o empoderamento dos professores e a sensibilização para questões como o adoecimento mental. As ações do SEBRAE permitiram um olhar mais atento e uma abordagem para problemas específicos enfrentados pelo corpo docente, proporcionando suporte emocional e prático.

Por outro lado, DS001 apresenta uma crítica incisiva sobre a superficialidade das estratégias de empreendedorismo implementadas. Argumenta que atividades como fazer bolo de pote e bordar panos de prato, embora possam parecer empreendedoras, na verdade perpetuam um ciclo de pobreza. Esses projetos não capacitam os estudantes para se tornarem empresários de sucesso, mas os condicionam a aceitar formas limitadas de geração de renda. O respondente ressalta que esse tipo de empreendedorismo desvia do objetivo de ingressar na universidade, perpetuando a estratificação social ao invés de promover a mobilidade.

Após leituras e análise dos dados, evidenciou-se que a parceria visa empoderar os estudantes para o individualismo e treiná-los para a busca de saídas frente à crise do trabalho assalariado. As ações, concepções e cláusulas do termo de cooperação visam promover a subordinação dos princípios públicos às regras do setor privado-corporativo como alternativa ao quadro de crise do sistema e das condições socioeconômicas das famílias dos estudantes. A estratégia de discutir empreendedorismo na escola, conforme observada por DS001, acaba por conformar, adaptar a população trabalhadora às suas condições atuais precárias e sazonais de trabalho ao invés de incentivá-los a buscar melhores oportunidades educacionais e profissionais, formação para serem dirigentes.

A relação público-privada entre a SEEDF e o SEBRAE representa parte da política neoliberal na política para educação básica pública no Governo do Distrito Federal. Essa parceria tem como objetivo fomentar o empreendedorismo e a inovação nas instituições de ensino públicas, com a promessa de preparar os alunos para o mercado de trabalho e para as demandas da sociedade contemporânea. Ademais, demonstra uma tentativa da burguesia em formar uma conciliação entre as classes sociais. O Estado, que a partir das relações de poder representa os interesses da burguesia, oferece recursos financeiros e estruturais para o SEBRAE, que representa os interesses do empresariado.

Essa tentativa de conciliação é contraditória em seu cerne, porque, ao mesmo tempo em que o Estado oferece recursos financeiros para o SEBRAE, também é responsável por garantir a educação pública gratuita e de qualidade para todos os cidadãos. O SEBRAE, por sua vez, ao oferecer cursos de empreendedorismo e inovação, contribui para a formação de uma mão de obra supostamente qualificada para atender às demandas do mercado de trabalho, o que beneficia a burguesia (Dias, 2017). O contexto político dos últimos 6 anos permitiu um avanço das empresas privadas sobre o capital público e um afastamento dos governos na prestação de serviços sociais básicos.

Uma das principais contradições foi a coexistência dos interesses lucrativos das empresas privadas com a necessidade pública de garantir serviços de qualidade e acessíveis. As relações público-privadas frequentemente subordinavam o interesse público às demandas de lucro das empresas privadas, comprometendo a universalidade e a equidade dos serviços prestados. A priorização de áreas economicamente atrativas para investimentos privados acentuou as desigualdades sociais e territoriais. Regiões periféricas e menos lucrativas receberam menos investimentos, perpetuando a desigualdade no acesso aos serviços públicos. No campo educacional, as parcerias com o SEBRAE para promover a educação empreendedora ilustram a mercantilização do ensino. Essa abordagem favorece uma formação alinhada às necessidades do mercado capitalista, em detrimento de uma educação crítica e emancipadora, pois os programas de educação empreendedora na educação básica desviam o foco da educação como direito humano e bem público. As políticas neoliberais que dominaram a gestão executiva no DF⁶⁵, nos últimos anos, encontraram resistência de entidades da sociedade civil, tais como os sindicatos e movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora.

⁶⁵ Relações público-privadas do GDF com o setor privado concretizadas e em andamento, podem ser visualizadas no *site*: <https://www.sepe.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2024/07/Demonstrativo-das-Parcerias-Publico-Privadas-e-Concessoes-Planilhas-PDF.pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação que está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), vinculada à linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE), e está situada no Grupo de Estudos sobre Organismos Internacionais, Gestão e Política para Educação Básica Pública (ÁGUIA) e teve por objeto de pesquisa a relação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), instituída pelo Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) via Termos de Cooperação Técnica 08/2017 e 06/2021 para a oferta serviços e produtos pedagógicos da rede pública de ensino do Distrito Federal, entre o período de 2017 e 2022.

A pesquisa analisou as parcerias público-privadas na educação básica pública do Distrito Federal, com destaque para a cooperação entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Foi possível observar como o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) introduziu práticas voltadas para a disseminação do empreendedorismo, articulando interesses privados dentro do sistema educacional público. Essa parceria, embora projetada para promover “inovações pedagógicas” na escola pública, significou a reafirmação do neotecnicismo como referência para o tratamento do empreendedorismo, já que se limitou a conformar o trabalho docente para o treinamento dos estudantes. Nesse sentido, trata-se de uma iniciativa que subordina gestão escolar aos interesses do capital privado.

As análises apontaram que a relação entre SEEDF e SEBRAE reflete em sua particularidade uma tendência mais ampla de privatização de serviços públicos no Brasil, reforçando a presença de atores privados na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Embora o discurso oficial sustente que essas parcerias trazem melhorias para a qualidade educacional, a pesquisa identificou que se trata de uma concepção de qualidade gerencial por se contrapor à gestão democrática. Assim, a relação entre a SEEDF e o SEBRAE aprofundou as assimetrias significativas de poder ao bloquear a autonomia docente e da gestão democrática, especialmente em relação à tomada de decisões e ao controle sobre o conteúdo pedagógico. Nesse sentido, os professores não podem promover uma reflexão crítica sobre o significado de empreendedorismo para a classe trabalhadora no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Por sua vez, os gestores escolares, muitas vezes, se encontram

em uma posição de subordinação, tendo que adaptar-se a programas que não foram formulados de maneira participativa, o que gera questionamentos sobre a autonomia escolar e a transparência na gestão pública.

Um dos principais impactos dessa parceria foi a disseminação da ideologia empreendedora nas escolas públicas, muitas vezes, em detrimento de uma educação crítica e voltada para a formação integral dos sujeitos. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, tal movimento pode ser interpretado como uma estratégia de adaptação do sistema educacional às necessidades do mercado capitalista, preparando os estudantes para serem mão de obra flexível e adaptável, em vez de cidadãos conscientes de suas responsabilidades sociais e coletivas. Essa abordagem coloca em evidência as contradições entre a função social da educação pública e os objetivos do setor privado, que busca alinhar as escolas ao seu projeto de sociedade.

O instrumento utilizado para celebração da parceria, o Termo de Cooperação Técnica, revela estratégia jurídica que parece contornar os requisitos da Lei federal de Licitações e Contratação para as Administrações Públicas, Lei nº 14.133 e a Lei distrital das parcerias público-privadas, nº 3.792/2016. O uso do termo “cooperação técnica” sugestiona uma caracterização da relação como uma cooperação que não envolve transferência de recursos financeiros diretos, evitando assim a exigência de licitação. Porém, evidenciamos que a relação se configura como financeira, o SEBRAE oferta materiais pedagógicos, assessorias e, em contrapartida, usufrui de benefícios indiretos (exploração da força de trabalho dos professores da rede pública, espaço para ofertar treinamento em todas as 35 Regiões Administrativas, influência na construção de políticas para educação básica pública), logo beneficiaria uma organização privada, sem os devidos procedimentos de concorrência pública. Esse contrato, ao ser denominado como cooperação técnica, nos leva a questionar sobre a natureza e transparência desse acordo, pois ao esquivar-se de controles legais da administração pública, a relação compromete os princípios da gestão democrática.

Do ponto de vista da gestão, foi identificado que os diferentes níveis (central, intermediário e local) operam em um campo de tensão entre a implementação de orientações políticas centralizadas e a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas às realidades regionais e locais. O nível central, representado pela SEEDF, busca alinhar as diretrizes nacionais e distritais, enquanto o nível intermediário, composto pelas coordenações regionais, faz a mediação dessa relação, tentando garantir a implementação do PNEE em diversas escolas. Já o nível local, constituído pelos gestores escolares, enfrenta o desafio de traduzir essas

diretrizes em práticas pedagógicas, muitas vezes, sem o apoio necessário para adaptar o programa às especificidades da comunidade escolar.

No entanto, as evidências apresentadas pelos entrevistados indicaram que, em muitos casos, os professores e gestores locais são cooptados para aderir aos programas, sem uma compreensão completa dos objetivos mais amplos da parceria público-privada e do significado do empreendedorismo no atual estágio do capitalismo. A pseudoparticipação foi identificada como uma prática recorrente, onde a participação dos agentes escolares é superficial e não resulta em uma influência real sobre as decisões. Isso evidencia a presença de uma gestão hierárquica e autoritária, que limita a possibilidade de construção de um projeto educativo mais democrático e inclusivo.

O envolvimento das unidades escolares no programa do SEBRAE não é balizado por uma perspectiva democrática, portanto, caracteriza-se por uma pseudoparticipação. Embora haja esforços aparentes para envolver gestores escolares e professores, a capacidade real de influência destes sobre as decisões fundamentais do projeto é limitada. Como apontado pelos entrevistados, a decisão sobre a adesão ao projeto ocorre sem uma consulta ampla ou uma verdadeira participação da comunidade escolar. A presença de representantes do SEBRAE nas reuniões de planejamento e a imposição de cronogramas e conteúdos prontos exemplificam essa dinâmica, cria uma ilusão de inclusão e democracia. Na prática, esse movimento centraliza o poder decisório nas mãos da organização privada e dos gestores centrais, reduzindo a autonomia das escolas.

A relação entre SEEDF e SEBRAE promove a privatização na educação pública por meio das parcerias público-privadas. Essas relações são oficialmente justificadas pela suposta necessidade de modernização e de inovação no ambiente educacional. No entanto, observou-se uma atuação significativa da organização privada na definição de um projeto destinado a orientar o trabalho pedagógico. Essa influência foi observada na introdução de conteúdos de empreendedorismo nos currículos escolares, na utilização de materiais didáticos específicos, na gestão gerencialista-corporativa e na realização de eventos e treinamentos patrocinadas pelo SEBRAE. Além disso, a dependência dos recursos financeiros e materiais fornecidos pelo SEBRAE compromete a autonomia das escolas e subordina suas prioridades às agendas empresariais.

As respostas dos gestores apontam supostos benefícios tangíveis decorrentes da parceria, como recursos materiais e visibilidade, apoio na realização de projetos escolares, contudo, há uma clara subordinação das escolas públicas aos interesses das empresas privadas.

Essa subordinação compromete a autonomia escolar e perpetua uma lógica de mercado que desvia políticas públicas de investimento adequado e sustentável na educação básica. Os preceitos da gestão democrática são subsumidos pela gestão gerencialista-corporativa, pois a participação é na verdade uma pseudoparticipação, a tomada de decisões não é coletivizada, mas sim centralizada, os interesses da comunidade escolar são substituídos pelos interesses político-ideológicos de um ente privado.

A parceria SEEDF-SEBRAE resulta em dinâmica heterogênea, construída por meio de contradições, mediações e, especialmente, pela convergência de interesses entre o poder Executivo e o ente privado. De um lado, há a necessidade de as escolas públicas receberem mais recursos do Estado, pois o SEBRAE não oferece apenas materiais e equipamentos, mas também ideologias, concepções e finalidades tidos como benéficos e necessários. Os gestores entrevistados destacaram a melhoria na infraestrutura, a oferta de cursos e treinamentos e o aumento da visibilidade das escolas como resultados positivos dessa parceria. Por outro lado, a relação de dependência criada entre as escolas e o SEBRAE e a imposição de uma agenda de educação empreendedora, que nem sempre atende às necessidades reais dos estudantes e da comunidade escolar revelaram uma contradição fundamental dessa relação. Enquanto o discurso oficial promove a ideia de uma educação moderna e alinhada às demandas do mercado, a gestão e trabalho pedagógico são orientados por interesses privados que podem desviar a função precípua da educação básica pública de promover uma formação crítica e emancipadora.

Ao problematizar a parceria entre a SEEDF e o SEBRAE, este estudo visa contribuir para o debate sobre os rumos das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente no que tange à inserção do setor privado na educação pública. Embora as PPPs sejam frequentemente justificadas como uma solução para os desafios financeiros e estruturais enfrentados pelo Estado, elas tendem a reproduzir e aprofundar desigualdades, ao transformar a educação em uma mercadoria e ao subordinar as necessidades educacionais às exigências do mercado.

Em contraponto à educação empreendedora promovida pelo SEBRAE, a pesquisa propõe alternativas mais alinhadas com os princípios da educação pública e democrática são necessárias. Uma educação crítica, baseada na formação omnilateral, por exemplo, poderia promover a formação de sujeitos históricos, capazes de questionar as desigualdades sociais e lutar por transformações. Além disso, políticas educacionais voltadas para inclusão social, justiça e igualdade podem oferecer caminhos mais promissores para a superação das contradições presentes nas parcerias público-privadas.

Finalmente, a presente pesquisa visa contribuir para investigações sobre a crescente influência do setor privado na educação pública brasileira. Estudos futuros podem explorar as consequências a longo prazo das PPPs sobre a formação dos estudantes e o impacto na autonomia das escolas. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes modelos de parcerias público-privadas poderiam oferecer uma compreensão mais ampla das implicações dessas relações no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. *In: ARAÚJO, L.; PINTO, J. M. R (org.). **Público X privado em tempos e crise**. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Fineduca. 2017.*
- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799–818, out. 2009.
- ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; DRABACH, N. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. **Políticas Educativas**, Paraná, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2020.
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, 2009.
- ALVES, A., KLAUS, V.; LOUREIRO, C. B. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-19, 2021.
- AMARAL, C. S. M. Políticas desenvolvimentistas Do Distrito Federal: impacto na arrecadação Do ICMS no período De 1993-2003. **Revista Debates em Administração Pública – REDAP**, [S. l.], v. 3, n. 6, 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/redap/article/view/7013>. Acesso em: 9 out. 2024.
- AMORIM, H.; MODA, F.; MEVIS, C. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-16, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, K. A. de. **A judicialização como estratégia para transferência do poder decisório**. 2023. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) - Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, Escola Nacional de Administração Pública Brasília, 2023.

AZEVEDO, F. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 14-19. 2010.

BACK, C.; NASCIMENTO, B. Filantropocapitalismo e saúde global: o neoliberalismo da vida e da morte. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-16, 2020.

BALL, S. J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BARROS JÚNIOR, C. S. de. **Compêndio de direito administrativo**. vol. I. 2. ed. São Paulo: RT, 1972.

BARROSO, Edna Rodrigues. **Rotas, planos, pilotos**: a educação pública do Distrito Federal nos anos 1990. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 2005.

BEDIN, G. A.; NIELSSON, J. G. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. *In*: COSTA, L. C.; NOGUEIRA, V. M. R.; SILVA, V. R. (org.). **A política social na América do Sul**: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 27-41.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8726, de 27 de abril de 2016**. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8726.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L9637.htm. Acesso em: 20 ag. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.** Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113334.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.** Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 30 ag. 2023.

BRECHT, B. **Poemas 1913-1956.** São Paulo: Editora 34, 2000.

CACCIAMALI, M. C. (Pré-)Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Revista Econômica**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 145-168. 2007.

CAETANO, M. R. C. VIDAL PERONI, V. M. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 01-26.

CAVALCANTI, V. R. S.; SILVA, A. C. da. Quo vadis ou viae tenebris: a social-democracia entre a aporia revolucionária e a poíesis reformista. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S. l.], n. 25, p. 31-60, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/53914>. Acesso em: 9 out. 2024.

CAMPOS, C. B. de; DAMASCENO, A. Parcerias público-privada (PPP): trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 1-23, 2020.

CARVALHO, E. J. G. de. A Educação Básica brasileira e as novas relações entre o Estado e os empresários. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 525-542, 2018.

CASTRO, A. M. D. A. Planejamento educacional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário de verbetes: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/planejamento-educacional/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CASTRO, L. F. **“Aprender a empreender”**: o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. 2019. Orientador: André Silva Martins. 175 folhas. Mestrado (dissertação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5–15, set. 2003.

CONHECENDO o SEBRAE. **Bibliotecas SEBRAE**. Brasília, 14 mar. 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/\\$File/5573.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423/$File/5573.pdf). Acesso em: 7 out. 2024.

COSTA, G. M. E. **Currículo em movimento dos anos iniciais: reformulação** à luz da BNCC no Distrito Federal. 2022. 198 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

CUNHA JUNIOR, L. A. P. da; SADDY, A.; KNOPP, G. da C.; AURELIANO JUNIOR, E. Serviço social autônomo: alternativa à implementação de políticas públicas não exclusivas de Estado. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 18, n. 72, p. 255-289, abr./jun. 2018.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. São Paulo, Editora: Editora Cortez, 1989.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEMO, P. **Educação como estratégia de ranqueamento social**: retomando a Sociologia da Educação Reprodutiva, hoje. Pedro Demo, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Op9PyRzwCIRFDPfp3ZK_W4PCB19iRIh-/view Acesso em: 7 jul. 2023.

DIAS, V. T. **O SEBRAE e a difusão do “empreendedorismo” nas escolas públicas de Varginha-MG**. 2017. Disponível em:

https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/4004_vanessa_tavares_dias.pdf. Acesso: 14 set. 2024.

DIAS, V. T. A “miséria” da educação: análise de um manual de “empreendedorismo” do SEBRAE para professores do ensino fundamental. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 379-416, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DISTRITO FEDERAL. **Plano Distrital de Educação**. Lei nº 5.499, de 14/7/2015. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica, de 09/06/93**. Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>. Acesso em: 29 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 3.418/04**. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51358/Lei_3418_04_08_2004.html. Acesso em: 29 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 3792/06**. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51712/Lei_3792_02_02_2006.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: Contribuições do marxismo. *In*: CÉA, G. S.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. D. (ed.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. p. 83-120.

FRANÇA, C. E.; CABRAL, R. L. Direitos sociais e identidade operária: o poder da ideologia trabalhista no governo de Getúlio Vargas (Brasil, 1930-45). **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 11, n. 2, p. 634-653, 2016. em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/21961>. Acesso em: 12/03/2024.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDEZ, R. N.; ROSA, T. C. da; SHIKIDA, C. C.; CARVALHO, A. R. E. S. F. de. Parcerias público-privadas: uma alternativa para a educação brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 52, p. 389-408, jan./jun. 2019.

FONTES, V. Capitalismo Filantrópico? múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 15-35, jan./jul. 2020.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 13, n. 20, p. 206-233, jun. 2015.

GARCIA, T. de O.; ADRIÃO, T.; DRABACH, N. Segunda geração de privatização da educação paulista: a articulação sistêmica dos atores empresariais. **ProPosições**, Campinas, v. 34, p. 1-31, 2023.

GAMBOA, S. S. Epistemologia da Pesquisa em Educação, Campinas; Praxis, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D. O problema da globalização. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 13, n. 27, p. 8-16, 1998.

HARVEY, D. **O neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.

HUNGARO, E. M. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Faculdade de Educação; Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1972**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1971_4trimestre.pdf. Acesso em: 01/09/2023.

KONCHINSKI, V. Bolsonaro já privatizou um terço das estatais. **Brasil de Fato**. São Paulo, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais>. Acesso em: 5 out. 2024.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. Trabalho e Escola: a aprendizagem flexibilizada. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 13-36, 2016.

LAFER, C. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: um Diálogo com H. Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2017.

LIMA, A. S. **“Empreendendo” a sulanca: o SEBRAE e o polo de confecções do agreste de Pernambuco**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2011.

LIMA, R. P.; CASTIONE, R. As organizações sociais na educação: o caso da educação infantil no Distrito Federal. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 1-20, 2019.

LOTTA, G. S.; GONÇALVES, R.; BITELMAN, M. F. A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 64, p. 2-18, 2014.

LOPES, R. M. A. Referenciais para a Educação empreendedora. *In*: LOPES, R. M. A. (org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

LOMBARDI, J. C. Modo de produção, transformações do trabalho e educação em Marx e Engels. *In*: LOMBARDI, J. C. et al. (Org.). **Mundialização do trabalho, transição histórica e reformismo educacional**. Campinas: Navegando/Histedbr/Unicamp, 2014. p. 11-59.

MAGALHÃES, R. M. da C. **O empreendedorismo nas escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro: uma nova saída para a crise do capital?** 2023. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2023.

MARX, K; ENGELS, F.A **ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. 119 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259–281, jan. 2017.

MARIN, E. F. Entidade de utilidade pública: efeitos jurídicos de sua declaração. *Rev. Fac. Dir. UFG, Uberlândia*, v. 19/20, n. 1, p. 39-46, jan./dez. 1996.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da pedagogia histórico-crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 100–109, 2015.

MARTINS, A. S.; SOUZA, C. A.; PINA, L. D. Empresas sociais e a privatização de novo tipo da educação básica: Um estudo sobre a relação público-privada em cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 28, n. 183, p. 1-51, 2020.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, F. A. M. Emprego público no Brasil: Aspectos históricos, inserção no mercado de trabalho nacional e evolução recente. **Texto para discussão**. Brasília: IPEA, 2011.

MANTOVANI, E. A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 35-56, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, D. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 705–720, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/62525>. Acesso em: 9/10/2024.

- NEVES, A. V. Ativismo e participação da sociedade civil no Brasil: destruição das instituições participativas e ameaças à democracia? *In*: NEVES, A. V.; GHIRALDELLI, R. (ed.). **Trabalho, democracia e participação no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2022. p. 141-165.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLLAIK, L. Esclarecimento a respeito da viabilidade econômica da capital do Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 33, n. 130, p. 203-207, abr./jun. 1996.
- PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2016.
- PARO, V. H. **Diretor Escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2017.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
- PECI, A.; SOBRAL, F. Parcerias público-privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1–14, jun. 2007.
- PEREIRA, L. C. B. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismo de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.
- PEREIRA, E. W.; ROCHA, L. M. F. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. *In*: PEREIRA, E. W. *et al.* (org.). **Nas asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Ed. UnB, 2011. p. 27-4
- PEREIRA, E. W.; TAUNAY, M. P. Uma trilogia da história da educação no Distrito Federal. **Revista Com Censo**. Brasília, v. 7, n. 1, p. 60-66, mar. 2020.
- PERONI, V. M. V. As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**. Vol. 4, n. 7 (jan./jun. 2009), p. 139-160, 2009.
- PERONI, V. M. V. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, v. 5, p. 1-27, 2016

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

PINTO, V. F. F.; MÜLLER, F.; ANJOS, J. J. T. Entre o passado e presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-24, 2018.

PRADO, M. A. O Modelo Gerencial da Educação: contribuições da experiência da Inglaterra ao debate brasileiro. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 3, p. 261-279, 2014.

PRONKO, M. A. Modelar o Comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. *Trabalho, Política e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 6, p. 167-180, jan./jun. 2019.

REIS, V. de P.; CORDEIRO, L. D. Escolas pioneiras de Brasília: A instalação das primeiras instituições educacionais até a inauguração da nova capital. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 1, abr. 2020.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393–414, 2018.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133–1156, out. 2012.

RODRIGUES, J. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 120-136, 2007.

ROUSSEAU, J. **Do contrato social**. Portugal: Ed. Presença, 2010.

SANTOS, M. I. dos. **A proposta de Educação para o empreendedorismo do Instituto Empreender Edeavor**: um estudo sobre parceria público-privada. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

SANTOS, H. V.; MESQUITA, D. S. Ser social e as massas: uma breve reflexão marxista. In: **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25807>. Acesso em: 08/06/2024.

SANTOS, D.; PEREIRA, G.C. S. Utilização privada de dinheiro público: alguns apontamentos sobre a gestão dos recursos do Sistema S. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 19, núm. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3875>. Acesso em: 06/07/2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 12. ed. São Paulo: Autores Associados, 2021.

SEBRAE. **Referenciais Educacionais do SEBRAE**: versão 2015. Brasília: SEBRAE, 2015.

SEBRAE. **Manual de Gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora**: versão 2017. Brasília: SEBRAE, 2017.

SEBRAE. **Termo de Referência em Educação Empreendedora**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2020.

SEBRAE. **Guia de Secretários de Educação**. Brasília: SEBRAE, 2021.

SEBRAE. **Relatório de Gestão Anual 2022: SEBRAE/Distrito Federal**. Brasília: SEBRAE, 2023.

SEBRAE. **Jovens Empreendedores Primeiros Passos: uma lição que se aprende desde cedo**. Brasília: SEBRAE, [202?].

SEBRAE. **Competências Empreendedoras: Quais São e como trabalhá-las**. Brasília: SEBRAE, [202?].

SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. (org.). **Dívida Pública**: a experiência brasileira. Brasília. Secretaria do Tesouro Nacional; Banco Mundial, 2009.

SILVA, M. A. da; PIMENTA, A. M. Banco Mundial e OCDE como profetas de internacionalização da Educação Básica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 1–19, 2024.

SILVA, M. A. da; PACHECO, R. G. Presença da Nova Gestão Pública na educação básica do Distrito Federal - 2007-2020. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1245–1262, 2021.

SILVA, M. A. da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP, 2002.

SIQUEIRA, T. V.; LAMOSA, R. de A. C. Novo Ensino Médio e economia comportamental: fundamentos para modelar o comportamento da classe trabalhadora no contexto de crise. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 36–56, 2023.

Sousa, D. Uma geograficização a partir do uso do território das operações urbanas consorciadas e seus impactos no turismo e nos espaços de lazer: estudo de caso nas margens do Lago Paranoá, Brasília, Brasil. *Revista Territorial*. v. 12 n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31668/rt.v12i2.13735>. Acesso em: 24/06/2024.

SOUZA, F. L. de; NETA, O. M. de. O Governo Juscelino Kubitschek e a Educação (1956-1961). **Cadernos do GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 47-62, 2022.

TAUNAY, M. P. V.; WAISROS, E. Museu da Educação do Distrito Federal: Um território de memória educativa. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 12-18, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **Do pau-de-arara às corporações do transporte**: poder de família e política no sistema de transporte público por ônibus no Distrito Federal (1960-2016). 2021. 201 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

UNESCO. Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe: uma trajetória regional em direção à Educação para Todos. **Revista PRELAC**, Santiago, ano 1, n. 0, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ESTADO DO CONHECIMENTO

Teses e Dissertações⁶⁶ sobre parceria público-privada na Educação Básica entre 2019 e 2023

Nº	Autor	Título	Tipo/ Ano Instituição
1	Magalhães, Ramon Mendes da Costa	O empreendedorismo nas escolas estaduais do estado do Rio de Janeiro: uma nova saída para a crise do Capital?	Tese UFRRJ 2023
2	Pacheco, Ricardo Gonçalves	A coexistência das perspectivas de gestão gerencialista e democrática no contexto do Novo Ensino Médio público do Distrito Federal	Tese UnB 2022
3	Santos, Maria Lucivania Souza	Uma solução simples para um problema complexo: O “Programa Educação Integrada” em Municípios Pernambucanos e a Privatização da Educação	Tese UFPE 2022
4	Silva, Deive Bernardes da	Incidências da privatização da educação na BNCC: do direito à educação ao direito à aprendizagem	Tese UFU 2022
5	Consalter, Evandro	A indefinição das fronteiras entre o público e o privado na educação básica: da liquefação progressiva da ideia de escola republicana e do conhecimento como um bem comum à necessidade de instituição dos comuns da educação	Tese UPF 2021
6	Pereira, Erdileine Santos	Parcerias público-privadas e educação para o trabalho: o “Programa Nacional de Educação Empreendedora – Sebrae”, em Montes Claros/MG	Dissertação UNIMONTES 2021
7	Souza, Danielle Capelasso Soares de	Política educacional do novo ensino médio: a atuação do banco mundial	Dissertação UEM 2021
8	Costa, Euler Oliveira Cardoso da	O processo de privatização por dentro da escola pública e o sequestro da autonomia docente	Tese UERJ 2020
9	Dornellas, Liege Coutinho Goulart	A parceria público-privada na/da educação de Minas Gerais: um estudo sobre sua gênese normativa	Tese UFES 2020
10	Nascimento, Rosenery Pimentel do	O sistema nacional de educação e a agenda federativa: um estudo sobre a ação do movimento Todos Pela Educação	Tese UFES 2020
11	Silva, Fabrícia Estevão	Adoção de sistema privado de ensino por escolas da rede pública do Distrito Federal	Dissertação UnB 2020
12	Castro, Luiger Franco de	“Aprender a empreender”: o projeto de educação do Sebrae para a educação básica pública	Dissertação UFJF 2019

Fonte: quadro elaborado pela autora em junho de 2023.

Produção Científica sobre Parceria Público-Privada na educação básica entre 2021 e 2023

⁶⁶ Os bancos de dados utilizados foram Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Nº	Autor	Título	Qualis/ Ano Revista/
1	Caetano, Maria Raquel Peroni, Vera Maria Vidal	Relações Entre O Público E O Privado Na Educação Brasileira: Neoliberalismo E Neoconservadorismo - Projetos Em Disputa	A3 Trabalho Necessário 2022
2	Estormovski, Renata Cecília Esquinsani, Rosimar Serena Siqueira	A filantropização da educação como mecanismo de privatização da intelectualidade do professor	A3 Trabalho Necessário 2022
3	Farias, Adriana de Medeiros	Estado ampliado e o empresariamento da educação pública	A3 Trabalho Necessário 2022
4	Vaz, Marta Rosani Taras Cavalcante, Rafael Gomes	A relação público e privado na educação básica brasileira.	A3 Trabalho Necessário 2022
5	Paula, Alisson Slider Nascimento de	Crise do capital, políticas de cooperação e parcerias empresariais	A4 Revista Educação Popular 2022
6	Adrião, Thereza	Privatização e Direito à Educação: Iniciando um diálogo com a literatura no Brasil	C Revista FAED 2022
7	Borghí, Raquel Fontes	Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação	A3 - 2021 Revista on line de Política e Gestão Educacional
8	Cêa, Georgia Sobreira dos Santos	Parcerias Público-Privadas e hipertrofia do mercado na educação	A2 Germinal: educação e marxismo em debate - 2021
9	Quadros, Sérgio Feldemann de	O Capital vai ao Ensino Médio	A3 Revista HISTEDBR on-line-2021
10	Martins, André Silva Castro, Luiger Franco de	A concepção de trabalho educativo do Sebrae: assimilar a docência para difundir o empreendedorismo	A2 Germinal: educação e marxismo em debate 2021
11	Magalhães, Ramon Mendes da Costa Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz	A ofensiva do Sebrae sobre o Ensino Médio	B1 Revista Labor 2021
12	Mello, Livia Mouriño de	Novas e tradicionais formas de empresariamento da educação no Brasil: a atuação da confederação nacional da indústria no neoliberalismo	A2 Germinal: educação e marxismo em debate- 2021
13	Silva, Maria Abádia Pacheco, Ricardo Gonçalves	Presença da Nova Gestão Pública na educação básica do Distrito Federal - 2007-2020	A4 Revista Educação e Políticas em Debate 2021

Fonte: tabela elaborada pela autora em janeiro de 2023

